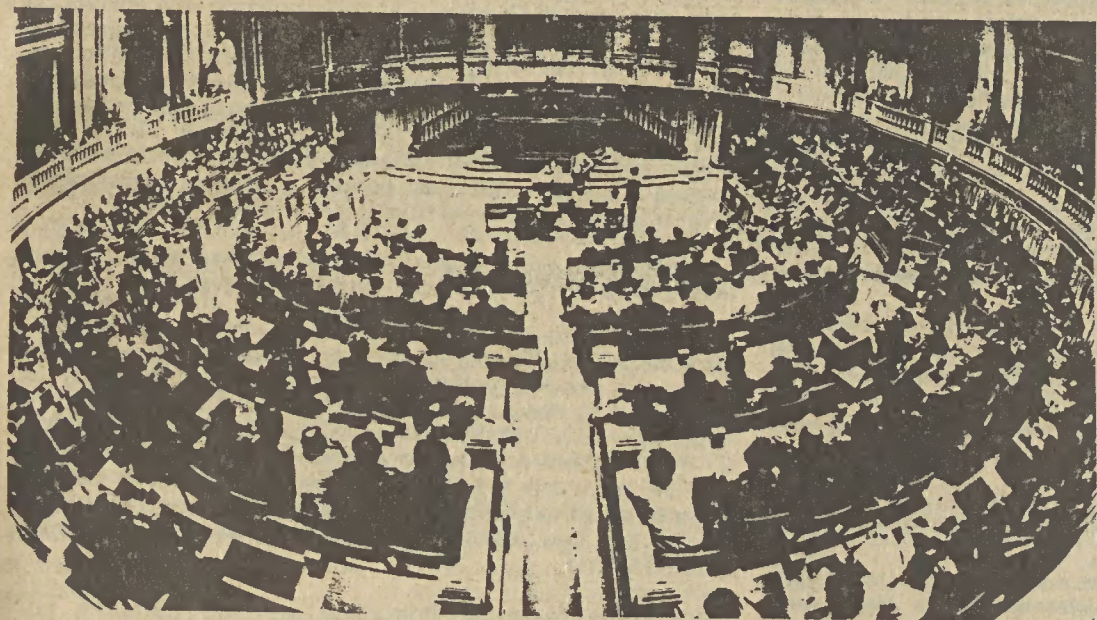




A MISSÃO DOS COMUNISTAS NA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Em entrevista ao «Avante!», o camarada Veiga de Oliveira, vice-presidente do Grupo Parlamentar Comunista, analisa a actividade dos deputados do PCP na Assembleia da República assim como a recente contra-revolução legislativa promovida pelo grupo dirigente do PS em conluio com o PPD e o CDS (pág. 3).

Neste número ainda, relatam-se as últimas reuniões daquele órgão de soberania, com particular destaque para a declaração política proferida pelo camarada Carlos Brito (pág. 2) e as declarações de voto acerca da Lei Barreto e da Lei do Arrendamento Rural (pág. 4).

Editorial

O ANTICOMUNISMO PRIMÁRIO NÃO TIRA O PS DO ATOLEIRO

As propostas políticas apresentadas ao País pelo Comité Central do PCP obtiveram nos dias transcorridos desde a Reunião Plenária de 31 de Julho uma larga confirmação da sua justeza e oportunidade.

De formas variadas mas todas significativas os trabalhadores e muitos outros portugueses que acreditaram e acreditam nos ideais libertadores do 25 de Abril, manifestam de maneira crescente a sua concordância e adesão às conclusões políticas fundamentais e às propostas do Comité Central do PCP.

Paralelamente acentuam-se a intransigência e a cegueira política do grupo dirigente do PS apostado em levar até ao fim a sua capitulação histórica ante os interesses de classe e as pressões políticas do grande capital e do imperialismo.

☆☆

O Primeiro-Ministro, Mário Soares, também secretário-geral do seu partido, assim como outros componentes do grupo dirigente do PS, esforçaram-se

(continua na pág. 2)

COMUNISTAS E SOCIALISTAS NO PORTO E NO NORTE DO PAÍS

O GRUPO DIRIGENTE DO PS PERSISTE NA TENTATIVA DE ILUDIR OS PROBLEMAS

Pág. 5



JUVENTUDE

Uma página (a 12) desta edição do «Avante!» é inteiramente dedicada à juventude, sendo abordados os seguintes temas:

- Os problemas e aspirações da juventude trabalhadora
- Unir a juventude contra o fascismo e a reacção!
- XI Festival da Juventude no próximo ano em Havana
- A infância e a juventude nos países capitalistas
- Números e factos sobre a juventude soviética



O povo da República Popular Democrática do Yémen caminha com confiança para o futuro

Yémen:
Um processo
revolucionário
que o
imperialismo
tenta sufocar

Pág. 11



Pág. 5

REFORÇAR O PARTIDO É DEFENDER A REVOLUÇÃO

SÓ FALTAM TRÊS SEMANAS PARA O INÍCIO DA GRANDE FESTA!

● Pois é, camaradas e amigos. O tempo passa e já só faltam três semanas para o começo da Festa do «Avante!». Há que apressar todos os trabalhos preparatórios, para que sexta-feira, dia 9 de Setembro, tudo esteja a postos!

● E, a propósito: como vamos de vendas de EPs? Há ainda muitos milhares para vender, e quanto mais depressa melhor, até porque o próximo sortelo é já no dia 27, e há belos brindes a sortear!

COMEÇAMOS HOJE A REVELAR OS NOMES DOS ARTISTAS PORTUGUESES E ESTRANGEIROS QUE ESTARÃO NO VALE DO JAMOR

Páginas centrais



No último fim de semana prolongado, no Vale do Jamor, foi assim. E assim vai continuar a ser até 9 de Setembro

Balanço da 1.ª sessão legislativa

O GRUPO PARLAMENTAR COMUNISTA CUMPRIU A SUA TAREFA DE DEFESA DOS INTERESSES DOS TRABALHADORES

Terminou a 1.ª Sessão Legislativa da 1.ª Legislatura da Assembleia da República. Para o «Avante!», o camarada Velga de Oliveira, deputado comunista e vice-presidente do nosso Grupo Parlamentar, analisa o trabalho dos deputados comunistas ao longo deste primeiro período de trabalho, bem como denuncia vigorosamente a contra-revolução legislativa empreendida pelo grupo dirigente do PS, em aliança com os partidos da direita reaccionária.

— Camarada Velga de Oliveira, se tivesses de caracterizar resumidamente o papel da actividade do Grupo Parlamentar do PCP durante a 1.ª Sessão Legislativa, como o farias?

— Os militantes e simpatizantes comunistas, todos os portugueses e portuguesas que com o seu voto elegeram os deputados do Grupo Parlamentar comunista, e também todos aqueles que, não tendo votado no Partido Comunista Português, estão sinceramente interessados em defender a democracia e as conquistas da Revolução, têm o direito de perguntar se os deputados comunistas, findo este primeiro ano da sua actividade, realizaram empenhada e efectivamente a sua missão, isto é, se os deputados comunistas serviram esforçadamente, como era da sua obrigação, os interesses dos trabalhadores e da democracia portuguesa.

Nós pensamos que a resposta é francamente positiva. Pensamos que, para além das insuficiências e mesmo de alguns erros em aspectos secundários, o Grupo Parlamentar comunista cumpriu a sua tarefa. Os 40 deputados

fiscalizaram os actos legislativos do Governo ou para autorizar o Governo a usar da competência que, constitucionalmente, é reservada à Assembleia da República.

Para cumprimento desta parte da nossa tarefa é exigido ao grupo Parlamentar o constante estudo e discussão das principais medidas legislativas propostas, quer pelos outros partidos, quer pelo Governo.

É também exigido ao Grupo Parlamentar a consulta e audição das organizações representativas dos trabalhadores para, em face das suas opiniões, melhor poder formular a defesa dos seus interesses.

Além disto, o próprio Grupo Parlamentar toma a iniciativa de propor projectos de lei nas matérias em que a sua falta mais se faz sentir, ou em assuntos em que o cumprimento e a defesa da Constituição o exige.

Na nossa actividade tem grande importância a composição social do Grupo Parlamentar. Há uma forte representação dos trabalhadores industriais e de assalariados agrícolas, de empregados e de técnicos experimentados, o que contribui favoravelmente para o bom andamento do trabalho do nosso Grupo Parlamentar.

Por outro lado, a prática

— E quais são os diplomas que integram esse «pacote legislativo»?

— É assim, nomeadamente em relação à lei chamada de controlo operário — ou do controlo de gestão — e das comissões de trabalhadores. Em resumo, o que se procura é esvaziar o conteúdo do controlo operário e, também, criar tais condicionantes, tais limitações, à formação de comissões de trabalhadores que, na prática e se os trabalhadores aceitarem essas condicionantes, assistir-se-ia à liquidação das suas comissões.

Naturalmente que nem o controlo operário — ou de gestão — nem as comissões de trabalhadores vão sujeitar-se a essa lei. Essa lei não só é contra-revolucionária como é inequívoca. Os trabalhadores nunca pediram autorização ou instrumento legal, no tempo do fascismo, para constituírem as suas comissões e, através delas, lutarem pelos seus direitos e pela defesa dos seus interesses. Hoje, naturalmente, também não vão esperar que nenhuma lei, que nenhum instrumento jurídico, os autorize a delegar numa comissão, por eles eleita, por eles mandatada, para defender os seus

nacionalizados ou onde as nacionalizações tinham determinado a passagem para o sector público dos elementos fundamentais e dominantes desses sectores, alguns desses sectores, como se diz, passam a ser permitidos à iniciativa privada. E como nesses sectores a iniciativa privada teria que ser sempre a iniciativa do grande capital, significa que passam, de facto, a ter acesso a esses sectores os grandes capitalistas, os grandes inimigos da Revolução de Abril.

Por outro lado também, essa lei deixa a porta aberta para a criação de instituições parabenizadas que poderão vir amanhã a ser centros de domínio económico e também centros da contra-revolução, e deixa igualmente a porta escancaradamente aberta para a entrega das empresas públicas nacionalizadas à gestão de empresas privadas, esperando de forma inaceitável e completamente inconstitucional, ilegal e incompreensível — e imoral mesmo — a titularidade das empresas públicas ou nacionalizadas e a sua gestão. É evidente que ser proprietário de uma empresa pública, ser o Estado o proprietário, mas ser essa empresa gerida pelos representantes do grande capital significa que os prejuízos e os custos, quando os haja, serão pagos pelos impostos, pelo erário público, isto é, pelo trabalhador, e os lucros e os instrumentos de domínio económico que resultam do controlo das empresas serão efectivamente pertença dos gestores — ou seja, do grande capital que vai gerir essas empresas.

Milhões para os Mellos e os Champalimauds!

É assim também em relação à lei das indemnizações. Esta lei resultou igualmente da aliança do Partido Socialista com os partidos da direita reaccionária e tem como objectivo indemnizar o grande capital, os Mellos, os Champalimauds e todos os grandes senhores deste País, a coberto da indemnização dos pequenos e médios acionistas.

Não sempre defendemos que as pequenas poupanças deviam ser indemnizadas, pequenas poupanças que haviam sido arrastadas pelo jogo de domínio do grande capital, mas que não eram mais do que pequenas poupanças. Mas também sempre defendemos que essas indemnizações não podiam ser transformadas na indemnização daqueles que nada tinham a receber e, de facto, teriam de pagar os prejuízos causados ao nosso país, ao nosso povo, aos trabalhadores, por cerca de meio século de domínio e de exploração.

Entretanto, a lei aprovada sobre os auspícios do PSD e do CDS — embora com o voto contrário deste e a abstenção daquele — foi aprovada contendo todas as exigências dos dois partidos da direita, representando portanto a capitulação do Partido Socialista diante da direita reaccionária. É uma lei que vai permitir criar os instrumentos legais, os instrumentos jurídicos e também os meios financeiros necessários para que o grande capital tente de novo recuperar o seu domínio económico e o seu domínio político.

É assim também em relação à lei do arrendamento rural. De facto, um vasto sector da nossa economia que era representado por cerca de 300 mil explorações agrícolas em regime de arrendamento vai ser fortemente prejudicado, quer do ponto de vista económico quer do ponto de vista social.

COMPOSIÇÃO SOCIAL

Logo no início da entrevista, o camarada Velga de Oliveira salienta a importância da composição social do Grupo Parlamentar do PCP.

Dos 40 deputados comunistas, aproximadamente 40 por cento são operários e assalariados, 37 por cento são técnicos e intelectuais e 23 por cento são empregados.

dos direitos dos rendeiros que têm sido sempre postergados e que têm sido uma das classes mais exploradas do nosso país.

O 25 de Abril tinha produzido a possibilidade de fortes ganhos dos rendeiros em relação à exploração a que eram submetidos. A Lei do Arrendamento Rural existente garantia suficientemente os direitos dos rendeiros e, por essa via, tornava possível que se desenvolvesse a produção agrícola, sobretudo na parte Norte e Centro do País, onde esse modo de produção é mais praticado.

Tudo este sistema, que a lei actual permitia eliminar e substituir por um sistema em que o rendeiro tinha estabilidade, tinha garantidos os seus direitos e, portanto, podia investir e aumentar as condições de produtividade da terra e as próprias condições de produção — tudo isso foi agora fortemente prejudicado pela nova lei do arrendamento rural.

Essa lei constitui um forte recuo em relação aos ganhos que se

tinham obtido depois do 25 de Abril. Também aqui é preciso dizer que a aplicação desta lei não se fará sem uma forte reacção por parte de centenas de milhares de rendeiros e, portanto, sem fortes consequências não só económicas, mas também sociais e políticas.

Também aqui é preciso dizer que esta lei não se poderá aplicar sem graves atropelos às liberdades democráticas e à garantia do exercício dos direitos do homem.

“Lei Barreto”: uma verdadeira catástrofe!

O mesmo se passa em relação à lei chamada de bases gerais da Reforma Agrária. Neste caso, podemos dizer que a aplicação desta lei, levada às últimas consequências, significaria uma verdadeira catástrofe.

Realmente, se aplicada e levada às suas últimas consequências esta lei dita da Reforma Agrária, seria a lei da contra-reforma agrária, seria a lei que permitiria entregar aos latifundiários e aos grandes proprietários capitalistas da terra, outra vez a terra que tinha sido expropriada.

Em vez de cumprir a Constituição, expropriando os latifundiários e os grandes capitalistas da terra e entregando a terra a quem a trabalha, esta lei é a lei do contrário: é a lei que permitirá, se aplicada e levada às últimas consequências, a entrega das terras aos seus antigos possuidores.

Naturalmente, também neste caso as consequências, quer económicas, quer sociais, quer políticas seriam catastróficas. Seriam catastróficas do ponto de vista económico porque iria assistir-se a uma queda brusca — quase ao zero — da produção numa vasta região do País e que é muito importante do ponto de vista agrícola.

Seria também catastrófica do ponto de vista social porque se iria assistir a um brusco aumento do desemprego — desemprego não em milhares, nem em dezenas de milhares, mas em mais de uma centena de milhar de trabalhadores que neste momento trabalham na zona chamada de intervenção da Reforma Agrária, nas UCPs e nas cooperativas.

Seria também catastrófica do ponto de vista político porque a aplicação desta lei exigiria naturalmente a tomada de medidas anticonstitucionais, medidas antidemocráticas, medidas repressivas que poriam em risco — e anulariam mesmo — as liberdades e os direitos dos cidadãos, os direitos consignados na Constituição, os direitos dos trabalhadores.

Dai que nós consideramos a “Lei Barreto” — e não só ela, mas todo este conjunto de leis — como uma contra-revolução legislativa e consideramos que, se essa contra-revolução legislativa fosse levada à prática e dela fossem consequências isso seria uma catástrofe, não só económica, como social e política, para o nosso país.

A capitulação do PS

— A contra-revolução legislativa representa, então, a capitulação do PS perante a direita reaccionária?

— Sim, mas não só. Eu desejo neste caso e imediatamente fazer uma distinção entre o PS, militantes, simpatizantes e, até,

que melhor serve as forças reaccionárias, e justamente melhor se serve porque não é um partido declaradamente da direita reaccionária que aparece como sendo o partido do Governo, mas um partido que ainda se pode — ou que ainda se pretende — reclamar dos trabalhadores e da esquerda que aparece a defender essas medidas.

— O que agrava ainda mais a responsabilidade do Grupo dirigente do PS. Outra questão, está ligada ao problema da independência nacional: qual a posição do Grupo

influenciado, ou mesmo compelido, os dirigentes políticos portugueses a tomarem esta medida ou não tomarem aquela outra.

É bom de ver, por exemplo, que num período que antecede a formação de um governo democrático e de esquerda em Lisboa, de um governo que verdadeiramente esteja disposto a opor-se à contra-revolução, a opor-se às medidas que procuram destruir as conquistas da Revolução de Abril e as liberdades democráticas, de um governo que esteja disposto a defender a independência nacional e a defender também as conquistas dos trabalhadores, a defender também o desenvolvimento económico nacional com base num esforço

uma maioria numérica de deputados comunistas e socialistas, tem permitido e colaborado na aprovação de leis tão antidemocráticas, tão contra-revolucionárias, tem permitido a aprovação da política de endividamento externo do Governo, tem permitido que se tomassem medidas de política e medidas administrativas que são frontalmente contrárias às conquistas da Revolução, aos direitos dos trabalhadores e, em geral, à prática e ao exercício das liberdades democráticas. Como é que tem sido possível tudo isto, nas condições da presente Assembleia, nas condições em que existe, de facto, uma maioria numérica de esquerda?

O que tem permitido toda esta

A ACTIVIDADE EM NÚMEROS

A actividade do Grupo Parlamentar comunista traduz, de facto, o empenhamento com que os comunistas encaram esta frente de trabalho. No decorrer da 1.ª Sessão Legislativa, os deputados comunistas proferiram 94 intervenções no período de antes da ordem do dia, das quais 15 declarações políticas.

O Grupo Parlamentar concedeu cerca de 320 entrevistas. Os deputados comunistas formularam 75 requerimentos ao Governo, dos quais apenas 15 obtiveram resposta.

A correspondência expedida em resposta a correspondência recebida eleva-se a mais de 1000.

O Grupo Parlamentar do PCP apresentou à Assembleia da República 17 projectos de lei. O último a dar entrada na Mesa da Assembleia da República foi o projecto de lei sobre as organizações fascistas, matéria sobre a qual já tinha sido dirigida à Assembleia da República uma recomendação pública do Conselho da Revolução.

Parlamentar do Partido Comunista relativamente à política de endividamento do Governo do PS?

— A política do Governo do PS, em aliança com os partidos da direita reaccionária, desembocou neste conjunto de leis a que nós chamamos justamente contra-revolução legislativa e que constitui não só já a recuperação capitalista, latifundista e imperialista, recuperação deste ou daquela posição, mas no seu conjunto e se levadas à prática, constituiria a restauração desse poder capitalista, latifundista e imperialista.

Mas não só em relação às leis de aplicação interna e às medidas políticas e administrativas este deslizar do grupo dirigente do PS para a direita se acentuou, mas também em relação a toda a política externa e, nomeadamente, ao endividamento externo do País.

Governo põe em perigo a independência nacional

— É assim que o Governo do PS tem procurado amarrar mais e mais o nosso País a empréstimos que condicionam a nossa independência económica e, por essa via, a nossa independência política.

O chamado “pacote de medidas” de Fevereiro foi uma condição — mas não a única — para esses empréstimos. Mas o que de mais graves há em todos esses empréstimos não são tão só — e deve-se dizer que já são — bastantes gravosas — as exigências aceites num plano económico pelo Governo (exigências que conduzem directamente à deterioração do poder de compra das massas trabalhadoras, à deterioração das suas condições de vida, ao aumento da sua exploração), mas são também gravosas as condições que nos são impostas do ponto de vista económico global e do ponto de vista político.

O governo do PS nega sistematicamente a existência de cláusulas secretas nesses empréstimos. Nós podemos admitir que não haja cláusulas secretas. A verdade é que as cláusulas que não são secretas são suficientemente atentatórias da nossa independência económica e política para que seja necessária a existência de cláusulas secretas.

Nesses empréstimos, além de se estipular condições que, por vezes, não são as mais convenientes para o uso dos empréstimos em investimentos, se estabelecem condições de inflação que são, no mínimo, inaceitáveis nas relações entre estados independentes. Como se vai mais longe ainda: estabelecem-se cláusulas, como por exemplo a que determina que o prestamista, por critério próprio, pode declarar que Portugal deixa de dar suficientes garantias de solvência — isto é, de ser capaz de pagar o empréstimo, de continuar a pagar as prestações, e o juro — e nessa altura poderá exigir o pagamento antecipado e imediato do empréstimo.

É bom de ver que uma cláusula deste tipo poderá permitir que através dos empréstimos feitos pelo Banco Mundial, ou pelo Fundo Monetário Internacional ou por um qualquer consórcio de não importa que país “amigo”, esse empréstimo possa ser usado como alavanca de pressão para

próprio e a defender igualmente o caminho para o socialismo — pois bem, nos dias ou nas semanas que antecederam a formação de um governo destes, o imperialismo através do Banco Mundial, ou do tal consórcio, ou do FMI poderá decidir que Portugal deixou de dar garantias de pagamento dos empréstimos e exige o pagamento imediato desses empréstimos.

Ou, por outra forma, será sugerido, a quem for necessário, que se tal ou tal governo puder chegar à luz do dia, então não, com muita pena nossa, nós, os tais “amigos”, ver-nos-emos obrigados a exigir o pagamento imediato e antecipado de todos os empréstimos...

Esta cláusula não é secreta, esta cláusula vem aberta e claramente expressa nos contratos de empréstimo e é quanto basta para tomar os empréstimos uma forma de perda da independência económica e política do nosso país.

Esta política de endividamento externo tem sido um meio de garantia adicional procurado pelas forças mais reaccionárias e, mais uma vez promovida pelo grupo dirigente do Partido Socialista, para persistir na política contra-revolucionária, na política antidemocrática que só interessa aos que procuram fazer voltar o País ao 24 de Abril, aqueles que procuram destruir as conquistas da Revolução e a democracia portuguesa.

É bom de dizer que o PS tem feito passar na Assembleia da República a aprovação destes empréstimos com o apoio, e só com o apoio, da direita reaccionária.

As medidas preconizadas pelo PCP para a saída da crise

— A descrição que fizeste do trabalho parlamentar e, sobretudo, da actividade do grupo dirigente do PS aliado aos partidos da direita reaccionária leva a pôr a seguinte questão: foi para isto que o povo português, em 25 de Abril de 1976, impôs uma derrota à reacção votando uma maioria de deputados comunistas e socialistas?

— Poder-se-á de facto perguntar como tem sido possível que esta Assembleia, onde existe

política de contra-revolução tem sido o desfecho do voto do PS. Os deputados do PS há já bastante tempo que deixaram de cumprir os compromissos que assumiram solenemente perante o seu eleitorado; o Governo do PS há muito que deixou de cumprir os compromissos que assumiu no seu próprio Programa e daí que essa fuga aos compromissos, esse renegar de posições, tenha permitido o desvio de voto dos deputados do PS e, portanto, a votação em sentido contrário da Assembleia.

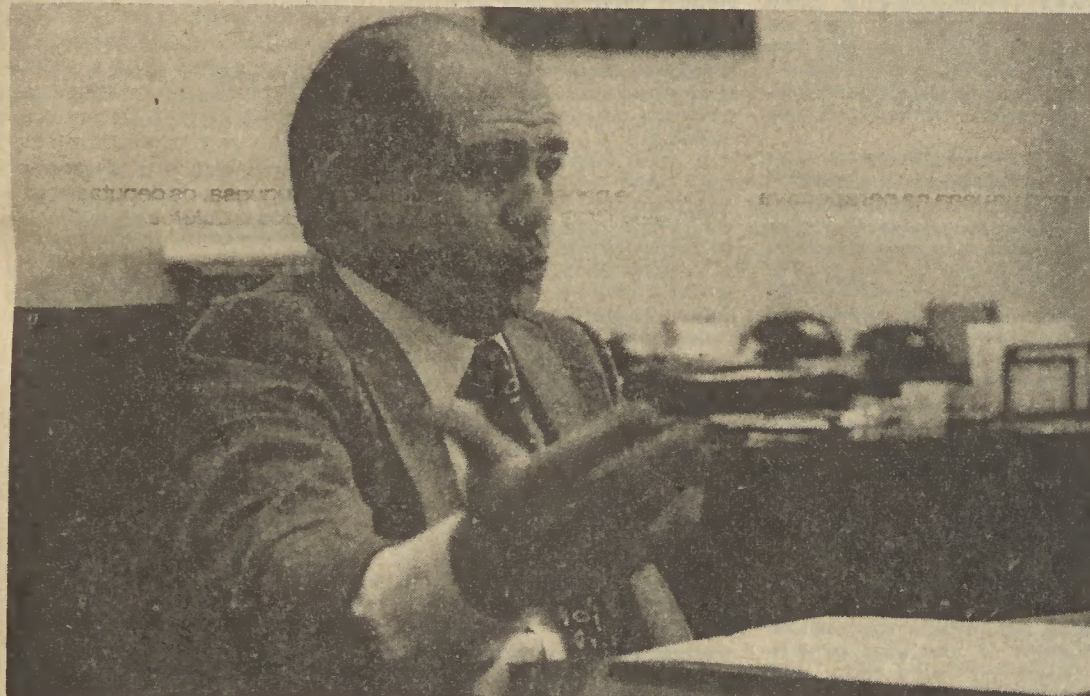
Por isto também — porque nas condições existentes, a aprovação desta série de leis e medidas que o eleitorado não podia prever nem admitir quando foram feitas as eleições em 1976 — e porque, sendo extremamente grave que tenham sido aprovadas estas leis, poderia ser ainda mais grave se elas viessem a ser publicadas e se se passasse à sua aplicação, o Comité Central do PCP propôs um conjunto de medidas susceptíveis de permitir uma solução constitucional e democrática para a crise em que estamos mergulhados, crise que é, afinal, não só política, como rapidamente se transforma em crise social e crise económica, que está a vir.

É assim que no documento saído da última reunião plenária do Comité Central se salienta mais uma vez a necessidade de, em conjunto, ser examinada a situação por todas as forças sociais e políticas interessadas no processo democrático, todas as forças que estejam dispostas, sem reservas, a defender a Constituição da República, as conquistas da Revolução, as liberdades democráticas, a nossa independência.

É assim também que se preconiza a imediata suspensão para futura revogação das leis ultimamente aprovadas na Assembleia da República; é assim que se preconiza também que o actual Governo do PS seja demitido e que se forme um governo que assegure os negócios correntes e que, sobretudo, seja suficientemente leste para poder garantir condições de liberdade e de igualdade aos partidos num processo de novas eleições gerais; é assim também que se preconiza a dissolução desta Assembleia, que deixou de corresponder ao voto popular pelo desvio do voto do PS, e que se realizem no prazo constitucional novas eleições para uma nova Assembleia da República onde seja possível fazer corresponder à maioria numérica — que certamente seria de esquerda — uma maioria política que terá que ser de esquerda para poder defender as conquistas da Revolução e a democracia portuguesa.

OCTÁVIO PATO NA FIGUEIRA DA FOZ DEPOIS DE AMANHÃ

No próximo sábado, dia 20, o camarada Octávio Pato participará num comício na Figueira da Foz, em que também usarão da palavra os camaradas Vasco Paiva, suplente do Comité Central, e um membro da Direcção da Organização Regional do Alentejo. O comício realiza-se na Praça da Fonte Luminosa, com início às 21 e 30.



Velga de Oliveira, vice-presidente do Grupo Parlamentar do PCP, falando ao «Avante!»

comunistas na Assembleia da República deram voz ao povo, exprimiram os seus anseios, defenderam os interesses dos trabalhadores e das massas populares, dos democratas, defenderam as conquistas da Revolução e as liberdades, combateram sem desfalcatórias e hesitações todas as manobras e acções da direita reaccionária.

Ligação directa à vida do nosso povo e aos seus anseios e problemas

— Quais os principais aspectos da actividade parlamentar? Como procede o Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português para se manter constantemente ligado às restantes frentes de trabalho do Partido?

— O nosso trabalho parlamentar tem aspectos variados, dos quais é justo salientar dois: em primeiro lugar, está a actividade política geral, de representação e de fiscalização, da Assembleia da República como órgão de soberania.

Para bem desempenhar esta parte do nosso trabalho, o grupo Parlamentar para além da informação geral e da que lhe chega através das organizações do Partido, apoia-se em volumosa correspondência de cidadãos e trabalhadores que nos escrevem ou telegrafam, recebe centenas de delegações de organizações de trabalhadores em entrevistas e contactos de informação, e os deputados aproveitaram todas as oportunidades para, em sessões de esclarecimento, ouvirem e auscultarem os anseios e as preocupações das massas populares, e melhor conhecer os problemas sectoriais — os problemas das empresas, do ensino, da saúde e segurança social, do custo de vida, etc.

Em segundo lugar, situa-se a participação na elaboração, discussão e aprovação das leis, isto é, no trabalho legislativo. Aqui se inclui também a competência da Assembleia da República para

sistemática do trabalho colectivo permite dar um maior alcance ao esforço individual de cada deputado.

A contra-revolução legislativa

— O Grupo Parlamentar do PCP e os seus deputados têm, de há um tempo a esta parte, utilizado a expressão “contra-revolução legislativa”. Queremos referir-te mais detalhadamente a esta expressão?

— Nós temos falado em contra-revolução legislativa porque o conjunto de diplomas que, ultimamente, a Assembleia da República tem vindo a aprovar com base numa aliança entre os partidos da direita reaccionária e o Partido Socialista, constituem cada um deles e o seu conjunto, ataques às principais conquistas revolucionárias consagradas na Constituição.

Esse conjunto de leis, se publicado e aplicado, significaria uma alteração da Constituição por via inconstitucional, já que a Constituição é a Lei Fundamental e nenhuma lei hierarquicamente inferior a pode alterar, ou mesmo deixar de a cumprir.

Não só constituiriam uma forma de alterar a Constituição inconstitucionalmente, como seriam os instrumentos jurídicos indispensáveis para, por essa via, se operar uma contra-revolução. Isto é, para destruir as conquistas de Abril e, de par com essa destruição, e forçosamente, liquidar as liberdades democráticas.

Este último aspecto é muito importante e é justo salientar, como nós temos dito, que a prática de leis iníquas, inconstitucionais e contra-revolucionárias não pode nunca passar sem o atropelo às liberdades, sem a repressão e sem a liquidação da democracia.

Por tudo isto, nós chamamos a este conjunto de leis a contra-revolução legislativa.

interesses ou exigir o cumprimento dos seus direitos.

Tão pouco vão esperar que nenhum instrumento jurídico lhes permita fazer o que só eles podem fazer por vontade própria, que é controlar as actividades anticonstitucionais e antilegislativas contra os seus interesses, que o patronato desenvolve dentro das empresas.

As leis iníquas da aliança PS-PPD-CDS

O mesmo se pode dizer da lei dos despedimentos. Essa lei, essa sim mais directamente gravosa, veio alargar de forma inaceitável, a possibilidade de o patronato despedir os trabalhadores, sem outra justificação, no fundo, que não seja a repressão patronal, a necessidade que o patronato tem, para reinar, de poder arbitrariamente despedir, ou castigar, ou suspender, ou de qualquer forma penalizar os trabalhadores.

Aqui a aplicação da lei depende, em última instância, da unidade e da organização dos trabalhadores e, portanto, da capacidade que eles terão de opor uma resistência efectiva, com base na razão que lhes assiste, contra as altitudes arbitrárias — embora falsamente fundamentadas na lei — do patronato.

É assim também em relação à lei da delimitação dos sectores público e privado. Essa deveria destinar-se a garantir, no cumprimento da Constituição, a salvaguarda das nacionalizações e dos seus objectivos fundamentais, isto é, de garantia de que não mais seria permitido ao grande capital recuperar o seu poder económico e dominar os sectores fundamentais da nossa economia.

Destinava-se também a garantir ao sector privado uma actuação livre de pelas naquelles sectores que, claramente, lhe estavam destinados pelo sistema jurídico-constitucional que nos rege, pela situação emergente da Revolução de Abril.

A lei foi votada com o acordo do PS, do PPD e do CDS — acordo por vezes encapado com votos de abstenção ou contra, quando não fazem perigar a passagem da lei. Alguns sectores totalmente

ARRENDAMENTO RURAL: UMA LEI DE DEFESA DOS INTERESSES DOS SENHORIOS RICOS

Bem pode dizer-se que a direita, em aliança com o grupo dirigente do PS, fechou com chave de ouro a 1.ª Sessão Legislativa da Assembleia da República. Aprovando a lei do arrendamento e a lei Barreto, a direita recolhe os louros da vitória, deixando ao PS os espinhos da capitulação.

A lei do arrendamento proposta pelo PPD, foi aprovada em votação global final pelo PS e CDS, votando contra o PCP. O Grupo Parlamentar comunista, conforme salientou Vítor Louro em declaração de voto, votou contra a aprovação da lei por duas razões: uma, de justiça social, outra, de defesa da economia nacional.

À noção de não haver justiça social neste País — salientou o deputado comunista — enquanto os camponeses continuarem a ser atraídos para a situação em que se encontram de extrema exploração e afastamento das conquistas sociais dos trabalhadores portugueses. E dentre os camponeses, os agricultores-rendeiros têm uma posição, particularmente desfavorável porquanto, relativamente aos agricultores-proprietários, não têm só de pagar uma renda que lhes leva os olhos da cara, como estão, na sua maior parte, sujeitos a despedimentos em qualquer altura.

E Vítor Louro prosseguiu: A noção vem à impossível que a economia portuguesa avance enquanto não for defendida a exploração agrícola e particularmente a pequena exploração, que representa um número esmagador. Da pequena exploração camponesa dependem centenas de milhares de famílias portuguesas, e depende em larguíssima

medida a subsistência do nosso Povo.

Seguidamente Vítor Louro salientou que a anterior lei satisfazia aquelas duas questões, a tal ponto que os rendeiros lhe chamavam justamente a nossa lei. Como essa lei foi agora revogada, a luta dos rendeiros continua, centrada sobretudo nos dois seguintes princípios fundamentais: garantia da estabilidade e continuidade do arrendamento e garantia da limitação das rendas.

Mais adiante, o deputado do PCP acentuou: Aqueles dois princípios fundamentais implicam alguns dos princípios que agora foram sensivelmente prejudicados: a renovação automática dos contratos (à semelhança do que se passa na habitação e nas outras actividades económicas — comércio e indústria); o direito à construção de benfeitorias e a indemnização por elas; a certeza contratual, através da forma escrita do contrato (como nos outros sectores da vida nacional); o pagamento de uma renda fixa e justa, isto é, em dinheiro e de valor limitado oficialmente.

Iniciando a denúncia de todas as manobras tendentes a piorar a situação de centenas de milhares de rendeiros, o deputado comunista revelou: O PPD/PSD e com ele o CDS e o PS, adoptaram jesuiticamente

o princípio da liberdade de contrato entre as partes. E desenvolveram com isso mais esta peça da contra-revolução legislativa. As partes só são livres de contratar quando estão em condições de igualdade. Mas qual é a igualdade entre os ricos e os pobres, entre os exploradores e os explorados, entre os senhorios e os rendeiros? Qual é a liberdade de negociação entre aqueles que precisam da terra para sobreviver e aqueles que, por terem outros rendimentos, se dão ao luxo de não a explorarem?

O deputado Vítor Louro criticou o facto de os outros partidos invocarem a existência de senhorios pobres. O PCP sabe que a situação dos senhorios pobres — disse Vítor Louro — não se resolve à custa dos rendeiros, mas sim por uma política social que vá ao seu encontro. Os outros partidos (o PPD/PSD, CDS e PS) invocam jesuiticamente os senhorios pobres para com esse argumento defenderem os senhorios ricos.

Referindo-se mais adiante à forma como se processou a discussão e votação na especialidade na Comissão de Agricultura, Vítor Louro salientou: É curioso notar que, a certa altura, quando algumas propostas progressistas já tinham feito vencimento,

o PPD/PSD exigiu o adiamento de uma reunião por motivo de precisar de reflectir... Depois desse fim-de-semana de reflexão do PPD/PSD, aconteceu que o PS aceitou uma proposta daquele partido que anulou completamente uma proposta do PCP que já tinha vencido com os nossos votos e do PS: essa proposta obrigava a que a renda dos contratos cujo senhorio tenha outra profissão que não a de agricultor, fossem sempre fixadas em dinheiro; pois, depois da reflexão do PPD/PSD, o PS votou com os partidos da direita uma proposta que diz que aquela obrigatoriedade só se aplica daqui a 9 anos!

Depois de ter exaustivamente denunciado alguns dos aspectos mais escandalosos aprovados na Comissão, Vítor Louro voltou a focar o momentoso problema da reflexão do PPD/PSD: Mas o PPD/PSD, como já referimos, ao ver que por acção conjunta do PCP e do PS, o seu projecto de lei não sairia profundamente alterado, pediu o adiamento da reunião para reflectir. E depois do fim-de-semana de reflexão do PPD/PSD, os

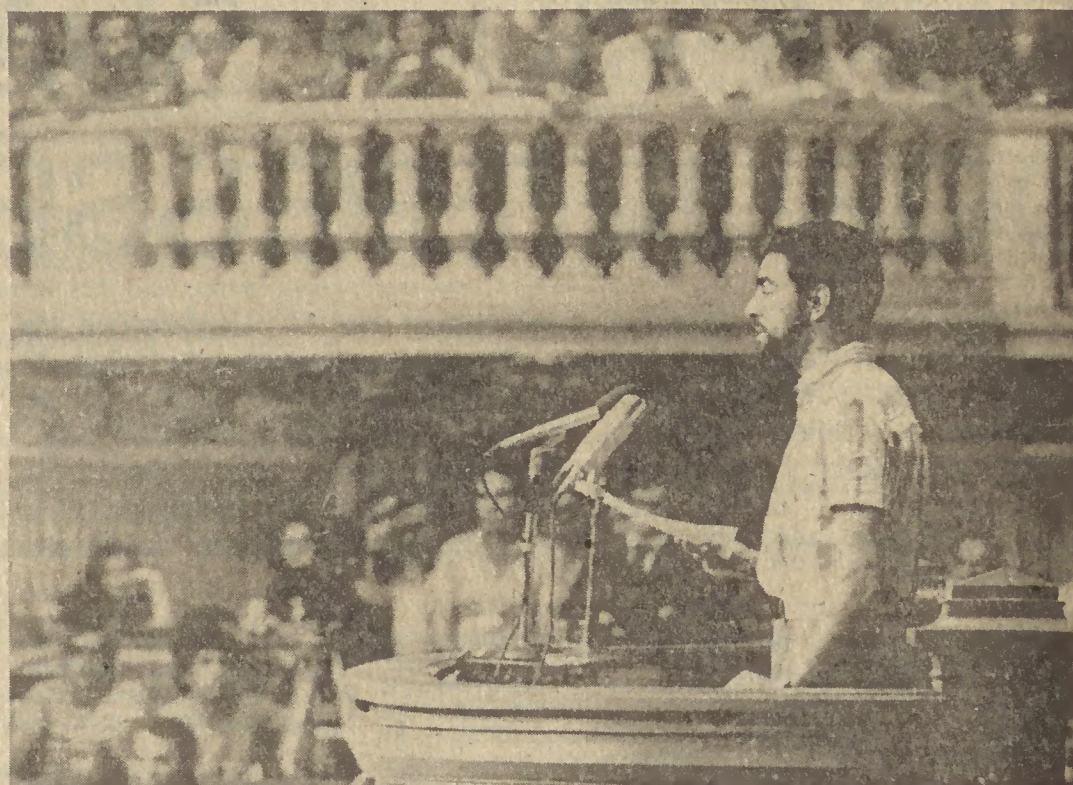
deputados do PS abdicaram da sua vontade, abdicaram dos seus princípios programáticos e, adoptando em matéria de parceria a cándida posição de abstenção, permitiram que vencessem todas as propostas feitas pelos comunistas.

Não temos dúvidas, pois, em afirmar — concluiu Vítor Louro — que a reflexão do PPD/PSD foi o pretexto para lembrar ao PS os seus compromissos com a direita; que esse fim-de-semana de reflexão social-democrata foi o tempo dos socialistas capitularem.

E a finalizar a sua intervenção, Vítor Louro afirmou:

Por fim queremos salientar que nenhum dos três partidos que permitiram que esta lei fosse aprovada deu ouvidos às razões apresentadas por aqueles que se dirigiram à Assembleia da República no âmbito da respectiva discussão pública. Nenhum deles ouviu os que se nos dirigiram, mas todos eles interpretaram os legítimos interesses dos que não se nos dirigiram. Eles mais um flagrante aspecto do conceito de democracia e do respeito pelas instituições democráticas — a diferença entre as palavras e os actos.

As alterações positivas que foram introduzidas na lei durante a discussão e votação na especialidade melhoraram substancialmente alguns dos mais negativos aspectos do projecto do PPD/PSD. Porém, elas não foram suficientes para reduzir significativamente



Vítor Louro

o imenso recuo que ela representa em relação à lei revogada.

A lei revogada era uma lei que defendia os interesses dos agricultores-rendeiros. A lei aprovada é uma lei de defesa dos legítimos interesses dos senhorios ricos.

A lei revogada era uma lei que, embora anterior à Constituição, preenchia cabalmente os

princípios constitucionais. A lei aprovada é uma lei que vem ao arrepio da Constituição.

A lei revogada era uma lei que permitia e incentivava o desenvolvimento económico agrícola e o progresso social. A lei aprovada é uma lei soprada do passado, retardadora do desenvolvimento e do progresso.

Por estes motivos votámos

contra a lei que agora foi aprovada.

Por estes motivos, os agricultores-rendeiros prosseguirão seguramente a sua luta por uma lei do arrendamento rural justa. A luta dos rendeiros faz parte da luta do Povo português pela democracia. A luta dos rendeiros e a democracia saíram vitoriosas.

LEI BARRETO: HÁ QUEM JÁ NÃO SUPORTE DEFENDER AS SUAS POSIÇÕES EM PÚBLICO

No final da votação global da lei chamada de bases da Reforma Agrária, com que a Assembleia da República terminou os trabalhos deste seu período suplementar e, simultaneamente, encerrou a 1.ª Sessão Legislativa, o deputado do PCP Vital Moreira proferiu a declaração de voto de que, seguidamente, transcrevemos as partes mais significativas:

A chamada lei da bases da Reforma Agrária voltou hoje ao Plenário desta Assembleia para efeito de votação final global, após a votação na especialidade efectuada na Comissão de Agricultura. E voltou ainda pior do que daqui saiu. Na discussão e votação na especialidade uma coligação PS-PSD, muitas vezes acompanhada pelo CDS, impôs não só a manutenção de todos os aspectos mais graves da proposta de lei, como a introdução de alterações que a agravam em muitos outros pontos.

É pena que a discussão e votação na especialidade não tenham sido feitas no Plenário, não deviam ter sido feitas a discussão e à votação públicas. Ficou claramente demonstrado que aqueles que se opuseram à discussão pública desta matéria tinham razões para a temer. Há quem já não suporte defender as suas posições em público e publicamente assumir as suas responsabilidades. Há quem tenha cada vez mais interesse em que as leis sejam votadas sem qualquer discussão, pelo menos pública. Há quem tenha tão pouca confiança na justiça das suas razões que a simples ideia da sua discussão pública os apavora. Tal como os fez tremer de pavor a mera proposta de se submeterem ao juízo do Povo português em novas eleições. É pena que não seja disponível um registo das reuniões da Comissão pois ele daria uma imagem de uma tal cruzada que poria a nu flagrantes casos de hipocrisia e de capitulação, tentativas de cercear a discussão, acordos de gabinete e de corredor, o mais soberbo desprezo pelos interesses e a vontade expressamente manifesta, dos trabalhadores. Todos os expedientes foram utilizados para tentar calar a voz da discordância e da contestação da lei.

Enquanto que na discussão na generalidade se evitou a discussão de questões de fundo com o argumento de que se tratava de questões de especialidade, agora, na Comissão, procurou-se evitar a mesma discussão com o argumento de que se tratava de questões de generalidade! Tentou-se fazer votar artigos sem qualquer discussão; houve recusas de justificação de propostas de alteração mesmo quando essa justificação era expressamente requerida. E nem sequer se hesitou em recorrer a caluniosas

campanhas de imprensa contra os deputados do Partido Comunista Português que na Comissão de Agricultura defenderam as posições do seu Partido, com o argumento de que estes procuravam «boicotar» a discussão e aprovação da lei...

Capitulação à direita

A lei acabada de votar confirma exuberantemente todos os argumentos aqui aduzidos por deputados do meu Partido contra ela. Ela não só mantém todos os aspectos negativos da proposta original do Governo como — no seguimento do acordo oficial entre o PS e o PPD — agrava alguns pontos importantes do seu articulado. Muitas das críticas que fizemos à lei e que aqui foram contestadas pelo Governo e por deputados do PS com o argumento de que as soluções criticadas não se encontravam na lei, acham-se agora explicitamente contidas na mesma. Salvo um ou outro ponto de importância marginal, nenhum dos aspectos em que, durante a discussão na generalidade, o Governo — a nomeadamente o prof. Henrique de Barros — pareceu dar razão a críticas que fizemos ao projecto, foi corrigido. Em muitos outros pontos as posições dos partidos da direita — do PPD e do CDS — foram contempladas.

Na verdade todos os aspectos negativos da proposta de lei do Governo se mantiveram na lei finalmente aprovada.

(...) Simplesmente, a lei agora aprovada não se limita a confirmar ponto por ponto, nos seus aspectos relevantes, a proposta de lei do Governo. Ela foi agravada por várias propostas de alteração que confirmam e acentuam o seu carácter pro-latifundiário e anti-Reforma Agrária.

No seguimento das alterações aqui anunciadas em primeira mão pelo deputado do PS, Sérvulo Correia, ainda antes da votação na generalidade, o Grupo Parlamentar do PS apresentou um conjunto de alterações que coplavam muitas das propostas anteriormente apresentadas pelo PSD (e algumas pelo CDS).

A situação adquiriu foros de ridículo quando se verificava que as propostas de alteração do PS não passavam de reprodução textual de propostas anteriormente apresentadas pelo PSD ou pelo CDS. Nem sempre foi fácil decidir qual dos partidos deveria desistir da sua proposta a favor do outro...

Todas essas alterações vão no sentido de beneficiar ainda mais os latifundiários, de lhes deixar ou dar mais terra, de lhes alargar as reservas e as maiorias, de lhes conceder mais e mais privilégios.

Depois de ter enunciado «as grandes conquistas dos latifundiários» consignadas nesta lei, Vital Moreira prosseguiu:

A aprovação destas propostas e outras, por parte do PS, do PSD e do CDS representam

o completo e definitivo desmascaramento dos objectivos e do significado da proposta de lei do Governo. O Governo pôde tomar suas as propostas do PSD porque elas iam ao encontro da lógica da sua própria proposta e não são mais do que a concretização da sua filosofia. O objectivo da proposta de lei revela-se agora, se possível, ainda mais transparente: é um instrumento jurídico da manutenção e da restauração da grande exploração capitalista e do modo de exploração latifundista com efectiva destruição das cooperativas e unidades colectivas de produção.

Com a aprovação destas propostas do PSD, a lei Barreto ganhou outros progenitores, que só não têm direito a nome no registo porque se mantêm incógnitos. Mas os padrinhos comuns, esses, são conhecidos. São o grande capital e o latifundiário.

Em toda a discussão da proposta de lei o Partido Comunista Português manteve uma empenhada intervenção no sentido de minorar os prejuízos da lei. Os deputados do Partido Comunista Português apresentaram dezenas de propostas de alteração. Procuraram por todos os modos favorecer um total esclarecimento no sentido de cada artigo e de cada proposta de alteração. Lutaram contra o agravamento da lei através das propostas conjuntas do PS/PSD/CDS. Enfim, tentaram sensibilizar os deputados do PS para as suas responsabilidades na aprovação de soluções iníquas, inconstitucionais e ofensivas dos interesses dos trabalhadores. Quase sempre fomos vencidos. Mas frequentemente a única razão que nos foi contraposta foi a da maioria dos votos, que não a razão dos argumentos.

Depois de ter referido as várias propostas apresentadas pelo PCP e que foram recusadas pela maioria de votos do PPD-CDS-PS e de ter salientado que o esforço dos deputados comunistas não tinha sido totalmente inglório, uma vez que se tinha conseguido evitar o ainda maior agravamento da lei, Vital Moreira prosseguiu:

A lei agora aprovada mantém igualmente todo o seu carácter inconstitucional, também este agravado do mesmo modo agravado.

É incompatível, global e genericamente com a Constituição, porque, enquanto esta aponta para, e exige, uma Reforma Agrária

anti-latifundista e anticapitalista, esta lei visa cercear ou liquidar integralmente o que já se realizou pela Reforma Agrária, e em vez de entregar a terra a quem não a trabalha, em vez de expropriar os latifundiários, expropria os trabalhadores. Porque, enquanto na Constituição a Reforma Agrária é um instrumento de construção da sociedade socialista no quadro de novas relações de produção, a lei inclui um projecto de manutenção e restauração capitalista, no quadro da manutenção ou reconstituição do essencial do regime latifundista. Porque a lei não só não avança no sentido da Constituição, como, ao invés, retrocede em relação ao caminho já andado.

A lei é ainda incompatível com a Constituição em muitas das disposições concretas. Ao excluir da expropriação latifundiários e grandes explorações pertencentes a determinadas entidades — incluindo sociedades comerciais — quando a Constituição não faz nem admite qualquer distinção. Ao excluir da expropriação os restantes meios de produção directamente utilizados na exploração da terra — quando a Constituição exige expressamente a expropriação das empresas incluindo a terra e os meios de produção. Ao manter reservas de exploração para arrendatários capitalistas nas terras expropriadas — quando a Constituição expressamente indica que as terras expropriadas só podem ser entregues para exploração a pequenos agricultores, a cooperativas de produção ou a unidades colectivas de trabalhadores. Ao admitir a devolução de terras nacionalizadas — quando a Constituição garante como irreversíveis as nacionalizações. Ao eliminar a figura das unidades colectivas de produção, caracterizando-as como unidades de Estado ou mistas — quando a Constituição é expressa em caracterizá-las como unidades de produção não estaduais, constituídas e geridas pelo colectivo dos trabalhadores, etc., etc. — Tudo isto são aspectos em que nem a imaginação de que o Governo tem das mostras poderá evitar o seu contraste com a Constituição.

A isto o PS procurou somar mais duas flagrantes inconstitucionalidades. Uma via-se permitir alienar as terras expropriadas, transformando-as em domínio privado do Estado. Essa proposta não passou, de tal modo escandalosa ela era. Pelo contrário ficou agora mais claramente fixado que as terras expropriadas são domínio indisponível e inalienável do Estado.

Mas a outra proposta, essa foi aprovada. Correspondendo, mais uma vez, a uma proposta adiantada pelo PSD, trata-se de criar uma Comissão designada pela Assembleia da República, destinada a apreciar, em via de recurso, actos do MAP. Isto é: o Governo aliena as suas responsabilidades administrativas, e a Assembleia da República passa, por via indirecta, a exercê-las. São claramente infringidos o princípio constitucional da separação dos poderes, bem como o princípio de que o Governo é o órgão supremo da administração pública.

Trata-se de uma verdadeira subversão da ordem constitucional: o Governo dispõe-se a ver os seus actos administrativos revogados por um órgão administrativo de extracção parlamentar. Com o argumento — justo — de que era necessário diminuir os poderes discricionários que a lei confere ao Ministro, o PSD apresentou, e o PS fez sua, uma proposta que expropria o Governo dos seus poderes e responsabilidades constitucionais para os entregar a uma comissão parlamentar. A discricionariedade continua a sê-lo; só mudou de mãos. Na sua capitulação perante a direita o PS não hesitou em alienar uma parte do Governo. Se isto servir de precedente, em breve teremos de nos interrogar para que serve o Governo e se não haverá vantagem em eliminá-lo e entregar as atribuições governamentais às comissões parlamentares...

Contudo, neste momento não há qualquer réstea de justificação para tais dúvidas. A incapacidade do Governo para responder às críticas que aqui foram produzidas durante o debate na generalidade, a aceitação por parte do Governo das propostas de alteração do PSD, as consequências directas e obrigatórias da lei, a própria prática do MAP, não deixam qualquer dúvida minimamente séria de que os propósitos desta lei são mesmo de levar a aplicação desta lei até às últimas consequências de destruição da Reforma Agrária.

Mas as consequências da aplicação desta lei serão tão graves, que não poderão deixar de desencadear um poderoso movimento popular contra ela tendente à sua suspensão ou revogação.

Ela começou com uma firme oposição dos mais directamente interessados: os trabalhadores rurais das cooperativas e das unidades colectivas de produção, os pequenos agricultores. Os resultados da consulta às organizações de trabalhadores e pequenos agricultores é impressionante e não deixa margem para dúvidas. Das tomadas de posição expressas em cartas, moções, abaixo-assinados e telegramas, 929 foram no sentido da condenação da lei e apenas 7 lhe foram favoráveis. A lei Barreto surge à partida condenada por aqueles a quem devia directamente servir.

Mas a sua aplicação e as consequências a que esta dará lugar serão tão graves que não podem deixar de alargar o movimento de oposição à lei a todas as camadas trabalhadoras, a todos os democratas, a todos os que prezam as conquistas de Abril e lutam pela defesa

Revolução e ao regime democrático constitucional. As suas implicações para a economia nacional, para os direitos e interesses dos trabalhadores, para a salvaguarda da Constituição e do regime democrático são graves.

A ser aplicada, até aos limites dos poderes conferidos ao MAP, esta lei levaria à restituição aos latifundiários de uma grande parte da terra já expropriada ou nacionalizada, implicaria a destruição ou inviabilização prática de grande número de cooperativas e unidades colectivas de produção; daria lugar à reconstituição da grande empresa capitalista e do latifundiário; conduziria ao desemprego milhares de trabalhadores expulsos das terras que actualmente exploram; daria lugar a uma enorme desorganização da produção. Isto não poderia deixar de conduzir por sua vez a pôr em causa a estabilidade social e política, à utilização de medidas de repressão perante a legítima resistência dos trabalhadores, a medidas iníquas, à reconstituição do poder económico dos grandes agrários, enfim, a pôr em perigo o regime democrático.

E possível que alguns alimentem propositalmente ilusões quanto à extensão da gravidade da lei; que procurem acreditar que ela não é tão má como isso; que ainda esperem que o Governo a não levará às últimas consequências; que ainda duvidem que os propósitos de um Governo que se reclama do socialismo possam ser tão sinistros.

Contudo, neste momento não há qualquer réstea de justificação para tais dúvidas. A incapacidade do Governo para responder às críticas que aqui foram produzidas durante o debate na generalidade, a aceitação por parte do Governo das propostas de alteração do PSD, as consequências directas e obrigatórias da lei, a própria prática do MAP, não deixam qualquer dúvida minimamente séria de que os propósitos desta lei são mesmo de levar a aplicação desta lei até às últimas consequências de destruição da Reforma Agrária.

Mas as consequências da aplicação desta lei serão tão graves, que não poderão deixar de desencadear um poderoso movimento popular contra ela tendente à sua suspensão ou revogação.

Ela começou com uma firme oposição dos mais directamente interessados: os trabalhadores rurais das cooperativas e das unidades colectivas de produção, os pequenos agricultores. Os resultados da consulta às organizações de trabalhadores e pequenos agricultores é impressionante e não deixa margem para dúvidas. Das tomadas de posição expressas em cartas, moções, abaixo-assinados e telegramas, 929 foram no sentido da condenação da lei e apenas 7 lhe foram favoráveis. A lei Barreto surge à partida condenada por aqueles a quem devia directamente servir.

Mas a sua aplicação e as consequências a que esta dará lugar serão tão graves que não podem deixar de alargar o movimento de oposição à lei a todas as camadas trabalhadoras, a todos os democratas, a todos os que prezam as conquistas de Abril e lutam pela defesa

e desenvolvimento do regime democrático constitucional. Alguns mesmos dos que hoje a votaram por dever de ofício, por inconsciência da sua gravidade, ou simplesmente por mercenarismo político, não poderão deixar de se voltar contra ela.

E um regime democrático não pode subsistir durante muito tempo uma lei que põe em causa o próprio regime democrático e que tenha contra si a mais firme oposição dos trabalhadores, das forças democráticas e da maioria do Povo.

Por sua parte, o Partido Comunista Português não abdicará dos seus direitos de se opor a ela por todos os meios constitucionalmente legítimos e de mobilizar esforços no sentido da sua revogação. Não duvidamos da força e da capacidade dos trabalhadores rurais, dos camponeses, de todos os homens progressistas para defender a Reforma Agrária. A lei da contra-reforma agrária não conseguirá aliquidar a Reforma Agrária.

Referindo-se ao edifício da contra-revolução legislativa — de que esta lei é a pedra de fecho — Vital Moreira acentuou mais adiante:

Trata-se da realização de um projecto coerente e global contra a ordem económica saída das transformações realizadas após o 25 de Abril, tendente a limitar ou liquidar o papel das formações económicas não capitalistas. Combinadas com as medidas económicas — em pacote ou avulsas — que têm beneficiado por todos os modos a recuperação capitalista, que têm feito pagar às classes trabalhadoras — através de uma inflação de 30% a 40% e do congelamento de salários — os custos dessa mesma recuperação, e combinadas ainda com o enfundamento ao capital estangeiro e ao imperialismo — designadamente através do endividamento externo — aquelas medidas legislativas constituem um instrumento fundamental de reconstrução dos privilégios de uma grande burguesia, de reconstituição de uma oligarquia capitalista e financeira.

Todas essas medidas legislativas têm sido o apoio activo dos partidos da direita, ou a sua benevolência colaborante. O mesmo acontece com esta lei da contra-reforma agrária. Aprovada na generalidade pelo PSD, alterada no sentido das suas principais propostas, a lei da contra-reforma agrária é, também ela, um produto da aliança (formal ou factual pouco importa), do PS com a direita. O próprio CDS pode continuar, por razões táticas, a não apoiar a lei, pela simples razão de que se encontra na agradável posição de ver aprovada uma lei, que no fundamental o satisfaz, sem ter necessidade de com ela se comprometer.

A oposição do PCP a todas as leis componentes desta contra-revolução legislativa assentam na fidelidade à nossa luta pela defesa e consolidação do regime democrático pela realização da Constituição, pelos interesses dos portugueses e pelo desenvolvimento económico e pela independência nacional.

Por um conjunto de circunstâncias a votação desta lei da contra-reforma agrária

fecha a 1.ª sessão legislativa da Assembleia da República. Não deixa de ser um facto sintomático.

Como foi possível?

Ao encerrar a 1.ª sessão legislativa com a votação desta lei, a Assembleia da República foi transformada pela maioria PS/PSD/CDS em instrumento de cerceamento ou liquidação das conquistas de Abril, de reconstituição do poder do grande capital, dos latifundiários e do imperialismo.

Há um ano, no início da sessão legislativa, seria lícito esperar que a 1.ª sessão legislativa desse lugar à realização da Constituição, ao desenvolvimento das conquistas de Abril, à garantia dos direitos dos trabalhadores ainda não legalmente garantidos, à substituição da ordem jurídica fascista na parte ainda subsistente. Havia razões que podiam alimentar tal expectativa. O Povo português havia feito eleger para esta Assembleia uma maioria de deputados comprometidos com a Constituição e com estes objectivos, que se reclamavam das conquistas de Abril e dos interesses dos trabalhadores.

Não se poderia razoavelmente imaginar que um ano depois teria sido aprovado um conjunto de leis completamente incompatíveis com aqueles objectivos.

Como foi isto possível? Como se efectivou aquilo que seria difícil admitir que acontecesse a um tal ritmo e com uma tal extensão?

Isto só foi possível porque houve quem, reclamando-se da Constituição, não hesitou em a infringir, frequentemente de modo despusdorado. Porque houve quem, reclamando-se do socialismo, não se refreou de servir de melhor instrumento da restauração capitalista. Porque houve quem, reclamando-se dos interesses dos trabalhadores, se dispôs a sacrificar os seus direitos em favor dos grandes capitalistas e dos latifundiários. Porque houve quem, reclamando-se da independência nacional, se dispôs à servil execução de todas as directivas das agências estrangeiras e supranacionais do grande capitalismo e prestamismo internacionais. Porque houve quem, reclamando-se de uma fórmula de um governo sem alianças, acabou em permanente abraço com os partidos da direita em termos de realizar, ponto por ponto, a sua política. Enfim, porque houve quem rasgou os seus compromissos eleitorais, meteu na gaveta o seu programa de partido e considerou o Programa do Governo como um manual de boas intenções para evidentemente, não serem cumpridas.

Estou obviamente a referir-me ao Partido Socialista.

Os trabalhadores e o Povo português em geral não deixarão de avarar as responsabilidades devidas e de retirar daqui as necessárias lições. Os trabalhadores e o Povo português não deixarão de encontrar forças para que as conquistas ganhas não se percam, as liberdades alcançadas não sejam destruídas, a democracia adquirida não feneça, e a perspectiva do Socialismo não deixe de ser uma realidade alcançável em Portugal.



Vital Moreira

REFORÇAR O PARTIDO É DEFENDER A REVOLUÇÃO!

O documento saído da reunião do Comité Central do nosso Partido, de 31 do passado mês de Julho, assume a maior importância no contexto político nacional, não só pelas propostas nele inseridas — as quais motivaram as mais diversas reacções — mas também pela análise objectiva e coerente da nova situação criada pela aprovação, na Assembleia da República, de leis antipopulares, e pela aliança objectiva do partido do Governo com o PPD e o CDS.

PCP, vanguarda do povo trabalhador

Da análise da presente situação política, salienta-se um factor primordial para a defesa da Revolução: o PCP continua a ser o único dos grandes partidos que defende consequentemente, na sua actividade diária, em todas as suas acções, os interesses do povo trabalhador, as conquistas do 25 de Abril e a independência nacional.

Isto significa que o reforço e o alargamento da influência do nosso Partido são condições essenciais para o desenvolvimento da luta contra o perigo fascista, contra a recuperação capitalista, agrária, e imperialista — uma luta em que estão empenhados todos os verdadeiros democratas e progressistas.

Alargar a influência do Partido

O reforço e o alargamento da influência do PCP são, pois, na presente situação, condições fundamentais para a consolidação do regime democrático, aneado pelas manobras do fascismo e da reacção e pela actual política governamental de cedências à direita.

Tal como sublinha o documento do CC, o reforço orgânico do nosso Partido (aumento de efectivos, melhor estruturação e mais intensa vida partidária a todos os níveis), é uma tarefa de cuja realização dependerá em larga medida a justa orientação dos trabalhadores e a capacidade de ganhar as mais amplas massas para posições justas e para a defesa do regime democrático.

Campanha de recrutamento

A campanha de recrutamento que se iniciou no passado dia 1 ("Promoção das Conquistas de Abril") e que tem como objectivo o recrutamento de mais 10 mil membros para as fileiras do Partido até ao fim do ano, assim como o prosseguimento do trabalho de organização e estruturação, apontado a um melhor funcionamento dos organismos intermédios e das células de empresa e a uma mais dinâmica política de quadros — são tarefas que os comunistas devem ter presentes na sua prática militante e à qual devem dar a maior atenção.

Informação e propaganda

Também se reveste de grande importância a intensificação das acções de esclarecimento, de informação

e de propaganda do Partido.

Numa altura em que o Governo minoritário do PS tenta impedir a divulgação das iniciativas e da actividade dos comunistas, ou deturpa o significado das nossas propostas, monopolizando a programação dos órgãos de Comunicação Social estatizados (nomeadamente a RTP), torna-se extremamente necessária a ampliação das acções de informação.

Para responder ao interesse que as massas populares manifestam pelo esclarecimento objectivo e verdadeiro dos grandes problemas nacionais, é necessário que cada organização, cada militante contribua para que seja levada à prática uma ampla acção de esclarecimento que compreenda a diversificação da propaganda; o desenvolvimento das iniciativas regionais e locais; a prioridade às formas de propaganda que cheguem junto das mais amplas camadas populares; o aumento de tiragens das publicações do Partido; a edição de documentos que abordem problemas concretos e nos quais se exprima, de forma clara, a posição do nosso Partido, novas iniciativas no domínio da imprensa; e o melhoramento da venda do "Avante!"

A par das acções de esclarecimento, informação e propaganda, é também tarefa do momento promover a realização de mais iniciativas

de massas: espectáculos populares, sessões de convívio e Canto Livre, festas, etc..

Neste aspecto, assume particular importância a Festa do "Avante!". O seu pleno êxito está dependente das iniciativas e do esforço das organizações do Partido, assim como do trabalho, da acção e da imaginação dos militantes e simpatizantes do PCP.

A batalha ideológica

Na conjuntura actual reveste-se de grande importância o desenvolvimento do trabalho ideológico, outra das frentes em que os militantes comunistas se devem empenhar a fundo.

O aproveitamento do trabalho ideológico deve-se dirigir, principalmente, para a divulgação, explicação e esclarecimento da linha do nosso Partido, contrapondo-a à ideologia fascista, aos oportunismos de direita e de "esquerda", ao anticomunismo e ao antisovietismo.

No seu documento de 31 de Julho o CC pronuncia-se firmemente tanto contra as tendências esquerdistas de "quanto pior melhor" como contra as tendências do "mal menor" dos oportunistas de direita.

As características da presente situação implicam uma maior preparação ideológica. Cada camarada, cada militante do PCP tem de ser no quotidiano um

esclarecedor, um elemento profundamente ligado à luta política, um revolucionário pronto a desmascarar, em qualquer ocasião, as falsas argumentações e as palavras fáceis do esquerdismo e do oportunismo de direita.

A unidade necessária

É também tarefa do momento levar à prática em todo o lado a unidade antifascista e a união entre todos os trabalhadores. O nosso Partido está aberto à cooperação com todas as forças e organizações democráticas, que estejam interessadas na consolidação da democracia, das liberdades e das conquistas revolucionárias.

É necessário que os militantes comunistas levem à prática em todos os locais, nas fábricas, nos campos, nas empresas, nas escolas, nas organizações populares, a política de unidade preconizada pelo Partido.

É, pois, tarefa do momento continuar a luta contra o sectarismo, pela abertura e o diálogo com todos os democratas e progressistas, nomeadamente os socialistas traídos pela direcção do PS, com os quais é cada vez mais possível e necessário um amplo trabalho unitário. Que cada militante do Partido tenha bem presente no seu dia-a-dia a força da unidade democrática, a força da unidade em torno da defesa das conquistas da Revolução e dos interesses nacionais.

SOCIALISTAS E COMUNISTAS NO PORTO E EM TODO O NORTE

Que tipo de relações existem no Porto e no Norte do País entre os militantes socialistas e comunistas? Qual é a posição do grupo dirigente do PS? Qual deverá ser a atitude dos militantes comunistas? Estas questões foram abordadas pelo camarada Ângelo Veloso no discurso que pronunciou no grande salão do Palácio de Cristal. São palavras que retratam uma situação e apontam tarefas.

Adesões ao PCP

«Nós não conseguimos estar à altura da situação se não levamos a cabo uma persistente batalha contra o sectarismo e pela unidade de todos os homens e de todas as forças progressistas».

«Nós conhecemos quem são os socialistas no Norte do País. Por isso, podemos afirmar que, na imensa maioria, são homens e mulheres verdadeiramente progressistas e de esquerda, desejando como nós a construção em Portugal de uma sociedade socialista».

Muitos deles estão verdadeiramente envergonhados com a política do grupo dirigente do seu partido. Muitos e muitos são operários ou empregados, camponeses ou intelectuais, ou pequenos comerciantes que têm com os seus irmãos comunistas os mesmos interesses e as mesmas aspirações.

A maioria dos socialistas vê com profunda desilusão que a política do Governo PS é a política dos reacçãoários do PPD e do CDS, dos grandes capitalistas, dos grandes agrários e do imperialismo.

Por isso, centenas de socialistas têm nos últimos meses pedido no Norte a adesão ao nosso Partido. Mesmo antigos dirigentes

locais ou mesmo antigos candidatos do PS. Milhares de outros têm-se limitado a abandonar o PS, desorientados e desiludidos.

O grupo dirigente do PS irá fazer todos os esforços para criar choques entre os militantes comunistas e os militantes socialistas. Procurará azedar ou inventar mal-entendidos, lançar calúnias, multiplicar os conflitos locais. Para fazer crer que os comunistas não criticam e combatem apenas a política de direita do Governo PS e do grupo dirigente do PS, mas que combatem todo o PS e todos os socialistas.

Todos os esforços do grupo dirigente do PS serão virados para dividir e dividir cada vez mais socialistas e comunistas.

Tarefa dos comunistas

Aos militantes comunistas cabe a tarefa histórica de insistir, de persistir, de teimar na unidade de acção entre socialistas e comunistas. Cabe-nos mostrar pacientemente que temos os mesmos objectivos e que temos os mesmos inimigos e que nos podemos unir. Já hoje em dezenas de empresas e bairros, em freguesias e mesmo a nível concelhio, em autarquias e em estruturas populares, militantes

comunistas discutem fraternalmente com militantes do PS e procuram encontrar formas e objectivos de acção comum para bater a reacção e a direita, para fazer frente ao patronato ou para melhorar a vida das populações.

Nós apelamos aqui, solenemente, para que todos os militantes comunistas redobrem os seus esforços unitários. É necessário que, um pouco por todo o lado, se aprofunde o debate, a acção e o entendimento de todos os homens e mulheres progressistas e, em primeiro lugar, entre socialistas e comunistas.

Hoje há condições para alargar ainda mais a influência e a força do nosso Partido.

O nosso Partido é hoje o único partido com condições para encarnar verdadeiramente os interesses populares, para dirigir e mobilizar a luta por uma vida melhor.

Nós dizemos claramente aos militantes comunistas do Norte que é preciso ir ainda mais audazmente às massas, esclarecê-las, uni-las, organizá-las e mobilizá-las. É preciso aumentar o papel dos comunistas em todo o movimento sindical, em todo o movimento camponês, em todo o movimento popular, em todas as organizações ou associações progressistas, sejam quais forem.

Aumento de influência

Há todas as condições para que venham ao nosso

Partido no Norte, milhares de novos militantes, de trabalhadores, de rendeiros, de pequenos agricultores e comerciantes, de homens e mulheres que só no nosso Partido encontram quem verdadeiramente defenda os seus interesses. Hoje como ontem, agora como sempre, nós recusamos sistematicamente tanto a demagogia fácil como o aventureirismo suicida. Mas hoje cabe ao nosso Partido a responsabilidade histórica de ser o único grande Partido português com uma prática política de esquerda.

Os militantes comunistas saberão também no Norte a sua missão e a sua responsabilidade.

Noutro passo do seu discurso, Ângelo Veloso acentuava:

«A direita e o patronato reprimem e tentam limitar as liberdades porque têm medo. E sabe-se porque! A direita sabe que tem perdido terreno no Norte. O jornal "Expresso" afirma que o nosso Partido aumentaria votos na zona do Porto. Nós dizemos-lhe que é mentira. Nós afirmamos que o Partido Comunista aumentou a sua influência, o seu prestígio e o número dos seus militantes não apenas no Porto mas em todo o Norte do País. E aumentou-os muito».

É que as pessoas começam a ver claramente o que significa na prática a demagogia anticomunista. Os trabalhadores e os camponeses vêem hoje melhor quem é que defende os seus interesses».

Portimão

ENTUSIASMO E ALEGRIA NA «FESTA DE AGOSTO»

Os militantes comunistas do Algarve levaram a efeito nos passados dias 13, 14 e 15 a "Festa de Agosto", cujo programa incluiu, entre outras iniciativas, baile, Canto Livre, variedades, exposições, teatro e stands.

A Jornada, que decorreu na Casa dos Pescadores de Portimão, foi caracterizada pela participação entusiástica de largas centenas de pessoas, pelo ambiente de alegria e confiança no futuro que reinou durante os três dias da festa e pela excelente organização.

No último dia da jornada decorreu uma sessão de esclarecimento político em que usaram da palavra os camaradas Margarida Tengarrinha, do Comité Central, que falou sobre as consequências da "lei Barreto"; e Carlos Durão, suplente do CC, que se referiu às propostas do nosso Partido e às diversas reacções que suscitaram.

Também se encontravam na mesa da sessão os camaradas Carlos Carvalhal, do CC, Vítor Moreira, e Vítor Louro, deputados comunistas na Assembleia da República, e ainda José Rocha, da DORAL e alguns camaradas da Comissão Concelhia de Portimão, do PCP.

JORNADA DE CONVÍVIO EM BORDEIRA (FARO)

No passado dia 12, decorreu na localidade de Bordaíra, no distrito de Faro, uma jornada de convívio popular promovida pelo PCP, em que estiveram presentes cerca de 400 pessoas.

Além de teatro e Canto Livre, houve uma intervenção política que esteve a cargo do camarada Albano Nunes, membro do Comité Central do Partido.

SESSÃO CULTURAL EM SILVES

Com a presença entusiástica de várias centenas de pessoas, realizou-se na passada segunda-feira uma sessão cultural em Silves, promovida pela organização local do nosso Partido.

No palco aconteceu teatro e Canto Livre.

CARLOS COSTA EM MONCHIQUE

O camarada Carlos Costa, membro do Secretariado e da

Comissão Política do Comité Central do PCP, participou no passado dia 12, em Monchique, numa sessão de esclarecimento, onde estiveram cerca de 200 pessoas.

Na mesa sentaram-se também os camaradas Margarida Tengarrinha, do CC, e o economista Mendes Correia. Entre outros temas, foram focadas as resoluções da reunião do Comité Central de 31 de Julho e a ofensiva contra a Reforma Agrária.

CARLOS BRITO NA QUARTEIRA

Cerca de 130 pessoas participaram, no passado dia 11, na Quarteira numa sessão de convívio organizada pelos militantes comunistas para comemorar o primeiro aniversário do Centro de Trabalho local.

O camarada Carlos Brito, membro da Comissão Política do Comité Central do Partido, esteve presente na sessão, tendo usado da palavra para se referir, em particular, à actual situação política.

Entretanto, no passado dia 13 realizou-se na Quarteira uma jornada cultural que incluiu teatro e Canto Livre, a que assistiram 130 pessoas. A iniciativa coube aos militantes comunistas da localidade.

VITAL MOREIRA EM V.R. DE S. ANTÓNIO

Com a presença do camarada Vital Moreira, realizou-se no passado dia 13, em Vila Real de S. António, uma sessão de esclarecimento em que participaram largas centenas de pessoas.

A intervenção do deputado comunista, que seria atentamente escutada pela assistência, versou, em especial, as leis antipopulares recentemente aprovadas na Assembleia da República, as quais se inserem, tal como sublinhou o camarada Vital Moreira, na ofensiva contra as conquistas da Revolução e na política de recuperação capitalista, agrária, obscurantista e imperialista do partido do Governo.

FESTA NA AMADORA

Fados, canto livre, convívio e alegria, caracterizarão a Festa Popular da Amadora, que se realiza no próximo sábado, dia 20, pelas 21 horas, no recinto do jardim, junto à estação do comboio.

Participam nesta festa popular os artistas Rui Olival, Quim Valente, Luís Oliveira, Alina Amélia Prouça, Grupo "Mãe Viva", conjunto "25 de Abril", Paulo Campos, Januário e outros.

O GRUPO DIRIGENTE DO PS PERSISTE NA TENTATIVA DE ILUDIR OS PROBLEMAS

O PS reuniu a sua Comissão Nacional. Perderam as ilusões aqueles que dessa reunião esperavam qualquer rectificação à linha seguida. O grupo dirigente do PS continua a evidenciar um profundo divórcio dos problemas reais do Povo e do País e uma flagrante falta de perspectivas compatíveis com o projecto de vida colectiva consagrado na Constituição, conforme assinala uma nota da SIP do PCP entretanto emitida.

O que diz o PS e a realidade

«A grave situação económica e financeira do País e o profundo agravamento das condições de vida de todas as camadas laboriosas, ao contrário do que pensam os dirigentes do PS, não constituem terreno propício à sua demagogia» — prossegue a nota da SIP.

«O PS e o seu Governo proclamam que saem fortalecidos deste momento da vida nacional; na verdade, enfrentam uma vastíssima onda de descontentamento popular perante a sua política. Afirmam que a recuperação económica está em marcha e que no País há um clima evidente de bem-estar; na verdade, a dura realidade é a estagnação da produção industrial e proximamente de uma grave quebra da produção agrícola, o crescente endividamento externo, a subida dos preços, como

consequências inevitáveis da recuperação capitalista que o Governo do PS patrocina e dirige, aliado com a direita. Gritam que depois do 25 de Abril nunca houve tanta liberdade em Portugal; na verdade, nunca depois do 25 de Abril houve tantas restrições às liberdades, nem se assistiu a uma tão vasta ofensiva de repressão patronal nas empresas, traduzida em centenas de despedimentos, suspensões, agressões físicas e outras violências contra os trabalhadores, tudo com o estímulo ou complacência cúmplice do Governo».

Acusam o PCP de tenebrosas intenções, mas, na verdade, é o PS e o seu Governo que ofendem o pluralismo, monopolizando escandalosamente os órgãos de comunicação estatizados, tentando abafar os protestos populares, saneando implacavelmente democratas do aparelho de Estado, reintegrando fascistas e fazendo do nepotismo e do favoritismo partidário uma

regra essencial no provimento de cargos públicos».

O «gonçalvismo» e a política da direita

«Insistindo numa falsificação histórica que hoje já está produzindo efeitos contrários aos desejados pelos seus autores, os dirigentes do PS proclamam que a série de leis recentemente aprovada na Assembleia da República representa mais uma «derrota histórica» do que chamam — com a habitual falta de dignidade e seriedade — «o gonçalvismo»».

Mas é evidente que o principal derrotado da recente ofensiva legislativa contra as conquistas da revolução é o próprio PS como partido democrático que se reclamava dos trabalhadores e do socialismo. Derrota de um partido que faz sua política reclamada pela direita como palmar para a conquista do poder. Derrota de um partido que renega o seu programa e os seus compromissos eleitorais e os substitui sem vergonha pela capitulação perante as manobras do PPD e do CDS e por uma política de restauração do poder económico e político do grande capital e dos agrários. Derrota, finalmente, de um partido que no seu Programa Eleitoral de Abril de 1976 (Portugal Socialista, N.º 90, de 8.4.76, pág. 5), considera o PPD e o CDS como partidos de direita propondo uma política com o objectivo de ver recuperados os privilégios perdidos pelos detentores do poder económico a qual só seria aplicável num clima de repressão sobre os trabalhadores portugueses» — e que hoje com eles se alia, por exemplo, para entregar milhões de contos aos monopolistas e agrários para entregar aos Mellos só em juros, livres de impostos, qualquer coisa como, no mínimo — 8000 contos por mês, 1923 contos por semana, 273 contos por dia, 11 contos por hora.

Apesar da demagogia do PS, a verdade é que mesmo para muitos portugueses que manifestaram reservas em relação a esse período do processo democrático, se toma dia a dia, mais claro que o combate do PS ao que chama «gonçalvismo» mais não é do que a cobertura para a sua ofensiva, em aliança com

a direita, contra todas as conquistas de Abril. O facto de há tempos num comício o ministro António Barreto ter condenado os três anos de «gonçalvismo» ilustra bem que há dirigentes do PS que quando falam do «gonçalvismo» estão afinal a pensar em toda a revolução portuguesa, do 25 de Abril até hoje».

Aos dirigentes do PS, para serem fiéis às suas obsessões e coerentes com o ódio que estão manifestando às transformações democráticas realizadas pela revolução, apenas falta, por enquanto, a audácia de incluir nas «sequelas legislativas do gonçalvismo» a própria Constituição da República e reclamarem em seguida — não apenas o seu esvaziamento de conteúdo através de leis gerais inconstitucionais como estão fazendo — mas a sua revisão pura e simples, com a colaboração «inevitável» do PPD e CDS».

Uma saída democrática e constitucional

E a nota da SIP acentua, a terminar:

«O grupo dirigente do PS persiste na tentativa de iludir os problemas e prepara-se para se afundar ainda mais nos braços da direita».

O PCP, sublinhando ser inútil voltar as costas à realidade, insiste em que é urgente encontrar uma saída democrática e constitucional que, travando a política de catástrofe que está a ser seguida, garanta a consolidação do regime democrático consagrado na Constituição e abra caminho para a recuperação económica, ao serviço do Povo e do País.

As recentes propostas do PCP são uma base séria, construtiva e constitucional no caminho para sair das dificuldades actuais. A sua falsificação e rejeição por parte do PS torna claro aos olhos de milhões de portugueses quem quer ser Governo por qualquer preço e quem quer contribuir com todas as suas energias para que se construa o Portugal livre, democrático, independente, no caminho do socialismo pelo qual a grande maioria dos portugueses lutou e votou e pelo qual continuará firmemente a lutar e a votar».

OS COMUNISTAS DE PORTEL REUNIDOS EM ASSEMBLEIA

Os militantes comunistas do concelho de Portel (Évora) realizaram a sua 1.ª Assembleia da Organização, no decorrer da qual foi feita a análise de todo o trabalho desenvolvido pelo Partido nestes últimos três anos, tendo sido apreciado o Relatório apresentado pela Comissão Concelhia cessante.

A realização da Assembleia, cujos trabalhos se desenvolveram num ambiente de grande participação e entusiasmo, culminou numa intensa actividade de preparação que se traduziu em dezenas de reuniões promovidas pelas organizações de Freguesia e células das empresas e UCPS.

Após a eleição da mesa da Assembleia, do Secretariado e das Comissões de Verificação de Mandatos, da Redacção e Eleitoral, foram lidos dois relatórios do organismo da direcção cessante: um sobre Reforma Agrária e outro sobre Organização.

Depois de apontar, como elementos concretos, o grande aumento da produção agrícola, maquinaria e postos de trabalho, verificado após a formação das 10 cooperativas existentes no concelho, o relatório sobre Reforma Agrária salienta que a ofensiva em curso contra esta conquista da Revolução esteve sempre presente no espírito dos agrários e dos seus locais (CAP, CDS, PPD, Barreto e Portas). Algumas cooperativas

e UCPS já sofreram na carne essa ofensiva. A Cooperativa Catarina Eufêmia foi amputada na herdeira de Matraqueadas: as melhores terras de oliveira e vinha foram entregues a um local que nem sequer era rendeiro. A Cooperativa de Santana sofreu outro desmembramento com a entrega de 299,5 hectares da herdeira dos «juncos» a um homem de 80 anos que era guarda do agrário e que certamente não a cultivará.

E mais adiante salienta: «Contra todas as UCPS e Cooperativas o crédito agrícola de emergência tem sido utilizado pelos Centros Regionais da Contra-Reforma Agrária, por Barreto e Portas, como arma de chantagem. Mas há uma coisa que os agrários esquecem, bem como os srs. Barreto e Portas: os trabalhadores não querem mendigar esmolas ou trabalho e voltar ao passado da exploração e da miséria. Apesar das intrigas, os trabalhadores têm demonstrado a sua unidade, a sua coesão e o seu amor à Reforma Agrária. Estamos certos que o saberemos e conseguiremos defender a Reforma Agrária. Prova-o o 1.º de Maio deste ano e o 22 de Julho. Prova-o ainda, todas as jornadas de luta dos trabalhadores do Concelho, antes e depois do 25 de Abril».

FESTA do AVANTE!
9.10.11 de SETEMBRO
VALE do JAMOR



SEGUNDO SORTEIO DE BRINDES DA EP



Dia 27
Pavilhão dos Desportos
ESPECTÁCULO
Entrada livre

No domingo

PIONEIROS NO JAMOR!

Os Pioneiros do distrito de Lisboa levam a efeito no próximo domingo, uma jornada de trabalho e de convívio no Jamor.

Assim também os mais pequenos estarão presentes e ajudarão a construir a Festa que todos esperamos para os dias 9, 10 e 11 de Setembro. Também eles, que trazem consigo o futuro, vão, na medida das suas possibilidades e ajudados pelos monitores, contribuir para que a Festa seja uma realidade, vão ajudar-nos nessa jornada com as suas actividades e com o seu convívio.

Um piquenique, para o qual é necessário levar farnel, está previsto. E não serão apenas os pioneiros de Lisboa que vão aparecer lá, mas também os seus

camaradas dos distritos mais próximos estão desde já convidados.

O programa:
das 10 às 12 h — Limpeza do local; aprender a fazer papagaios de papel; pinturas individuais e colectivas.
13 às 14 h — Almoço tipo piquenique (cada um traz o seu farnel).
14.30 às 15.30 h — Divertimentos.
16 às 17 h — Experiência de lançamento de papagaios de papel.

Podemos ainda anunciar que todas as crianças da zona do Jamor estão convidadas a participar!

PIQUENIQUE DOMINGO DIA 21 A PARTIR DAS 9 HORAS NO VALE DO JAMOR

Concursos • Sardinhadas • Canto livre
• E grandes surpresas.

Organização da 2.ª zona do Comité Local de Lisboa do PCP



FESTIVAL DESPORTIVO DA FESTA DO "AVANTE!"

FICHA DE INSCRIÇÃO

Prova — Estafeta — Pentatlo — Futebol de 11 — Futebol de 5 (riscar o que não interessar)

Nome da equipa _____

Categoria — Masculino — Feminino — Juvenis (riscar o que não interessar)

Nome e morada do responsável da equipa _____

Localidade _____

Árbitros (a) _____

Forma de pagamento da inscrição — Cheque — Vale do correio — selos — pagamento directo (riscar o que não interessar)

(a) Só no caso do Futebol



ALTERA-SE A PAISAGEM NO VALE DO JAMOR

O vale do Jamor tem já outro aspecto. Do mato que o inundava apenas se vê a nudez do terreno, que as máquinas terraplanaram, tapando buracos, desfazendo elevações.

Uma outra paisagem se instalou agora no Vale do Jamor — as estruturas metálicas que surgem, de dia para dia, pressagiam já o que será a Festa do "Avante!", na sua extensão e na sua multiplicidade. Alguns dos pavilhões já têm paredes, pintadas. Arruamentos foram traçados. De hora a hora, para sermos mais precisos, o Vale do Jamor modifica-se.

Para que isto se verifique tem sido indis-

pensável a participação de todos os camaradas que contribuem com o seu trabalho voluntário, bem como o esforço de todos os operários que ali cumprem as suas tarefas.

Dedicação e esforço não têm faltado por parte dos militantes e simpatizantes na edificação do recinto onde decorrerá a Festa do "Avante!".

No último fim-de-semana — fim-de-semana prolongado

com um feriado à segunda-feira — centenas de camaradas e simpatizantes sacrificaram três dias de descanso para se dedicarem às mais diversas tarefas que é preciso levar a cabo.

Ao lado de camaradas do concelho de Alpiarça e de Vendas Novas, bancários de Lisboa e empregados dos CTT entre outros das mais diferentes profissões roçavam o mato, faziam queimadas, limpavam o terreno das pedras, pintavam as

paredes que começam a cobrir as estruturas metálicas dos pavilhões.

Nem o calor tórrido que se fez sentir naqueles três dias esmoreceu o ânimo dos que davam o seu contributo. Nos momentos de pausa, para matar a sede com uma bebida fresca, trocavam-se opiniões, falava-se da Festa, surgiam ideias. Mas, de imediato se regressava à tarefa suspensa, "que viemos aqui para trabalhar", como frequentemente se ouvia.

A hora do almoço, mais parecia uma grande família, os farnéis estendidos no chão, aproveitando a sombra das árvores.

Depois, novamente o regresso ao trabalho. Abrir valas para as canalizações da água e dos esgotos, transportar baldes com areia, enfim realizar as diversas tarefas que a todo o momento vão surgindo.

Conhecedores do que se passava no Jamor vários foram também os emigrantes que aparece-

ram para ver como era... e que ao depararem com toda aquela azáfama não se fizeram rogados na sua ajuda.

Da auto-estrada, o recinto da Festa parecia um gigantesco formigueiro, onde o bulício do trabalho abafava tudo o resto. Como das outras vezes esta jornada de trabalho constituiu um êxito e é a certeza de que os comunistas realizarão a sua Festa.

No próximo fim-de-semana lá estamos!

LEIRIA: UM DISTRITO AO TRABALHO

Não serão as bem merecidas férias dos trabalhadores comunistas e dos seus camaradas e amigos que farão amainar

o entusiasmo e a actividade na preparação da festa do "Avante!". Pelo contrário, são bastantes os exemplos daqueles que aproveitam as suas férias, ou parte delas para dar uma ajuda. E assim as organizações vão concretizando a seu tempo as ideias que choeram quando foi anunciada a data da festa deste ano, quando circularam as primeiras cópias dos mapas da implantação dos stands.

Não caberiam, decerto, em todo o nosso jornal, os exemplos do andamento do trabalho, da sua organização. Não deixaremos, no entanto de dar alguns, que dizem bem da variedade das preocupações colectivas em trazer para o Jamor, em Setembro, a imagem de um Partido em constante ligação com as massas.

Vejam, por exemplo, o andamento dos trabalhos no distrito de Leiria. Os camaradas, elaborando curtos relatórios por sector, podem analisar os avanços e as insuficiências em cada uma das questões a resolver. E são muitas. Que vão desde os

problemas de implantação até à propaganda, passando pelo fabrico ou compra de materiais para vender na festa, pelos transportes, pelas quermesses.

Em Alcobaça, já se sabe como vai ficar o stand, há um camarada responsável por estudar os problemas de decoração. No Bombarral, a implantação ficou a cargo de Óbidos, concelhos que vão partilhar o mesmo stand. Entretanto no primeiro já se pensa levar aguardentes e vinhos da região, para venda. A venda das Eps não avançou muito. Em Óbidos, que vai trazer flores, artesanato e também ginja, recolhem-se prendas para a quermesse.

Nas Caldas da Rainha, já estão asseguradas as condições para se fazerem as divisórias e decoração do stand. Vergas, cerâmicas e as tradicionais cavacas são alguns dos materiais que iremos encontrar nas instalações deste concelho. Até agora, é a organização do distrito que vendeu mais Eps. Os camaradas prevêem também que haja um Pavilhão

da Criança e tratam de dar os passos necessários para a solução dos problemas que levantam a aquisição de brinquedos para venda, as decorações e o transporte.

Peniche, por seu lado dispõe de material e de camaradas suficientes para dar uma ajuda a Nazaré. Camisolas e outras peças de vestuário regionais é o que esperamos encontrar no stand. Na Nazaré existe uma comissão formada para recolher prendas para a quermesse.

A Marinha Grande está a preparar uma maquete que servirá para recolher as opiniões dos camaradas que a quiserem melhor. Quanto aos materiais para venda vai, como era de esperar, haver muito vidro. Copos com inscrições revolucionárias. Muitas centenas de prendas foram entretanto recolhidas, além de materiais para o bar e o restaurante. Os camaradas também já recolheram bastantes inscrições para o cumprimento das escalas que, sem dúvida, terão de ser feitas durante a festa. Na questão de transportes

também parece não haver dificuldades e, no acampamento que se prevê, já há muitas tendas registadas.

Quanto a Leiria, que levará artigos em palha e em plástico, louças e outros produtos, as inscrições têm sido bem organizadas e a propaganda espalha na cidade o apelo para a festa do "Avante!".

Finalmente, em Pombal, os camaradas têm a funcionar uma comissão para recolha de prendas e pensam levar cavacas, cerâmica e cestos.

Entretanto todos estes concelhos se debruçaram e debruçaram, ponto por ponto, sobre as questões que se põem. Melhorar a propaganda, vender mais Eps, procurar transportes, recolher prendas. E não raro é que um concelho preste ajuda a outros quando dispõe de maiores facilidades neste ou naquele aspecto.

Com efeito, a Festa não acontece por si só. Requer trabalho, previsão, organização, ajuda, tudo englobado no esforço entusiástico que os comunistas estão habituados a dispendir.

CIDADE DA JUVENTUDE

Cidade é palavra que sugere um espaço aberto, um encontro, a convivência. Nos grandes espaços que o Jamor proporciona para as imagens do Portugal que queremos, na Festa do "Avante!", há lugar para cidades. Uma delas é a Cidade da Juventude.

Como vai ser? Que pretende? Como se constrói? — Algumas perguntas que achámos por bem pôr aos camaradas da UJC que, com a UEC, vão levantar essa cidade onde tantos jovens se irão encontrar em Setembro, onde tantos, menos jovens, vão passar e ver como luta e pensa a juventude que está com o Partido dos Trabalhadores, os jovens comunistas.

Foi nas actuais instalações da União da Juventude Comunista que encontramos os camaradas Domingos Oliveira, membro da Comissão Executiva e Carlos Areal, membro da Comissão Central da UJC. E perguntámos qual fora a ideia que presidiu à criação da Cidade da Juventude. O camarada Areal respondeu:

— A primeira ideia é que, à semelhança do ano passado, muitos jovens vão passar pela Festa do "Avante!" e que seria necessário um espaço que lhes fosse dedicado. Pensámos que o ano passado, devido à inexperiência, esse espaço não foi conseguido da melhor maneira. Este ano as

três organizações, quero dizer, a UEC, a UJC e também os Pioneiros terão concentrados no mesmo espaço os stands respectivos onde se desenrolam as iniciativas relativas à juventude.

— Haverá um outro sobre o XI Festival, e ainda outro sobre os problemas do desemprego e do 1.º emprego. Haverá também uma torre, a identificar a cidade da Juventude.

Continuando a descrever o que se projecta, o camarada Areal acrescentou:

— Haverá ainda um pavilhão sobre a importância da Juventude, em conjunto com a UEC e a UJC, além dos bares, dos comensais e bebidas regionais, dos jogos.

A pergunta que incidia sobre a organização da tarefa, foi ainda o camarada Areal quem respondeu:

— Em relação à UJC tivemos um problema que foram os acampamentos a nível regional em que estivemos empenhados e que decorreram com êxito. A partir da agora, porém, a tarefa principal da organização é a Festa. Uma das características desta tarefa é que as próprias células se encarregam da feitura de materiais, o que já no ano passado aconteceu. E podemos afirmar que há um grande empenho e um grande entusiasmo nesse trabalho.

O camarada Domingos Oliveira forneceu um exemplo:

Há, na FMBP, mais de 2 dezenas de peças fundidas, medalhas e outros objectos, tudo pelas próprias mãos dos camaradas, o que demonstra já a participação dos nossos jovens.

O camarada Areal referiu-se depois à importância da Festa como factor de atracção da Juventude. E, depois de mencionar que se preparam folhetos de propaganda das duas organizações de jovens comunistas, adiantou:

— Preparam-se brigadas de recrutamento que vão actuar em toda a festa e particularmente na cidade da Juventude. Vão dialogar, vão falar com os jovens. Vamos aproveitar a experiência do ano passado, sabendo que a Festa ultrapassa os jovens

comunistas, muitos outros irão aparecer e temos de lhes comunicar a nossa perspectiva. Em muitos aspectos dos nossos stands há a preocupação de dar a conhecer o nosso trabalho aos jovens não comunistas.

O camarada Oliveira atalhou:

— O convívio, o baile, as iniciativas, tentam corresponder a essa ideia.

A finalizar a curta entrevista, o camarada Areal recordou:

— O próprio palco nº 2 será chamado o palco da juventude e é nossa intenção que aí vão os artistas que mais interessam à juventude.

Uma cidade para os jovens. Dos comunistas para todos os outros. Com iniciativas mobilizadoras que nos esperam em Setembro.

FEIRA FILATÉLICA

Os camaradas do Sector Público da DORL do PCP vão organizar, para a Festa, uma Feira Filatélica. Para que esta iniciativa possa ser um grande êxito, como esperamos todos, torna-se necessária a colaboração do maior número de camaradas e amigos, quer contribuindo com selos, moedas e calças de fósforo, quer participando activamente na Comissão que irá trabalhar na montagem do stand e noutras tarefas relacionadas com esta Feira.

Todas as ofertas podem ser entregues no Centro de Trabalho de Alcântara, no Largo do Chafariz de Dentro, onde igualmente, às quartas-feiras a partir das 17 horas, se prestarão todos os esclarecimentos necessários.

OS ARTISTAS DA FESTA DO «AVANTE!»



IRLANDA • **THE SANDS FAMILY** INGLATERRA • **FAIRPORT CONVENTION**



POLÓNIA • **CONJ. HAGAW • ROSIEWICZ • CARLOS DO CARMO**



• **JOSÉ J. LETRIA • SAMUEL**



• **BARATA MOURA • LUÍSA BASTO • FERNANDO TORDO**

No próximo número há mais

Hotelaria acusa: INSPECÇÃO DO TRABALHO SÓ OUVES OS PATRÕES

"Conveniência de serviço" foi como o Ministério do Trabalho classificou o saneamento de técnicos que ali trabalhavam. Mas estas conveniências visam apenas certos trabalhadores. Que se saiba nenhuma medida foram tomadas até agora — e estamos certos de que não serão, sabendo-se quem pontifica no referido Ministério — contra alguns elementos da Inspeção-Geral do Trabalho, nomeadamente no que se refere ao cumprimento da Portaria de Regulamentação de Trabalho respeitante ao sector da hotelaria.

Com efeito, um balanço feito pelos sindicatos do sector no final de Julho indicava que, a nível nacional, a maioria das entidades patronais não cumpria o contrato. Mais concretamente, no âmbito do Sindicato do Sul, que abrange os distritos de Lisboa, Santarém, Setúbal, Portalegre, Évora e Beja, apenas 30 e 40 por cento das empresas cumpre a Portaria. Este índice é sensivelmente mais elevado no distrito de Faro, atingindo os 90 por cento resultante do grande número de empresas intervencionadas, já que

a Enatur está a cumprir o contrato. No plenário das direcções dos Sindicatos dos Trabalhadores da Hotelaria que recentemente se realizou, um dirigente sindical afirmou aos órgãos de informação não compreender que o Governo tenha de recorrer a uma nota oficiosa para obrigar a Inspeção-Geral do Trabalho a funcionar.

Acusando aquela de não funcionar como devia o mesmo dirigente sindical esclareceu: *"Na maioria dos casos a Inspeção do Trabalho apenas contacta com o patrão, não consultando os delegados sindicais, e nem sequer verifica a veracidade das informações dos patrões."*

Num governo socialista que se prezasse um organismo do tipo da Inspeção-Geral do Trabalho não permitiria que alguns dos membros que a integram fizessem da sua actuação uma conversa amena com os patrões.

Mas a "conveniência de serviço" tem razões que só o sr. Maldonado Gonelha conhece... e os patrões também!

Quotização sindical

POSIÇÃO DA CGTP/IN FACE À LEI PUBLICADA

Pronunciando-se sobre a Lei n.º 57/77 relativa à cobrança da quotização sindical, a Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses apela, no comunicado que tomou público, aos sindicatos e trabalhadores portugueses no sentido de tomarem, de imediato, as medidas indispensáveis para assegurar que a cobrança da quotização sindical se processe através do seu desconto nos salários a efectuar pela entidade patronal como a forma que, no presente momento, melhor defende a organização sindical e, consequentemente, os interesses dos trabalhadores.

Comentando a lei agora publicada no "Diário da República" a CGTP-IN começa por recordar a denúncia que fez logo após a publicação do Decreto-Lei n.º 841/B/76, no qual a intenção do Governo era, sob a capa da salvaguarda do princípio da liberdade sindical, como então o afirmou o secretário de Estado do Trabalho, Maldonado Gonelha, quebrar a espinha ao movimento sindical.

Salientando que aquando da discussão pública do Projecto-Lei n.º 39/1 apresentado à Assembleia da República os trabalhadores tiveram oportunidade de manifestarem a sua posição sobre o assunto o comunicado da CGTP-IN acrescenta que, a lei agora publicada contempla parte das reivindicações dos trabalhadores e assinala uma significativa alteração da posição inicialmente defendida pelo Governo, só possível pela luta desenvolvida pelo movimento sindical.

Proseguindo, o comunicado da CGTP-IN refere que nessa luta teve grande importância a resistência dos trabalhadores à imediata concretização dos propósitos de asfixiar economicamente o movimento sindical, de fomentar a divisão e o pluralismo sindicais, de fazer baixar o número de sindicalizados e afastar os trabalhadores dos sindicatos.

Casos houve — acrescenta o comunicado — em que a compreensão daqueles objectivos políticos e a consciência de classe dos trabalhadores foram tão

elevados que se verificou o aumento da receita de alguns sindicatos e do próprio número de trabalhadores sindicalizados.

A lei agora publicada mantém a necessidade da declaração individual do trabalhador perante a entidade patronal autorizando a dedução das quotas sindicais nos salários, exigência esta contestada pelo movimento sindical quando tomou posição sobre o Projecto-Lei n.º 39/1, pois o movimento sindical defende que a fixação do valor da quota sindical e do sistema de cobrança é matéria dos estatutos dos sindicatos, pelo que a autorização para o sistema de cobrança deve ser dada pelo trabalhador no acto de inscrição como sócio do sindicato.

Por último o comunicado acrescenta: *"Não se colocando contra a exigência da declaração individual do trabalhador autorizando a cobrança da quota sindical por desconto no salário, o Secretariado da CGTP-IN, fiel ao mandato recebido dos trabalhadores portugueses continuará a lutar pela consagração legal da proposta aprovada no Congresso de Todos os Sindicatos e, consequentemente, para que a referida declaração individual seja feita perante o sindicato, nos termos dos respectivos estatutos e no momento da inscrição do trabalhador como sócio, pois a presente lei está a contrariar o princípio de liberdade de negociação previsto no Artigo 1.º da própria lei e por outro lado, a criar condições para a violação do Artigo 57.º, parágrafo 4.º da Constituição, e da Convenção n.º 87 da OIT, ratificada por Portugal, que consagram a independência das associações sindicais face ao patronato."*

Por seu turno, reagindo e denunciando a ingerência abusiva da lei agora publicada, a Assembleia de Delegados Sindicais do Sindicato dos Trabalhadores do Comércio do Distrito de Lisboa aprovou uma moção que mandata a direcção para continuar a desenvolver os esforços necessários, nomeadamente no seio do movimento sindical unitário, para que a lei da quotização sindical seja revogada.

A CUF NACIONALIZADA HÁ DOIS ANOS

A exemplo do que sucedeu no ano passado, os trabalhadores da CUF comemoraram no dia 13, o aniversário da nacionalização da empresa — o segundo — que era o símbolo da dominação monopolista em Portugal.

Num comunicado dirigido aos trabalhadores, a Comissão de Unidade dos Trabalhadores refere a importância da nacionalização que «marca a passagem do poder económico ao serviço do capital para as massas trabalhadoras portuguesas».

No ano passado foi descerrada uma placa comemorativa deste importante acontecimento junto ao portão principal das instalações fabris do Barreiro.

Denunciando as diversas tentativas da direita para impedir a consumação da nacionalização da empresa, o comunicado da CUT refere contudo que elas têm «deparado com a firme oposição revolucionária dos trabalhadores da CUF», os quais nos dois últimos anos, «organizados e unidos, criaram as condições para consolidar a nacionalização da empresa».

COMUNISTAS TOMAM POSIÇÃO

A luta pela consolidação da democracia e pela defesa das conquistas consagradas na Constituição começa nos locais de trabalho. Por isso os trabalhadores comunistas não se alheiam dos problemas que surgem nas empresas e nas fábricas onde trabalham, denunciando as prepotências que se cometem em nome de uma falsa democracia ou defendendo os seus companheiros de trabalho da exploração de que são vítimas. Os comunistas, na vanguarda da luta dos interesses da classe operária e de todos os trabalhadores, não hesitam em revelar ou procurar a verdade.

RDP

Num comunicado divulgado recentemente, a célula do PCP dos trabalhadores da Rádio alerta para a ameaça de despedimentos que paira naquele sector. Mais concretamente refere o comunicado:

«Coerente com a sua política de alianças com a direita, prepara-se o Governo, alegando dificuldades económicas e financeiras (que para eles não existem quando se trata de indemnizar capitalistas e agrários), para tomar um conjunto de medidas no campo da comunicação social estatizada que põem em causa a independência desta, face ao Governo, que a Constituição claramente consagra, e que põem em risco o direito ao trabalho de várias centenas de trabalhadores do sector, nomeadamente na RDP.

Denunciando como estando no plano do Governo, no cumprimento do famigerado projecto R o q u e L i n o, o despedimento colectivo de muitas centenas de trabalhadores das várias empresas, entre elas o alegado pessoal excedentário da RDP, o comunicado interroga:

Perante esta ameaça concreta de despedimento na RDP (e não se sabe quantos: se 100 se 500) que vem confirmar boatos que já circulavam na empresa, não se pode deixar de estranhar o silêncio da Comissão de Trabalhadores eleita para defender os interesses dos que aqui trabalham.

Mais adiante, a nota da célula do PCP na Rádio considera que esse silêncio a manter-se terá de considerar-se cúmplice, como cúmplice foi a atitude tomada pela CT quando dos recentes despedimentos, por motivos políticos, de alguns camaradas da empresa. Que espera a Comissão de Trabalhadores para ir junto da administração e da SECS averiguar qual o fundamento das notícias a circular a este respeito?

Os comunistas da RDP — frisa ainda o comunicado — estão dispostos a, juntamente com todos os outros democratas, e pondo de lado querelas do passado, procurar as soluções para os problemas da RDP, que melhor sirvam os interesses dos trabalhadores da empresa.

JNPP

Por seu turno, também os trabalhadores comunistas na Junta Nacional dos Produtos Pecuários tomaram público uma nota a propósito das recentes declarações do ministro Barreto, salientando que se corrupção existe torna-se indispensável desmascarar e punir os responsáveis. E a nota acrescenta:

Relativamente à crítica ministerial que refere corrupção em certos serviços da Junta e tanta coisa está a levantar na sede, pensamos tratar-se de uma questão da maior importância. Em 1975 foi solicitado pelos

trabalhadores, através do seu CGT, e igualmente pela presidência, uma sindicância. Não tendo sido dado curso a tais instâncias, em 1976, por determinação do então ministro Magalhães Mota, foi, no entanto, levado a efeito um inquérito à actuação financeira do organismo, bem como uma sindicância. Essa determinação ministerial constituiu pretexto para o afastamento de uma direcção empenhada justamente em renovar a Junta e a divulgação dos seus resultados tem sido sucessivamente recusada pelos responsáveis governamentais do sector.

A não serem apuradas responsabilidades — refere ainda a nota — todos os trabalhadores da JNPP ficam hipoteticamente abrangidos pelo epíteto de corruptos, o que consideramos grave e injusto.

SANIMAR

A entrega da empresa ao patrão é tanto mais de lamentar — refere um comunicado da célula do PCP na Sanimar que se pronuncia sobre a acção do Governo PS — quanto sabemos ter o patrão há pouco mais de um mês recusado aceitar as chaves da empresa, mostrando de forma clara o interesse que tem na Sanimar e o interesse que nela vai pôr.

Nós, trabalhadores da Sanimar — prossegue o comunicado que no final apela para o controlo operário de molde a que o patrão não possa utilizar o financiamento que vai receber a seu bel-prazer — temos consciência de quais os motivos que estão na base da mudança de atitudes da entidade patronal. O seu objectivo é claro: com o chorudo financiamento que o Governo lhe concede e que sempre negou aos trabalhadores, o patrão vai tentar a separação da Sanimar do complexo de Loures onde irá fazer os investimentos, abandonando depois a Sanimar, já completamente desfalcada e os trabalhadores à sua sorte.

REFORMADOS ACTIVOS NA LUTA POR UMA VIDA MELHOR

Reunidos no passado dia 13, sábado, na Baixa da Banheira, diversas comissões de Reformados aprovaram um texto no qual chamam a atenção do Presidente da República para a urgente necessidade do Governo tomar medidas que assegurem a tranquilidade e defesa de todos os reformados do país de modo a proporcionar-lhes uma velhice digna, sem miséria nem fome. Nesse sentido os reformados reivindicaram a revogação da portaria 94/77 que os lança em sérias dificuldades de subsistência.

Entre os diversos participantes neste encontro que mobilizou grande número de trabalhadores aposentados, incluíam-se comissões de Reformados das seguintes localidades: Moita, Amadora, Lavradio, Marinha Grande, Barreiro, Seixal, Torre

da Marinha, Amora, Montijo, Paio Pires. Igualmente presentes a União dos Pensionistas de Lisboa, um representante da Comissão de Reformados do distrito de Lisboa, o Grupo Dinamizador dos Reformados da CGTP-Intersindical Nacional, o Presidente da Câmara Municipal da Moita e o vice-presidente, o regedor da freguesia, a Comissão de Moradores, e o MDM representado a nível nacional. Por proposta do MDM viria a ser aprovada uma moção de protesto contra a discriminação da mulher do campo que tem uma reforma de 600\$00 mensais ainda menor do que a já insignificante pensão de reforma dada aos trabalhadores rurais do sexo masculino que é apenas de 900\$00.

No Barreiro

MANOBRAS DE INTIMIDAÇÃO CONTRA OS TRABALHADORES DA AUTO-RECONSTRUTORA

Os oitenta trabalhadores despedidos da Auto Reconstructora do Barreiro, por ordem do patrão, mal o Governo lhe entregou de novo a empresa, salva da falência pelos trabalhadores, foram objecto de mais uma manobra de intimidação. Caracterizando-o, informam os trabalhadores despedidos da Auto-Reconstrutora:

"Mais uma vez as forças repressivas do Governo de Mário Soares se abateram sobre os trabalhadores da Auto Reconstructora do Barreiro, para os expulsar do acampamento que tinham montado em frente das instalações da empresa, num terreno particular.

"No passado dia 13, pelas 3 horas e 30 minutos da madrugada, as forças da PSP (do Barreiro e de Setúbal) depois de nos cercarem, expulsaram-nos do

acampamento apreendendo-nos todos os géneros que lá possuíamos, incluindo os géneros alimentícios fruto da solidariedade dos camaradas trabalhadores.

"Este é, sem dúvida, o "socialismo" que a direcção do PS nos pretende impingir mas que o povo consciente repudia.

"Camaradas, esqueçamos as quezílias partidárias, que o imperialismo pretende fomentar e unamo-nos em defesa e pelo cumprimento da Constituição da República Portuguesa que o actual governo da direcção do PS desrespeita a cada dia que passa para esconder a sua incompetência e o ódio que tem aos trabalhadores..."

Viva a Unidade de Todos os Trabalhadores! A luta Continua, Unidos Venceremos!

FIRMEZA DOS TRABALHADORES CONTRA AS MANOBRAS DO PATRONATO REACCIONÁRIO

A política de recuperação do grande capital promovida pelo Governo PS soma e segue. Como no período da ditadura fascista, voltam a verificar-se agressões aos trabalhadores por parte dos patrões, enquanto que as suspensões e os despedimentos são em corropio. Sentindo o campo livre, que a inacção do Ministério do Trabalho propicia, o patronato reaccionário permite-se todos os desmandos. Mas encontra pela frente a firmeza dos trabalhadores, cada vez mais conscientes dos seus direitos.

TRABALHADOR AGREDIDO

Mário Correia de Almeida, trabalhador da COMAFA, empresa de venda de material da construção civil, foi agredido pelo patrão com uma cadeira, o que lhe provocou contusões nas costas, no rosto e um golpe na cabeça.

A sua história é simples. Em 6 de Junho de 1975 foi suspenso pelo grave crime de ter incentivado os camaradas de trabalho a elegerem um delegado sindical que defendesse os direitos dos trabalhadores. Doente, ficou em casa durante alguns meses com baixa e quando se apresentou novamente ao trabalho foi impedido de o fazer pois, segundo o patrão, tinha-se despedido.

Comunicado a arbitragem do Sindicato dos Trabalhadores do Comércio o caso transitou para o Tribunal do Trabalho, onde o juiz resolveu o diferendo a favor do patrão.

Assim, de acordo com a decisão final o trabalhador não regressaria à empresa e receberia, a título de indemnização, a quantia de 15 contos, pagáveis em prestações mensais de 2500\$00 a partir de 1 de Agosto.

Por quatro vezes o trabalhador foi obrigado a apresentar-se na empresa visto que o patrão através da secretária, procurava adiar o pagamento, alegando os mais diversos pretextos. Primeiro porque não tinha levado recibo, depois que este não estava em ordem, mais tarde que não estava assinado

o cheque e logo a seguir sem qualquer justificação.

Quando da última vez se deslocou à empresa para ver se finalmente recebia mandaram-no voltar às seis da tarde tendo-se recusado e esperou que lhe pagassem, dentro das instalações até ao encerramento para o almoço do pessoal.

Como o patrão o quisesse pôr na rua Mário de Almeida apresentou-lhe serenamente o recibo. Como resposta foi agredido com uma cadeira.

VITÓRIA DA UNIDADE

Exigir o pagamento dos salários é considerado por alguns patrões como um insulto, assim se deprende do que se passou na fábrica de calçado «Oligram» no Porto.

Como não tivessem sido pagos os salários do mês de Julho e os retroactivos a cerca de cinco dezenas de operários uma comissão, constituída por um elemento da Comissão de Trabalhadores, uma delegada sindical e uma operária, solicitou ao patrão o respectivo pagamento.

Considerando que foi insultada pelos trabalhadores a entidade patronal moveu um processo disciplinar aos três operários, proibindo-os de entrarem nas instalações da empresa.

Solidarizando-se com os companheiros de trabalho suspensos os outros trabalhadores paralisaram, só aceitando recomeçar o trabalho quando a entidade patronal recuou na sua posição acedendo à proposta apresentada pelos trabalhadores, a qual defende

HÁ DOIS ANOS EM PONTE DE LIMA

Fez dois anos, no passado dia 16, que foi assassinado em Ponte de Lima, pelos locais da reacção, o nosso camarada José Martins da Costa Lima, operário da Repal.

A célula do PCP da Repal, recordando esta data e numa homenagem ao seu companheiro assassinado quando defendia as instalações do Centro de Trabalho do PCP em Ponte de Lima, de onde era natural e onde estava a passar férias, realfirma que «os seus companheiros de trabalho nunca

mais esquecerão este companheiro e estão convictos e conscientes de que continuarão a seguir os seus passos em defesa das liberdades, da democracia e do socialismo».

Como eles, também todos os comunistas não esquecerão aquele camarada que tombou vítima do ódio sangüinário da reacção, que agora se esconde atrás de falsas ideias de democracia.

A VENDA

REVISTA N.º 37

INTERNACIONAL

problemas da paz e do socialismo

NESTE NÚMERO

B. PONOMARIOV A COESÃO DOS COMUNISTAS, GARANTIA DO ÊXITO DA CAUSA DA PAZ E DO SOCIALISMO

E. HONECKER A GRANDE REVOLUÇÃO DE OUTUBRO ABRIU O CAMINHO PARA UMA PAZ DURADOURA NA TERRA

PREÇO 20\$00

REVISTA DOS PARTIDOS COMUNISTAS E OPERÁRIOS

edições Avante!

CLASSE OPERARIA PARTIDO E POLITICA DE ALIANÇAS

Dieter Klamm e Kurt Schneider e Glória Paredes

A Unidade não se impõe — cria-se, constitui-se, na base do reconhecimento dos interesses fundamentais que são comuns a todos os trabalhadores e da unidade determinam o desenvolvimento da sociedade portuguesa.

Esta obra traz-nos a experiência da Classe Operária da RDA e do PSUA na construção de unidades do Movimento Popular de Libertação, por meio da sua política de alianças. Uma experiência a utilizar como material de reflexão por todos os democratas portugueses.

Preço 7\$000

DL a distribuição

edições Avante!

Konstantine Zaródov A VIA PARA O SOCIALISMO

Nesta obra, Konstantine Zaródov analisa a realidade e conteúdo da época contemporânea, os problemas de construção do socialismo e as perspectivas do processo revolucionário, defendendo as análises das forças revolucionárias principais do mundo actual: o sistema socialista mundial, a classe operária dos países capitalistas e o movimento de libertação nacional.

JÁ A VENDA NAS LIVRARIAS

Preço: 9\$000

DL a distribuição

Militante

• Assembleias das organizações • A luta contra o esquerdismo. Algumas experiências no distrito de Setúbal • A festa do «Avante!» 77. Grande realização política, cultural e recreativa de massas • Lutemos paciente e persistentemente para que todos os camaradas cumpram as condições para se ser membro do partido • Importante reunião do Comité Central — «O PCP perante a nova e perigosa fase da democracia portuguesa».

Preço: 5\$00



A defesa da Reforma Agrária corresponde à defesa dos interesses nacionais

REFORMA AGRÁRIA: A LUTA CONTINUA!

• **Jornada de Trabalho na Cooperativa da Tramagueira, Pavia:** Trabalhadores da cidade, lado a lado com trabalhadores do campo, fizeram do passado domingo, na Cooperativa da Tramagueira, em Pavia, uma jornada de solidariedade e de trabalho. Parte da cortiça da cooperativa foi extraída graças a este esforço comum em que se cimentou a amizade e a determinação dos trabalhadores na defesa da Reforma Agrária. Com uma visita à UCP «A Luta é de Todos» encerrou-se esta jornada, iniciativa do Secretariado das UCP e Cooperativas Agrícolas do concelho de Mora.

• **UCPs consideram urgente o aumento de preços dos cereais:** os Secretariados Distritais das UCPs e Cooperativas Agrícolas de Beja, Évora, Portalegre, Santarém e Setúbal propuseram ao Instituto dos Cereais um aumento de cerca de 25% para os preços dos cereais em relação aos preços praticados na anterior campanha. Os preços propostos: 7\$50 para o trigo mole, 8\$50 para o trigo duro, 6\$80 a 7\$00 para a cevada distica, 6\$50 a cevada vulgar e 6\$00 a aveia), segundo um comunicado divulgado pelos Secretariados justificam-se pela subida bastante considerável da remuneração dos factores de produção e foram adiantados na perspectiva de «uma política global da produção considerando as rentabilidades do solo, não só na zona de intervenção, mas também fora dela». Entre os diversos factores considerados pelos Secretariados ao efectuarem esta proposta, (os reflexos da subida de preços nas indústrias transformadoras, a instabilidade de preços devido ao processo

inflacionário que ocorre no país, a influência do mau ano agrícola, a carência de apoio técnico e de tecnologia avançada na agricultura), incluiu-se a questão dos «ataques movidos pelo Governo contra a Reforma Agrária que têm provocado no seio das UCPs e Cooperativas Agrícolas uma grande instabilidade, não permitindo uma programação eficaz, impossibilitando-as de recorrer à diversificação de culturas e de melhoramentos dos solos conforme se impõe numa política agrária que tem como objectivo a transição para o socialismo.»

• **O MAP recusa-se a salvar a Cooperativa «Terra Fria», fazendo assim o jogo da CAP:** A Cooperativa Agrícola «Terra Fria» de Bragança encontra-se à beira de desagregação e falência, as quais só podem ser evitadas mediante intervenção estatal. A situação que a cooperativa de pequenos e médios agricultores atravessa é resultado da «gerência» do regente agrícola Biscaia Godinho que segundo os associados tinha à data do 25 de Abril, dívidas da ordem dos 40 mil contos. A cooperativa que tem defendido os pequenos e médios agricultores da especulação dos intermediários corre, neste momento, sérios riscos de vir a ser dominada pela CAP que, aliás desenvolve manobras no sentido de a desmembrar. Face à indiferença do MAP, dois elementos da direcção da Cooperativa demitiram-se. Entretanto com quem podem contar os pequenos agricultores? Eis a questão que estes colocam.

• **Em Vale de Vargo, outro exemplo de solidariedade entre UCP e pequenos agricultores:** Na freguesia

de Vale de Vargo, concelho de Serpa, Beja, a UCP «Flor do Alentejo» pôs à disposição de pequenos agricultores, sem qualquer encargo, uma ceifeira, um tractor, uma enfardadeira e um reboque. Correspondendo a este gesto de solidariedade, os pequenos agricultores decidiram pagar em dinheiro o serviço prestado pelas máquinas e os salários dos três trabalhadores que as conduziam. Permitiram ainda que o gado da UCP utilizasse as suas pastagens.

Este exemplo demonstra que os resultados positivos da cooperação entre os trabalhadores do campo se saldaram não somente na resolução dos problemas concretos e pontuais mas, sobretudo, no reforçar de laços de aliança entre trabalhadores e pequenos e médios agricultores, os quais constituem uma das mais firmes barreiras contra às manobras da reacção.

• **Gerência da EDP, Oficinas de Sacavém, proíbe discussão sobre a Lei Barreto:** Os trabalhadores da EDP, Oficinas de Sacavém, requereram aos sindicatos que os representam que estes exijam um esclarecimento do Conselho de Gerência daquela empresa que os impediu de realizarem uma sessão de esclarecimento sobre a Lei Barreto depois de concluído o horário de trabalho. Num documento aprovado em plenário, os trabalhadores protestam contra a violação dos seus direitos e exigem um rigoroso cumprimento da Constituição da República por parte dos poderes públicos e da hierarquia da empresa, considerando que «este estado de coisas mais não significa do que a tentativa de destruir as liberdades conquistadas após o 25 de Abril, impedindo o livre esclarecimento sobre problemas que a todos dizem respeito».

ENCONTRO DE EMIGRANTES PROMOVIDO PELA CGTP/IN

Por iniciativa do Departamento de Emigração da CGTP/IN realizou-se no sábado, na sede do Sindicato dos Transportes Rodoviários de Lisboa, um debate sobre a política de emigração.

O encontro agora realizado, que contou com a presença de emigrantes portugueses em França, República Federal da Alemanha, Luxemburgo, Canadá e Venezuela, possibilitou a análise e a discussão de alguns dos principais problemas que afectam os trabalhadores

portugueses no estrangeiro e insere-se no trabalho desenvolvido pela CGTP/IN.

Na sua intervenção, Orlando Laranjeira não deixaria de focar a recente expulsão de 42 portugueses da Venezuela, dos problemas dos portugueses no Brasil e do Plano Barre, em França, que põe em risco a situação de milhares de trabalhadores portugueses naquele país europeu.

Álvaro Rana, membro do Secretariado da CGTP/IN, que

presidiu ao encontro, salientaria a impossibilidade de se estabelecer «uma política de emigração para o nosso País enquanto os trabalhadores em Portugal continuarem a sofrer da inexistência dos seus dois direitos fundamentais: o trabalho e a sobrevivência».

A importância dos problemas levantados pelos emigrantes presentes caracterizou o encontro. No próximo dia 20, nas cidades de Coimbra e do Porto realizar-se-ão idênticas reuniões.



Em Rouen (França)

COMUNISTAS PORTUGUESES NA FESTA FEDERAL DO PCF

No decorrer da Festa Federal do Partido Comunista Francês em Rouen, França, que se realizou recentemente, um grupo de camaradas e amigos portugueses emigrados naquele país marcou a sua presença com um pavilhão que montaram e que se destinou à informação e venda de materiais do PCP, acompanhado de um serviço de restaurante que apresentou pratos tradicionais portugueses, nomeadamente sardinha assada com vinho português.

O local foi ponto de encontro de inúmeros camaradas franceses que ali quiseram demonstrar a sua solidariedade com a luta do povo português, ao mesmo tempo que saboreavam as nossas especialidades regionais.

Merece especial destaque o facto de numerosos trabalhadores emigrados na

região de Rouen — homens e mulheres sem partido — terem acedido ao convite dos comunistas para que visitassem o seu pavilhão.

A confraternização e o ambiente de camaradagem a que se chegou, as amizades que se fizeram, a aproximação e a discussão franca dos problemas que mais atormentam os trabalhadores emigrados e o nosso povo, tudo isso foram momentos altos da festa e da presença portuguesa na Festa Federal do PCF, em Rouen.

No encontro com os outros trabalhadores portugueses houve oportunidade de falar da terra natal, de como fazer sair o país da crise e as propostas que o PCP apresenta e que contam com o esforço e apoio dos trabalhadores, da Reforma Agrária e da defesa das outras conquistas de Abril e da democracia. O apoio à luta e à unidade dos trabalhadores

portugueses, fora e dentro do país, foi outro dos pontos defendidos no encontro com os outros trabalhadores portugueses ali emigrados.

No final da Festa, a solidariedade dos camaradas e dos outros trabalhadores presentes, bem como as receitas apuradas no pavilhão, permitiram a recolha de 1 500 francos (o que equivale a cerca de 11 800\$00). Esta quantia foi enviada para Portugal como apoio ao PCP e ao «Avante!», desejando os emigrantes que seja mais uma pequena pedra para consolidar a revolução e para construir o futuro de liberdade e progresso para a nossa pátria.

Os trabalhadores portugueses emigrados na região de Rouen mostram assim que, também eles, estão com a democracia e a defesa das conquistas da revolução consagradas na Constituição.

Rendeiros do Norte

«NÃO JULGUEM QUE VÃO PÔR-NOS O PÉ EM CIMA!»

Ainda não estava concluída a discussão na especialidade do Projecto do PPD/PSD sobre o arrendamento rural já rendeiros do Norte em comunicado à população manifestavam a sua decisão

em resistir unidos contra a violência que assumindo uma aparência legal constitui uma violação aberta à Constituição e um atentado aos interesses vitais de muitos milhares de trabalhadores rendeiros.

Nesse documento, os rendeiros denunciando o facto de na Assembleia da República, «sem ligarem nada a tudo o que fomos lá dizer, alguns dirigentes do PS e do PPD, com o apoio do CDS que votou a favor, servindo os senhorios ricos, os grandes proprietários absentistas e os caciques que querem com as alterações aumentar a nossa miséria e destruir os nossos direitos», afirmam: O Projecto do PPD é uma traição a tantos de nós que votaram no PPD e no CDS. O projecto do PPD não pode ser aplicado. Querem atirar-nos para uma situação pior que no fascismo.

Já veio ao MARN uma rendeira cujo senhorio a ameaça que tem de abandonar a terra daqui a 2 meses porque tem menos de 2 hectares. Isto é já uma tentativa do senhorio para enganar o rendeiro e pô-lo na rua!

Os senhorios ricos e caciques animados com a votação da lei do PPD vão tentar tudo isto e muito mais. Mas não julguem que vão pôr-nos o pé em cima, não nos deixemos atemorizar, nem pelas violências que têm usado. Os senhorios vão começar com ameaças e violências, dizendo que a nossa lei foi abaixo, mas nós não vergaremos, vamos resistir e defender o nosso direito.

Não permitiríamos que nos ponham fora das terras para depois as deixarem a monte ou as venderem! Não permitiríamos que nos invadam os campos que nós trabalhamos ou que nos colham os frutos que tanto suor nos custaram a produzir!

Não vamos admitir que nos retirem os contratos escritos que já conseguimos e não pagaremos rendas em géneros quando já pagamos a dinheiro!

É possível usando a força da nossa união e da nossa razão exigirmos e conseguirmos que nos seja assegurado o direito e garantias das melhorias que já conquistámos!

Face às ameaças, vamos procurar o apoio dos nossos vizinhos, dos outros rendeiros e juntos resistirmos, exigirmos e continuamos a lutar por:

— Contrato a escrito obrigatório para todos os casos de arrendamento!

— Fim à parceria agrícola, às «meias» e «terças»!

— Funcionamento das Comissões Arbitrais!

— Direito à realização de benfeitorias e dos seus frutos!

— Estabilidade de permanência e cultivo de terras!

— Fixação de tabelas de rendas justas, de acordo com a nossa opinião!

Ombro a ombro, cara levantada, confiantes na nossa força, cada vez mais unidos denunciaremos as injustiças, indo junto das autoridades, das Juntas, Câmaras e Governos Cíveis e também recorrendo aos tribunais através dos advogados que nos apolam, exigir o respeito pelos nossos direitos!

Continuaremos a manifestar a nossa vontade perante o Presidente da República, o Conselho da Revolução e a Assembleia da República! O futuro está connosco! O futuro de uma vida melhor, de desenvolvimento da agricultura, da nossa economia e de Portugal exigem a nossa justa lei do Arrendamento Rural!

A nossa lei há-de vencer! O MARN como sempre está connosco! Elado aliado, um por todos e todos por um, defenderemos sempre os nossos direitos!

AS AUTARQUIAS DE NORTE A SUL

• FEPU de Almada doa retroactivos à Comissão de Moradores do Castelo.

Representantes da FEPU eleitos para o Executivo da Câmara de Almada, numa das últimas sessões, fizeram a seguinte declaração:

«Eleitos democraticamente pelo povo deste Concelho, os elementos da FEPU recusam-se a beneficiar de regalias no que diz respeito a verbas provenientes do orçamento geral do Estado, ou seja qualquer verba, que não diga respeito às despesas efectuadas ao serviço da Edilidade. Nesta ordem de ideias não sugar aos grandes monopolistas e latifundiários, autênticos carrascos do povo português durante quase meio século.

As verbas concedidas aos elementos da FEPU, que não sejam as suas despesas, serão analisadas o criado um sistema que empregará esse dinheiro em organizações de carácter popular.

Nesta conformidade, dado que o Presidente da Câmara Municipal, elemento da FEPU, recebeu os retroactivos na base dos 20 contos, conferidos aos Presidentes dos Concelhos urbanos de 1.ª classe, doa, com o apoio total dos restantes elementos da FEPU, 30 contos à Comissão de Moradores do Castelo-Almada para serem empregues nas obras da creche, que em momento oportuno iniciarem».

• Câmara Municipal do Seixal ao lado da população.

Forças da reacção procuram minimizar o trabalho democrático desenvolvido em prol da população pelas autarquias do Seixal após o 25 de Abril.

De modo a calar definitivamente a boca a estas vozes que pouco eco encontram a nível local mas que poderão ser escutadas por quem nos gabinetes ignora o que pensam e sentem as populações, a Câmara Municipal do Seixal decidiu por unanimidade que os Serviços Municipais de habitação e Planeamento organizem o levantamento "exaustivo de todas as realizações das autarquias e organizações populares, após o 25 de Abril no concelho." Nesta iniciativa colaborarão as Juntas de Freguesia, as comissões de moradores do concelho e outras organizações populares de base. Este estudo virá possibilitar uma tomada de posição da Câmara Municipal do Seixal "face às investidas reacçãoárias, provando com factos os benefícios de uma administração democrática só possível com o 25 de Abril que alguns pretendem sepultar!"

• Trabalhadores das autarquias do Seixal continuarão com os sábados livres.

Por decisão unânime da Câmara Municipal do Seixal não será aplicada no concelho "a não ser que, por meios coercivos, venha a ser imposta pelo Ministro da Administração Interna", uma circular da Direcção Geral da Acção Regional que pretende impor aos trabalhadores dos órgãos autárquicos o trabalho aos sábados. A Câmara do Seixal que declarou continuar a "solidarizar-se com os trabalhadores seja qual for o resultado dos acontecimentos, toma assim posição face à circular que, invocando os decretos 42800 e 43451, promulgados pelo sistema fascista, pretende retirar aos trabalhadores da Administração Local, uma regalia conquistada em 1975, argumentando com uma pretensa "imagem desfavorável da Administração Local junto do público".

• A FEPU de Sintra acusa: quem está interessado em que a Assembleia Municipal não funcione?

A Frente Eleitoral Povo Unido da Assembleia Municipal de Sintra alerta a população denunciando "ainda que não foi feita" a primeira sessão, como estipula a lei e o Regimento, assim como o tratamento da Câmara Municipal aos sectores representados nesta Assembleia não é igual, porque enquanto solicitações do sector da FEPU, na base do Artigo 17.º da Assembleia Municipal, foram pura e simplesmente recusadas outros sectores já estão na posse das suas solicitações.

«O Grupo local da FEPU chama a atenção para estas apomias num concelho em que "em certas zonas existem condições quase similares às das zonas mais subdesenvolvidas do País: dentes sem possibilidades de internamento, medicina preventiva inexistente, crianças sem escolas, bairros de barracas, construções clandestinas, falta de equipamentos sociais". "O



Grupo da FEPU pensava e continua a pensar que estas e outras carências populacionais, deveriam ser objecto de discussão e colaboração entre todos os sectores; pensava e continua a pensar que o Regimento da Assembleia Municipal e a lei eram para se cumprir; pensava e continua a pensar o sector da FEPU que a população tem o direito de ver defendida nos órgãos das autarquias locais, os seus anseios e direitos. "A concluir" afirmam "os membros da FEPU na Assembleia Municipal de Sintra não estão na disposição de continuarem nesta situação que só traz prejuízos às populações que os elegeram e às quais têm obrigação de prestar contas".

• Graves atentados ao funcionamento das autarquias de Setúbal — denuncia a FEPU.

Entre estes atentados, denunciados pela FEPU, inclui-se a ausência quase constante do Presidente da Assembleia Municipal, António Maldonado Goncalves, actualmente Ministro do Trabalho, ausência que constitui um acto de desprezo pelo povo que elegou os seus representantes para que cumprissem o dever e assumissem as suas responsabilidades. Ora o senhor Goncalves nunca convocou a Assembleia, nem se informou dos assuntos pendentes na Câmara susceptíveis de discussão. O mesmo desprezo pelas populações que os elegeram caracteriza as atitudes do vereador dos GDUPs, também ausente das reuniões da Câmara Municipal e dos elementos do PS que não permitem a participação das populações na discussão dos problemas que lhes dizem respeito, (como foi o caso das freguesias de S. Julião e de Santa Maria), não comparecem em reuniões (o presidente da freguesia da Anunciada falta há certa de 20 reuniões) e mostram duas caras segundo as suas conveniências, assim enquanto nas sessões públicas da Câmara, o PS se mostra aberto às operações SAAL aos problemas gerais da população, nas reuniões privadas perco esquecer tais problemas!

Os representantes da FEPU denunciam também a acção do governador civil, elemento do PS que se distingue pela falta de apoio às comissões de moradores, ingerências nos assuntos dos trabalhadores, (recentemente mandou a PSP intervir num conflito laboral dos trabalhadores das fábricas L. Branco e Unites), e discriminação na atribuição de verbas (beneficiando as Câmaras com predominância do seu partido e ignorando 10 das 13 Câmaras do concelho). Apesar das dificuldades, os representantes da FEPU afirmam não poupar esforços na luta pela satisfação dos interesses das populações e pela unidade dos sectores democráticos.

• Iniciativa popular ressuscita festas do Concelho de Arcos de Valdevez.

Proibidas há 15 anos pelo fascismo, realizaram-se, de novo, este ano, as tradicionais festas do concelho de Arcos de Valdevez organizadas por iniciativa de colectividades populares: Frente de Divulgação Cultural, Associação Cultural Sojeira, Juventude de Vilafoxne e a secção local do Sindicato dos Caixeiros e Empregados de Escritório de Viana do Castelo.

Apesar das forças reacçãoárias terem desenvolvido forte propaganda com o objectivo de desacreditar as festas, o povo participou animadamente, distinguindo-se a actividade da juventude. Uma característica a salientar como exemplo para outras autarquias, é o enriquecimento do conteúdo desta festa tradicional e popular através de um programa socio-desportivo e cultural bastante positivo.

COOPERATIVA DO MUC VOLTA A SER PROPRIEDADE DO SENHOR AGRÁRIO

Perante o caso da Cooperativa de Vale de Estacas, volta a pôr-se a questão: o destino das cooperativas afectas ao MUC é voltarem às mãos dos agrários exploradores?

Que os trabalhadores menos esclarecidos, que sacrificam a unidade à promessa de bolsos mais cheios, servindo manobras divisionistas, são vítimas do engano em que embarcam, eis o que se prova, de modo evidente, nos acontecimentos da Cooperativa de Vale de Estacas na freguesia de Relíquias, concelho de Moura, em Beja. Esta Cooperativa era afectada ao MUC, Movimento Unificado de Cooperativas, constituído quando Lopes Cardoso era ministro da Agricultura e Pescas, na altura em que o PS desenvolvia um esforço gigantesco e felizmente frustrado de divisão na zona da Reforma Agrária, aliciando trabalhadores pouco esclarecidos para pedirem desanexação das UCPs e Cooperativas Agrícolas ou para não aderirem a estas, a troco de promessas de melhores salários, férias pagas, décimo terceiro mês e outras regalias. Pois esta Cooperativa afectada ao MUC neste momento não passa de mais um caso em que o agrário volta a tomar conta da propriedade, regressando para novamente explorar os trabalhadores. Das facilidades a estes garantidas, quando da sua filiação no MUC, esclarece

o facto de há sete meses se encontrarem sem receber salários à beira da miséria e da fome, situação bem aproveitada por três dos «trabalhadores» da cooperativa de Vale de Estacas (o antigo feitor, um filho deste e um outro laiaço do patrão) que manobraram para o regresso do agrário. Como pagamento ao facto dos trabalhadores receberem de braços meio abertos o agrário, este comprometeu-se a saldar os sete meses de salário em atraso e a conceder-lhes um mês de férias. Entretanto, e como os exploradores do povo nunca dão ponto sem nó, o agrário retoma a propriedade e para já ficará com todo o produto da extracção de 70 mil arrobas de cortiça, o que lhe dará um resultado superior a 20 mil contos!

Não constitui surpresa para os trabalhadores das UCPs, para os secretariados e para as suas organizações de classe, os sindicatos agrícolas, este triste fim de uma Cooperativa do MUC, (hoje COBA, muda-se o nome permanece o logro aos trabalhadores), pré-anúncio da desagregação das outras que, diga-se em abono da consciência política dos trabalhadores, bem poucas são (14 no total).

Face a isto, muitos dos trabalhadores enganados que aderiram ao MUC, vendendo por uns tostões a força que lhes vinha da unidade com os seus irmãos de classe, têm de reflectir. Nenhum trabalhador consciente está feliz com o que sucedeu na Cooperativa de Vale de Estacas, com o que sucederá noutras das tais «livres e democráticas» cooperativas. Ninguém estrega as mãos de satisfação e diz «tiveram o que mereciam, estão a pagar pelo erro, agora andam de novo a mando do agrário, agora já sabem que é como antigamente...». Aqui não se aplica o ditado «boa

cama faz quem nela se deita...».

Apenas cabe aos trabalhadores das outras «democráticas» 14 cooperativas do MUC reflectirem e arripiarem caminho, não se deixando iludir por novas denominações, (MUC ou COBA, a manobra é a mesma), reencontrando a sua dignidade de trabalhadores e de cidadãos que querem lutar por um mundo melhor para os seus filhos. E esta dignidade só se reencontra na reintegração na sua classe e na participação inicial, na unidade, na solidariedade.

VINHO PORTUGUÊS PARA PAÍSES SOCIALISTAS

A venda de vinho português para os países socialistas está a atingir um bom nível com os recentes contratos estabelecidos e a estabelecer entre algumas firmas nacionais e a República Democrática Alemã, a República Socialista da Checoslováquia e a República Popular da Polónia.

Para a RDA já seguiu o primeiro contingente de um total de dois milhões e quinhentos mil litros de vinho branco a granel, exportado para aquele país por uma empresa privada. O valor global da

encomenda aproxima-se dos 18 milhões de escudos.

Uma outra firma, com sede em Lisboa, fechou recentemente um contrato com a Checoslováquia, tendo já seguido para este país meio milhão de litros de vinho, corresponde a cerca de 3 milhões de escudos.

Ao mesmo tempo que se prevê a assinatura de mais contratos com a RDA e a Checoslováquia, prosseguem os contactos para a exportação de vinho engarrafado para a Polónia.

Viva o 60.º aniversário da Revolução de Outubro

NO «CAMPO DE FORÇA» DE OUTUBRO

Não se trata certamente de um exercício de retórica falar da Revolução de Outubro, 60 anos após a sua vitória, como de um acontecimento extraordinariamente actual; como de uma lição inesgotável da qual porventura nunca se poderá dizer que toda a sua essência, todas as suas consequências serão completamente compreendidas.

Sessenta anos corresponde aproximadamente a todo o período de experiência na vida de um indivíduo, mas para a História não passa de um instante. Vivemos, portanto, no "campo de força" gerado por essa viragem grandiosa; vemos em prática toda a importância dos processos socio-políticos por ele inspirados em todo o mundo; encontramos, tanto nos factos quotidianos como nas grandes tendências do desenvolvimento social — por mais diversas e originais que seja as suas manifestações — a prova de que a Revolução de Outubro foi, e continua a ser, a pedra angular da evolução da civilização moderna.

Muito se disse e se escreveu os dez dias de Outubro de 1917 que "abalaram o mundo". Entretanto, como já tive oportunidade de o dizer, este tema nunca se pode considerar esgotado: investigadores e políticos de todos os países dedicam-lhe diariamente as suas pesquisas, as suas reflexões. Até para os adversários da Revolução de Outubro, a viragem revolucionária de 1917 constitui um ponto de referência obrigatória não só para a interpretação e explicação do passado, mas igualmente na tentativa de compreender o que virá a ser, na perspectiva histórica, o gigantesco movimento por ele desencadeado.

Não pretendendo fornecer uma contribuição original às riquíssimas investigações já completadas, aos inumeráveis estudos consagrados a este tema, queria citar aqui um novo testemunho do modo como os comunistas italianos acolheram a Revolução de Outubro e actualmente a interpretam. Trata-se de apreciações e de sentimentos que eu posso dizer, convencionalmente, ser divididos em três fases distintas.

A primeira, refere-se à esperança criada pelas novas vindas da longínqua Rússia em Fevereiro de 1917. A esperança que significa a reacção imediata dos trabalhadores italianos, bem como dos trabalhadores, dos explorados de todos os cantos da Europa esgotada pela guerra e pelas vivas contradições do capitalismo.

Um sentimento se desenvolveu então, o de saber que na Rússia se tinha produzido algo de grandioso e ao mesmo tempo inesperado, algo de que a análise política e socio-económica dos líderes da social-democracia ocidental excluía a possibilidade para um país que, em virtude do seu atraso, do seu carácter em grande medida pré-capitalista, era considerado como insuficientemente maduro para o culminar feliz de uma experiência revolucionária.

As classes dirigentes dos estados europeus também elas excluíam, esta possibilidade, pela incompreensão do que se estava a passar, mas também pelo seu desejo de atenuar por todos os meios os seus próprios receios. Pelo contrário, como escreveu o camarada Togliatti, os destacamentos de vanguarda da classe operária acreditavam nos acontecimentos, e acreditavam neles desde o princípio; a consciência de que uma nova era para os povos tinha começado nasceu, ainda que de uma forma difusa, nas mais largas massas.

OS OLHOS DO MUNDO POSTOS NA RÚSSIA DE 1917

Na Itália de 1917, colocada à beira da falência pela guerra incompreendida e não aceite pelas massas, os conflitos sociais ganhavam imediatamente um carácter político, com referência directa à Rússia. No mês de Agosto desse ano, em Turim, capital operária e industrial do país, uma greve de protesto contra a falta de pão ganhou imediatamente um significado político, transformando-se numa poderosa manifestação pela paz.

Alguns dias depois, uma delegação da ala direita do Partido Social-Democrata da Rússia foi recebida pelos operários de Turim que a saudaram com a palavra de

ordem "Viva Lenin!". Identificavam assim a figura de um grande revolucionário com a de um adversário tenaz da guerra e um combatente destacado pela sua cessação imediata.

Em Turim, que no período da "Bional Vermelha (1919-1920) recebeu o nome de "Petrograd

Por LUIGI LONGO Presidente do Partido Comunista Italiano

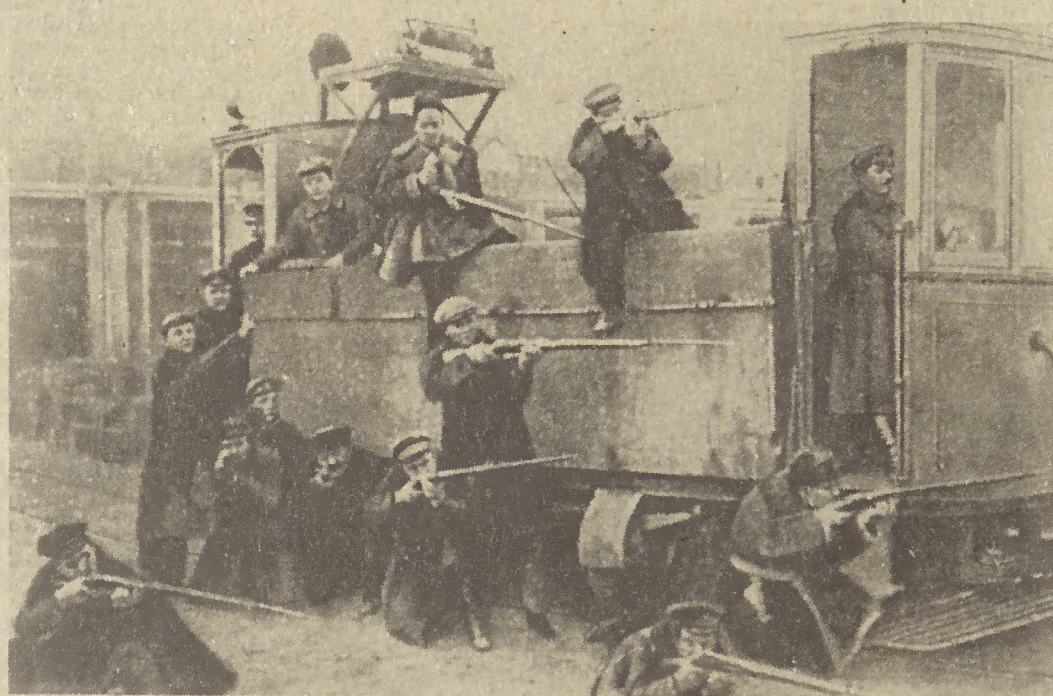
italiana", aumentava a atenção e o interesse pela actividade dos bolcheviques. No movimento operário italiano, como no seio dos trabalhadores do mundo inteiro, a luta dos comunistas

que é igualmente a experiência do proletariado e do campesinato de todos os países, sistematizaram no seio de um organismo complexo, ramificado e flexível todos os aspectos, mesmo os mais íntimos, da vida do proletariado do seu país, as suas tradições, a história gloriosa do

aspecto da atitude do movimento operário italiano e, segundo pensamos, dos trabalhadores de todo o mundo para com a Revolução de Outubro, para com os resultados a que chegou: a compreensão da sua importância. A viragem operou-se e a União Soviética, pelo simples facto da sua própria existência, representava uma ajuda concreta para as forças revolucionárias, um apoio político de valor absoluto.

E incontestável que a existência e o desenvolvimento da União Soviética enquanto grande força mundial, foram um facto decisivo na transformação do próprio aspecto do nosso planeta. A URSS arrancou as armas às forças mais agressivas do imperialismo, reduziu o campo das suas

seu desenvolvimento espiritual e social nas suas mais profundas manifestações. Romperam com o passado, mas continuaram-no ao mesmo tempo, romperam com as tradições, mas



russo despertava entusiasmo, disfrutava de uma profunda confiança.

E quando, em Outubro, a Revolução triunfou, os operários de vanguarda compreenderam que não apenas a situação "local" se tinha modificado radicalmente, mas também que a marcha da História tinha, ela própria, mudado. O que não passava de uma esperança tinha-se transformado numa certeza. O slogan "Fazer como na Rússia!", que se espalhou rapidamente, ainda que nessa altura o seu realismo fosse discutível e exprimisse antes de mais sonhos e aspirações, testemunhava a enorme influência que este acontecimento revolucionário tinha exercido nas almas e nas vontades dos trabalhadores italianos.

A Revolução de Outubro arrancou os ideais do socialismo do domínio da utopia e da mera probabilidade, tendo-o posto em prática na base da sua aplicação concreta, ainda que difícil. Para o movimento operário internacional, a sua lição era extremamente clara: com uma estratégia conveniente e acções revolucionárias consequentes, era possível não só libertar-se da servidão das velhas classes dominantes e do velho

desenvolveram e aprofundaram-nas simultaneamente; terminaram com o passado histórico no qual dominavam as classes possedentes e continuaram, desenvolveram e enriqueceram as tradições vitais do proletariado, as tradições dos operários e dos camponeses. Nisto foram revolucionários e por isso estabeleceram um regime e uma disciplina novos. A ruptura foi inevitável porque se tratava da própria essência da História".

A URSS E O MOVIMENTO OPERÁRIO INTERNACIONAL

Como qualquer processo histórico de tão grande envergadura, a obra iniciada pela Revolução de Outubro não se poderia reduzir a uma sucessão de consequências mecânicas e previamente previstas. Não estava, e não o poderia estar, privada de contradições, de dificuldades dramáticas, tanto para a União Soviética como para o movimento operário internacional. O próprio desenvolvimento do processo era imprevisível e até a possibilidade de ultrapassar as terríveis dificuldades iniciais, de carácter político,

manobras e o seu poder na arena internacional, trouxe uma contribuição decisiva para a derrota do fascismo e do nazismo. Conduzindo com perseverança a luta pela paz e o desanuviamento internacional, a URSS fomentou a possibilidade, no plano político e material, assegurando a expansão e o êxito dos movimentos de libertação nacionais em todas as partes do globo. Não é por acaso que a política de paz está consagrada no projecto da nova Constituição, reflectindo os sucessos do povo soviético, constituindo um dos princípios fundamentais em que se inspira o Estado soviético.

Mas a extensão incomensurável das ideias e dos princípios que a inspiraram é, talvez, a mais profunda consequência da Revolução de Outubro. Essas ideias e esses princípios enriqueceram-se com a experiência nacional, com as tradições políticas e culturais dos diferentes países em que já foram aplicados. O que tornou possíveis as investigações que, há trinta ou quarenta anos, pareciam muito difíceis, as pesquisas das vias específicas para chegar ao socialismo, vias elaboradas com toda a independência por cada destacamento do movimento operário internacional.

Para que estas pesquisas atinjam os melhores resultados, é necessário obter uma nova unidade, mais sólida, deste movimento cuja importância e possibilidades se desenvolveram enormemente após a Revolução de Outubro, graças à actividade política da URSS no decorrer destes seis decénios.

É claro que a inevitável diversificação gera novos problemas e contradições. Seria difícil ultrapassá-los apoiando-nos apenas na experiência e métodos do passado. Daqui resulta a necessidade de uma nova unidade que tenha em conta o estado das coisas.

Além do mais, a lição mais importante que foi dada pela Revolução de Outubro e pelos seus principais protagonistas consiste na sua capacidade de se libertar dos esquemas já feitos e do «senso comum», na sua capacidade de aplicar a ideologia de uma maneira criadora, tomando em consideração a realidade concreta e bem definida. Nós pensamos que a existência de múltiplos problemas difíceis que deve enfrentar cada destacamento do movimento operário internacional obriga a evocar constantemente esta lição.

Falámos da Revolução de Outubro como de um património que pertence a toda a Humanidade. Permite-me, em conclusão, que sublinhe uma vez mais os méritos históricos daqueles que a levaram a cabo e que deseje à União Soviética, Pátria da Revolução de Outubro, ao PCUS, a todos os trabalhadores soviéticos novos e grandes êxitos na via do progresso e da paz.

Um grande amigo do povo português

FALECEU O CAMARADA KHÓKHLOV REITOR DA UNIVERSIDADE DE MOSCOVO E PRESIDENTE DA «URSS-PORTUGAL»

Com 51 anos, faleceu repentinamente o professor soviético Rem Khókhlov, notável cientista e destacada personalidade social, reitor da Universidade Lomonóssov, de Moscovo, vice-presidente da Academia de Ciências da URSS, laureado com o prémio «Lénine».

O camarada Rem Viktorévitch Khókhlov nasceu a 14 de Julho de 1926 na cidade de Livni, na região de Orlovski. Começou a trabalhar aos 15 anos, em 1941, como mecânico de automóveis, depois de ter terminado o 7.º ano escolar. Em 1943, depois de ter frequentado a escola secundária como estudante-trabalhador, inscreveu-se no Instituto de Aviação de Moscovo e dois anos mais tarde matriculou-se na Universidade, onde se diplomou pela Faculdade de Física, tendo ali iniciado, a seguir, a prática de pós-graduado e de docente. Em 1952 torna-se candidato a doutor em Ciências continuando a realizar naquela Faculdade intensa actividade como cientista, pedagogo e organizador. Em 1962 alcança o grau de doutor em Ciências Físico-Matemáticas, e, no ano seguinte, o de professor catedrático, passando em 1965 a reger a cátedra de Processos

Ondulatórios, por ele próprio fundada e que depois se veio a converter em Escola de Óptica não-linear.

A sua obra científica é extraordinariamente vasta e importante. Deixou cerca de 200 trabalhos científicos sobre electrónica, rádio-física, acústica e óptica não-linear. Para além da investigação científica e da sua aplicação prática, o camarada Khókhlov realizou também uma notável actividade pedagógica e social, fazendo sobressair, igualmente, as magníficas características da sua personalidade e dedicação à causa do progresso e da Paz.

Em 1973 foi nomeado reitor da Universidade Lomonóssov, o maior centro de ensino superior de toda a União Soviética. Em Agosto de 1975 foi eleito vice-presidente do Congresso da Associação Internacional das Universidades. Desde 1974 fazia parte, como membro efectivo, do Presidium da Academia de Ciências da URSS, para a qual já em 1966 fora eleito membro correspondente.

Era deputado ao Soviete Supremo da URSS e membro do comité moscovita do PCUS, pelo qual foi eleito delegado ao XXV Congresso. Era igualmente, membro do comité soviético para a Segurança



e Cooperação europeias.

Organizador e participante em inúmeras conferências e reuniões científicas, tanto dentro como fora do seu país, o camarada Rem Khókhlov empreendeu uma infatigável luta pela cooperação mútua, pelo intercâmbio e pela amizade entre os povos.

Ao longo da sua vida, foi condecorado com a «Ordem Lénine» e com a «Ordem da Bandeira Vermelha do Trabalho».

Para os portugueses a figura do professor Khókhlov adquire também uma feição tocante e afectiva. É que ele era o presidente da Associação de Amizade URSS-Portugal. Com a sua boa vontade e a sua dedicação à causa da paz e da compreensão entre os povos, o camarada Khókhlov dispensou parte dos seus

melhores esforços à criação e ao fortalecimento dos laços de amizade e colaboração entre os povos da União Soviética e de Portugal. São disso testemunho evidente os dois acordos de intercâmbio que, em nome da Associação URSS-Portugal, assinou com a Associação Portugal-URSS: o primeiro em Julho de 1975, em Moscovo, por ocasião da visita de uma delegação portuguesa à União Soviética; e o segundo celebrado, no Porto, durante a visita que o camarada Khókhlov efectuou ao nosso país, entre 8 e 13 de Março de 1976.

Com a morte do professor Rem Khókhlov, a Humanidade perde um grande cientista e um infatigável militante da Paz. O Povo português perde um grande amigo.

TEMPO DE FÉRIAS PARA O POVO SOVIÉTICO

A União Soviética está em pleno Verão. Onze mil sanatórios, casas de repouso, pensões e centros turísticos abrem as suas portas a 60 milhões de veraneantes, que vêm passar as suas férias em lugares calmos, de clima agradável ou com tratamentos termiais.

As «indústrias de cura e repouso» pertencem essencialmente aos sindicatos, que consagraram entre 1971 e 1975, mais de um milhão de rublos para o desenvolvimento dos centros termiais e balneários. Para este quinquénio (1976-80), os sindicatos decidiram elevar estes créditos para 1,4 bilião de rublos.

Os comités sindicais das fábricas concedem aos operários e empregados bônus de estadia a título privilegiado: o interessado paga apenas um terço do preço, e o restante é reembolsado pelo sindicato que dispõe dos seus próprios meios e créditos estatais para a assistência social. Vinte por cento dos lugares nos sanatórios e dez por cento nas casas de repouso são concedidos gratuitamente pelas organizações sindicais das empresas e instituições.

Paralelamente à extensão das zonas tradicionais de cura e repouso, no litoral do Mar

Negro, Cáucaso, Mineralnyé Vody, região de Moscovo, Ucrânia, Repúblicas Bálticas, Geórgia, começam a aparecer novos centros de férias. No sentido de aproximar os locais de cura e repouso dos locais de

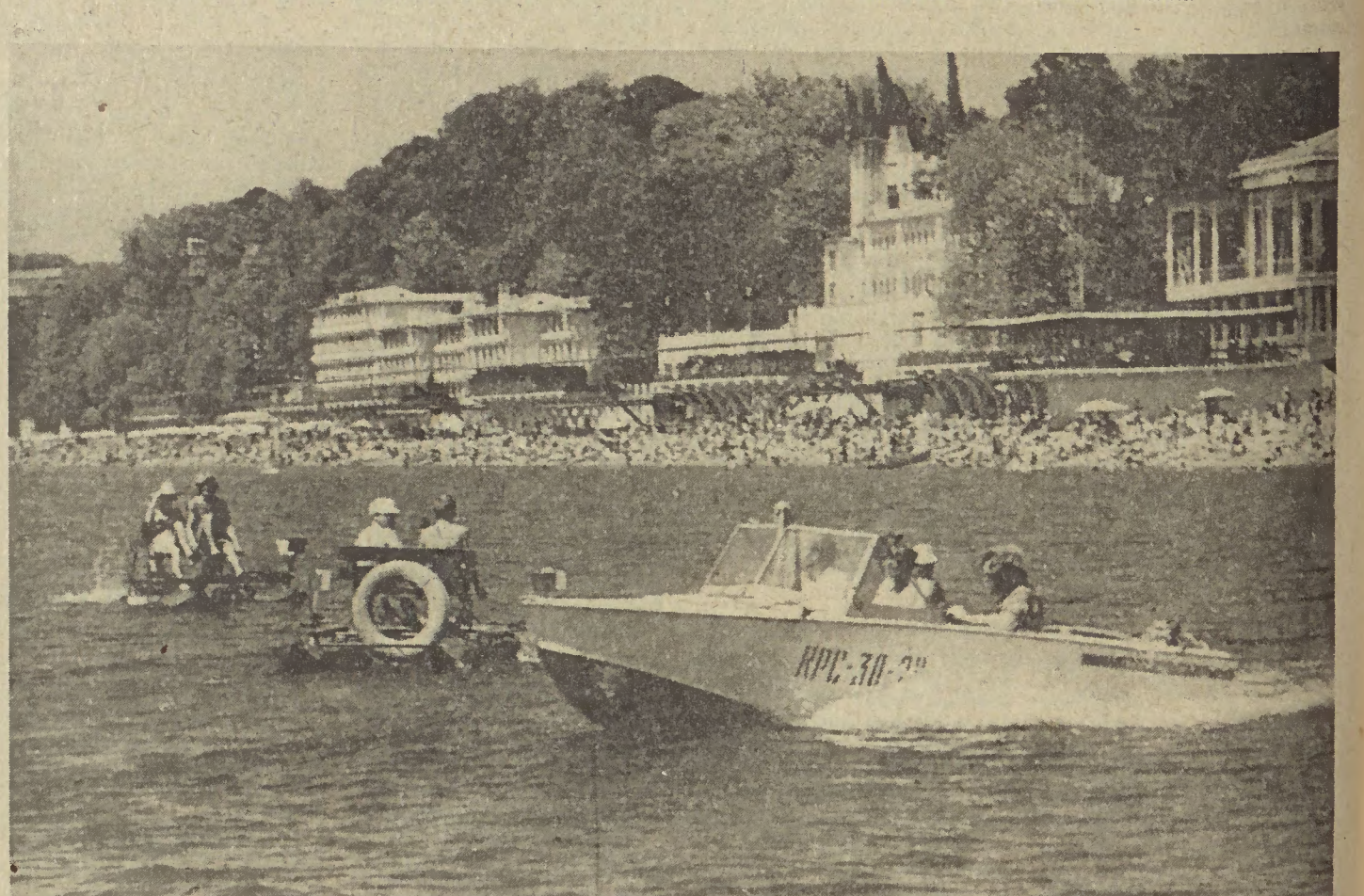
residência, e para evitar que as pessoas que o não podem fazer passem de uma zona climática para outras, constroem-se actualmente zonas de férias na Sibéria, Kazaquistão, Ásia Central, Urais e Extremo Oriente.



Uma nova pensão no litoral do Mar Negro abriu as suas portas aos operários da central industrial «Kirovski Zavod», de Leningrado. Tem capacidade para 600 pessoas. Os veraneantes terão à sua disposição dependências dotadas de material médico moderno, um estádio, piscina coberta e a céu aberto, ambas com água do mar, uma estação náutica e uma sala de concertos



Os «chalets» da «Youjny Priout» (reformas do Sul) estendem-se a 1360 metros de altitude, nas encostas da cadeia montanhosa de Svanetie, no Cáucaso. Numerosos turistas que fazem o percurso Dombal-Soukhoum, param aqui para passar a noite. Durante o Verão e o Outono, a «Youjny Priout» recebe mais de 10 mil amadores de marcha na montanha



O conjunto de casas de repouso «Riviera», em Sotchi (litoral do Mar Negro)

SEMANA INTERNACIONAL

LUTA PELA PAZ: UMA POLÍTICA DE CLASSE UMA BATALHA VITAL

A vida internacional — que pesa de uma forma crescente na evolução e nos problemas internos de cada povo e de cada país — caracteriza-se neste momento por um agravamento de tensão, uma ampla e intensa luta entre as forças do imperialismo e todas as forças progressistas mundiais, encabeçadas pela comunidade socialista e a URSS.

Neste contexto, em que se evidencia de uma forma muito nítida, onde está a preocupação, o interesse pelo futuro dos povos, por melhores possibilidades de vida, e onde se localiza o mais total desespero — o Apelo do Pacto de Varsóvia, para o reforço das posições de paz no mundo, a coesão de esforços contra a ameaça da guerra, surge como um facto muito importante, uma arma de luta pela paz, que interessa saber utilizar plenamente.

Os representantes dos Parlamentos dos Estados membros do Tratado de Varsóvia, reunidos entre 5 e 8 de Julho último em Leninegrado, apelam para que os parlamentares dos países signatários da Acta de Helsínquia «se manifestem activamente pelo aprofundamento do desarmamento, pelo enfraquecimento da ameaça de guerra, pelo fortalecimento da paz no Continente, pela cessação da corrida dos armamentos, realização do desarmamento e, em primeiro lugar, do desarmamento nuclear». O Apelo do Pacto de Varsóvia salienta a necessidade de fazer frente ao alargamento das alianças militares existentes e à criação de outras, a necessidade de cooperação entre Estados com sistemas sociais opostos, na solução de tarefas vitalmente inadiáveis, como a protecção de meio-ambiente, a cooperação nos campos energéticos e transportes, entre outros, o intercâmbio de valores culturais. O Apelo propõe acordos sobre a diminuição de despesas militares, liquidação das bases militares estrangeiras, a elaboração de um tratado que proíba a qualquer dos seus signatários ser o primeiro a utilizar armas nucleares entre si.

Enquanto em Leninegrado se debate a paz, e se estudam formas concretas de a defender e reforçar, o mundo capitalista dá-nos uma imagem muito diversa da sua forma de encarar e «resolver» os problemas internacionais.

De Washington, Carter apadrinha a bomba de neutrões enquanto se compraz em alinhar discursos vazios de sentido, afirmando intenções que a prática drasticamente desmente. A NATO discute o fabrico de novas armas e reforça ainda o seu potencial militar. Isto quando durante, os anos da sua existência, as despesas destinadas a fins militares dos respectivos países membros aumentaram mais de oito vezes. Para a África do Sul continuam a ser enviadas as armas da Grã-Bretanha, dos Estados Unidos, da França e da Itália. As armas, e os mercenários, cujo principal centro de recrutamento se localiza na RFA. No Médio Oriente somam-se esforços para arrastar os problemas furtar-se à única solução possível, a única base de uma paz sólida e justa. Fomenta-se o conflito etíope-somali. Tenta-se eternizar a divisão de Chipre.

O quadro dá a imagem de uma política altamente lesiva dos interesses dos povos, onde se destaca a ameaça da nova arma de destruição massiva da vida — como um passo importante na tentativa de retorno ao «equilíbrio» pelo terror, pela escalada no potencial militar. Política absurda, mas profundamente perigosa.

Contra ela se erguem todas as forças que se batem pela paz, por todo o mundo e também nos Estados Unidos, onde uma sociedade profundamente repressiva não consegue impedir as manifestações de protesto contra a nova bomba, como outrora contra a criminoso guerra no Vietnam. Contra ela se erguem, não só as massas trabalhadoras, os que estão intrinsecamente empenhados na batalha da paz, mas mesmo alguns sectores mais realistas do capital. O que é importante. E representa uma vitória das forças da paz. Demonstra o carácter vital desta batalha.



DIRIGENTES DO PC BRASILEIRO SEQUESTRADOS E DESAPARECIDOS DESDE HÁ MAIS DE TRÊS ANOS

A ditadura brasileira não olha a meios na sua política antipopular e antinacional, posta ao serviço dos grandes capitalistas e enfeudada ao imperialismo. A repressão abate-se sobre o povo e os comunistas são, naturalmente, as vítimas privilegiadas da ferocidade policial.

Desde há mais de três anos que diversos membros do CC do PCB foram sequestrados, ignorando-se o seu paradeiro, ao mesmo tempo que muitos outros pagam nas prisões o preço de sempre se terem mantido fiéis ao seu povo e à sua pátria.

Os casos concretos que passamos a revelar falam por si.

David Capistrano da Costa

Nasceu em 16 de Novembro de 1913, no Estado do Ceará. Filho de camponeses médios que depois se arruinaram. Ingressou no Partido Comunista Brasileiro em 1934, quando servia na Escola de Aviação Militar. Nessa condição participou na insurreição armada de Novembro de 1935, no Rio de Janeiro, sendo preso e processado. Libertado um ano e meio depois, alistou-se nas Brigadas Internacionais espanholas, nas quais combateu até à extinção das mesmas. Internado na França, depois da derrota dos republicanos, esteve prisioneiro dos invasores alemães durante um ano. Retornou ao Brasil em 1942 e foi novamente preso, sendo libertado em 1945 por força de amnistia. Foi deputado comunista à Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco e líder da bancada do partido. Membro do Comité Central do PCB desde 1946, desempenhou numerosas funções partidárias, a última das quais de representante do PCB na «Revista Internacional», em Praga. Regressava da Checoslováquia quando desapareceu, sem deixar

pista, logo depois de ter entrado clandestinamente no território brasileiro, em Março de 1974.

Luíz Ignácio Maranhão Filho

Nasceu em 1920, no Estado do Rio Grande do Norte. Advogado, jornalista, escritor e professor universitário. Ainda muito jovem participou no processo político que culminou com a insurreição armada de Novembro de 1935 em Natal. Foi deputado comunista à Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Norte e presidente da mesma. Membro do Comité Central do PCB desde 1960, desempenhou numerosas funções partidárias legais e clandestinas. Homem de vasta cultura, gozava de grande prestígio entre a intelectualidade do país. Desapareceu em Março de 1974, em São Paulo, onde desempenhava função no Comité Estadual do Partido.

Walter de Souza Ribeiro

Nasceu em 1928 no Estado de Minas Gerais. Filho de pequeno comerciante, membro do Partido. Oficial do Exército recém-saído da Escola Militar, foi reformado em 1950 por haver assinado um apelo pela paz mundial, contra o uso das armas atómicas e contra o envio de tropas brasileiras para a guerra da Coreia. Membro do Comité Central desde 1962 e da Comissão Estadual de São Paulo quando desapareceu, no dia 3 de Abril de 1974, sem deixar pista.

Jaime Amorim de Miranda

Nasceu a 18 de Julho de 1926,

no Estado de Alagoas. Advogado e jornalista. Aos 16 anos ingressou no Partido. Membro do Comité Central desde 1960, desempenhou, antes e depois, funções de direcção em diversos Estados do país. Era secretário do Comité Central desde 1965. Desapareceu em Janeiro de 1975.

Itair José Veloso

Nasceu a 10 de Junho de 1930. Operário da construção civil. Ingressou no Partido Comunista Brasileiro em 1950. Membro do Comité Central e do Secretariado do CC desde 1967. Exerceu anteriormente funções de dirigente estadual em dois Estados diferentes. Está desaparecido desde Março de 1975.

Orlando Rosa Bonfim Junior

Nasceu a 13 de Janeiro de 1915, no Estado do Espírito Santo. Advogado e jornalista. Ingressou no Partido Comunista Brasileiro em 1945. De 1945 a 1958 foi membro do Comité Central e de sua Comissão Executiva desde 1960, esteve sempre vinculado ao trabalho de agitação e propaganda partidária. Foi director do semanário «Novos Rumos», então órgão central do PCB, desde 1960 a 1964, e, após o golpe de 1964, director do órgão central clandestino «A Voz Operária». Desapareceu em Julho de 1975.

Osvaldo Pacheco da Silva

Nasceu em Sergipe. Estivador no porto de Santos, Estado de São Paulo. Líder de massas na sua categoria, foi presidente do seu

Sindicato e presidente da Federação Nacional de Estivadores. Presidente também do Pacto de Unidade e Acção, entidade política de frente única dos trabalhadores, que englobava sindicatos e Federações Sindicais da área de transportes. Foi deputado federal à Assembleia Constituinte, em 1946-47. Membro do Comité Central do Partido Comunista Brasileiro desde 1960 e da Comissão Executiva do CC desde 1967. Preso em Fevereiro de 1975 e barbaramente torturado.

João Massena Mello

Nasceu em 1920, no Estado de Pernambuco. Operário metalúrgico. Ligou-se ao Partido Comunista desde muito jovem, tendo a primeira prisão ocorrido quando contava apenas 15 anos de idade. Nova prisão em 1939 levá-lo a uma condenação de 4 anos, cumpridos nas ilhas — presidio do «Estado Novo». Líder de massas e sindical dos metalúrgicos do Rio de Janeiro, foi por duas vezes eleito ao legislativo dessa cidade: a primeira, em 1947, como vereador à Câmara Municipal da então capital da República a segunda em 1962, como deputado à Assembleia Legislativa do recém-criado Estado da Guanabara. Membro do Comité Central desde 1946, exerceu, entre outras funções partidárias, a de presidente da Juventude Comunista Brasileira. Foi preso em 1970 e barbaramente torturado, sendo libertado três anos depois. Desapareceu no dia 3 de Abril de 1974 sem deixar pista.

Hiran de Lima Pereira

Nasceu em 1916, no Estado do Rio Grande do Norte. Jornalista, poeta e teatrólogo. Membro do Comité Central do PCB desde 1960, exerceu, entre outras funções, a de director do jornal de massas do Partido e de gerente do órgão central do PCB «A Voz Operária». Estava no exercício dessa função quando desapareceu sem deixar pista, no mesmo dia em que eram assaltadas pela polícia as editoras clandestinas desse jornal.

Elson Costa

Nasceu em 1915, no Estado de Minas Gerais. Bancário. Membro do Comité Central do PCB desde 1954, exerceu funções partidárias legais e clandestinas em diversos Estados. Preso duas vezes, em 1964 e 1970 foi em ambas as ocasiões barbaramente torturado. Em 1975 exercia a função clandestina de editor do órgão central do PCB, «A Voz Operária», quando desapareceu sem deixar pista no mesmo dia em que a polícia assaltava a editora clandestina do jornal.

Francisco Gomes Filho

Operário da Construção Civil, com mais de 70 anos de idade. Membro do Partido Comunista Brasileiro há mais de 50 anos e membro do Comité Central do PCB. Foi deputado à Assembleia Constituinte de 1946, eleito pelo povo do Rio de Janeiro, quando ainda era capital do Brasil. Foi recentemente condenado por um tribunal militar a 5 anos de prisão.

Solidariedade do PCP

Manifestando a sua solidariedade com todos estes camaradas, o PCP, através do seu Secretariado enviou a diversas autoridades brasileiras os seguintes telegramas:

«O Partido Comunista Português, seguro de interpretar os sentimentos dos trabalhadores e dos democratas portugueses, manifesta a sua profunda apreensão pela situação prisional de Osvaldo Pacheco da Silva, preso em Fevereiro de 1975 e barbaramente torturado, e de Francisco Gomes Pinto, condenado a cinco anos de prisão, e reclama que sejam tomadas medidas conducentes à libertação destes dois patriotas, membros do Comité Central do Partido Comunista Brasileiro».

☆

«É do conhecimento da opinião pública mundial que entre 1974 e 1975 foram presos no Brasil, ignorando-se o seu paradeiro, David Capistrano da Costa, Luís Ignácio Maranhão Filho, Walter de Souza Ribeiro, Jaime Amorim de Miranda, Itair José Veloso, Orlando Rosa Bonfim Junior, João Massena Mello, Hiran de Lima Pereira, Elson Costa, todos membros do Comité Central do Partido Comunista Brasileiro. O Partido Comunista Português manifesta a sua profunda indignação pela prisão e desaparecimento destes lutadores pela causa da democracia e da liberdade do seu povo. Certo de interpretar os sentimentos dos democratas e progressistas portugueses, reclama do governo brasileiro a informação clara de qual o verdadeiro destino de todos estes patriotas.»

Os noruegueses «registados» ou o «socialismo em liberdade»

O jornal «Arbeiderbladet» publicou, recentemente, uma reportagem sobre a prática consagrada na Noruega, de registo de dados sobre a personalidade dos cidadãos noruegueses. Esta anotação de dados é efectuada por diversas organizações oficiais e particulares, franca ou veladamente e, na maioria dos casos, a fase de «ficheiros elementares» foi ultrapassada há muito: utilizam-se computadores que permitem, quase instantaneamente, sintetizar e analisar os dados obtidos pelas diferentes organizações em vários locais. Conforme declarou aos jornalistas um funcionário de uma dessas organizações, não será exagero dizer que todo o norueguês adulto está «registado» e há dados pormenorizados sobre ele em, pelos menos, meia centena de arquivos.

O jornal salienta que «se reunimos todos os dados sobre um vulgar cidadão norueguês, guardados nos diferentes arquivos, concluir-se-á que, sem exagero, só mesmo os pensamentos mais íntimos não foram registados».

«Arbeiderbladet» assinala que, em muitos casos, as investigações sobre os cidadãos são feitas tanto pelas polícias como pelos órgãos militares do país. Os dados sobre os noruegueses são também transmitidos ao estrangeiro, em particular, às organizações norte-americanas interessadas.

A Noruega — não o esqueçamos — é um dos brilhantes modelos de «socialismo em liberdade» do sr. Mário Soares.

As «interdições profissionais» também em França

Nome — Duval. Idade — 27 anos. Instrução — superior. Profissão — jornalista. Após o curso de jornalismo, assinou contrato e trabalhou na filial de Alsácia da emissora nacional de Estrasburgo. Logo nos primeiros meses, revelou capacidades extraordinárias. Confiaram-lhes autonomamente a transmissão do programa informativo. O futuro profissional de Patrick Duval apresenta-se brilhante. Mas... de repente, tudo se apaga. A partir de 1 de Janeiro deste ano Patrick deixou de ser empregado da redacção do Estrasburgo.

O que aconteceu? Nada de «especial». Simplesmente, chegaram ao conhecimento da direcção da emissora «rumores» de que Patrick Duval é membro do Partido Comunista Francês.

Pelos vistos, as famigeradas «proibições de profissão», tão comuns na RFA, foram hoje «importadas» pela França. O despedimento de Patrick Duval, conforme diz a declaração dos dirigentes do PCF, constitui mais uma violação da Constituição, mais um atentado contra a liberdade e os direitos do homem.

A «democracia» em Israel

Mustafá Kurd: 30 anos. Músico e actor. Vive em Jerusalém Oriental. É árabe, palestino. Às duas horas da madrugada, a sua casa foi invadida pelos agentes dos serviços de segurança israelitas. No distrito policial de Jerusalém, para onde foi conduzido, Mustafá Kurd foi espancado pelos polícias durante dois dias.



«Democracia» à israelita

«Davam-me pancadas nos dois ouvidos, simultaneamente... Perdi a consciência. Voltei a mim devido a uma dor muito intensa: espancavam-me na barriga, costas e na região lombar... As torturas eram sem fim. Faziam-me recuperar os sentidos e tudo começava de novo». Foi assim que M. Kurd descreveu a sua passagem pela prisão. Finalmente, quase inválido, em consequência das torturas, foi apresentado à acusação: participação numa manifestação anti-israelita. Não era acusado de ser membro de um dos destacamentos do movimento palestino de resistência, nem de espionagem a favor de uma potência estrangeira, mas sim, simplesmente de ter participado numa manifestação pacífica.

JORNADAS DA CULTURA URUGUAIA

De 22 a 28 de Agosto realizam-se, no México, as «Jornadas da cultura uruguaia no exílio», que constituirá uma afirmação da vitalidade da cultura do povo uruguaio, apesar da repressão que levou para o exílio muitos dos seus melhores representantes, e uma jornada de solidariedade com a luta do povo do Uruguai contra a ditadura fascista.

Como se afirma no apelo dirigido a todos os que lutam pela dignidade humana, «a cultura, a ciência e a educação de um povo, devem estar profundamente inseridos no avanço desse povo para a concretização dos seus mais caros desejos. Este compromisso histórico da cultura, de ciência e da educação, é a base indispensável da liberdade».

Não são as forças progressistas que temem essa liberdade ou se opõem ao desenvolvimento cultural de massas — esses são elementos vitais da sua política. Só a reacção teme a cultura de massas, sem a qual a liberdade e democracia não se podem concretizar.

Nas jornadas que agora se vão realizar no México, essa verdade ficará mais uma vez evidenciada.

Notícias breves dos países socialistas

• Na RDA foram criadas 11 160 vagas em jardins de infância e creches durante o primeiro semestre de 1977, prevendo-se que até 1980 se abram mais 75 000 em jardins de infância e 45 000 em creches.

• O acordo comercial entre a União Soviética e a Jugoslávia, que expirará em 1980, prevê um intercâmbio de mercadorias no valor de 14 mil milhões de dólares, fornecendo a Jugoslávia 38 barcos à União Soviética, nomeadamente de passageiros, de carga e petroleiros.

• Foram construídas e ampliadas 35 empresas industriais no primeiro semestre deste ano na cidade de Ho Chi Minh, na República Socialista do Vietnam, nomeadamente fábricas de bicicletas, têxteis e empresas produtoras de motores e geradores.

República Popular e Democrática do Yémen

UM PROCESSO REVOLUCIONÁRIO QUE O IMPERIALISMO TENTA SUFOCAR

Lado a lado com zonas e países em que o imperialismo logrou desencadear conflitos violentos, zonas de grande tensão, em que por vezes se joga a paz no mundo, há todo um trabalho de sapa, de agressão, de sabotagem, alimentado e organizado com a ajuda de Washington, e que se verifica sempre e onde as forças progressistas somam vitórias, governos ligados ao povo desenvolvem uma política favorável às massas trabalhadoras. Essa luta, esse trabalho de provocação, não vem para os cabeçalhos dos jornais — a não ser se e quando as forças da reacção internacional conseguem criar um novo foco de sangue e de instabilidade — mas nem por isso se trata de uma batalha menos importante. É o caso do Yémen.

A República Popular e Democrática do Yémen, localizada no Golfo do Irão, é dos países visados pelo imperialismo, que se tem esforçado para inverter os caminhos progressistas por que o seu povo optou, que os seus trabalhadores conquistaram através da luta.

Sob a direcção dos EUA, desenvolve-se em todo o Golfo Árabe uma intensa actividade por parte das forças reaccionárias, com vista a proteger os interesses dos grandes monopólios. A revolução yemenita constitui sem dúvida uma séria ameaça a esses interesses. Um apoio a todas as forças progressistas na área. Um exemplo e um estímulo para os outros povos da área.

Para Washington a questão é clara — conviria sufocar a revolução yemenita. Para isso conta com um aliado — o Xá do Irão. Encorajado pelos Estados imperialistas, o Irão ocupou as ilhas árabes no Estreito de Ormuz, e exprimi as intenções agressivas para com os povos e Estados do Golfo Árabe, ameaçando usar a força para atingir as suas ambições expansionistas, cuidadosamente alimentadas pela Casa Branca. Tendo invadido o Oman, as tropas do Xá do Irão começaram a levar a cabo provocações militares contra os territórios do Yémen. Prosseguem hoje as violações do espaço aéreo; as zonas de grandes empreendimentos económicos e militares são sobrevoadas, provocatoriamente por aviões de reconhecimento; por vezes são mesmo efectuados bombardeamentos contra as aldeias fronteiriças de Este. As intenções do imperialismo, ao provocar uma situação de instabilidade na zona e de agressão contra a República Popular Democrática do Yémen, são claras: fazer frente ao movimento de libertação

nacional, se possível através do estabelecimento de um pacto de segurança entre os Estados do Golfo da Arábia, tendo em vista ligar a área aos pactos militares e agressivos dos Estados imperialistas; destruir a revolução yemenita. A República Popular Democrática do Yémen festejou recentemente o nono aniversário da sua independência. Uma independência que custou grandes sacrifícios ao seu povo e foi alcançada através de uma luta de guerrilha de 4 anos. 129 anos de dominação estrangeira marcam ainda a vida do povo yemenita. Se foi difícil a luta guerrilha contra o domínio estrangeiro, não é menos a batalha de hoje contra o atraso e a miséria herdadas do passado. Grandes passos têm sido dados no caminho do progresso, desde que há mais de sete anos foi vencida a ala direita do movimento libertador e encetado o caminho do desenvolvimento numa perspectiva socialista.

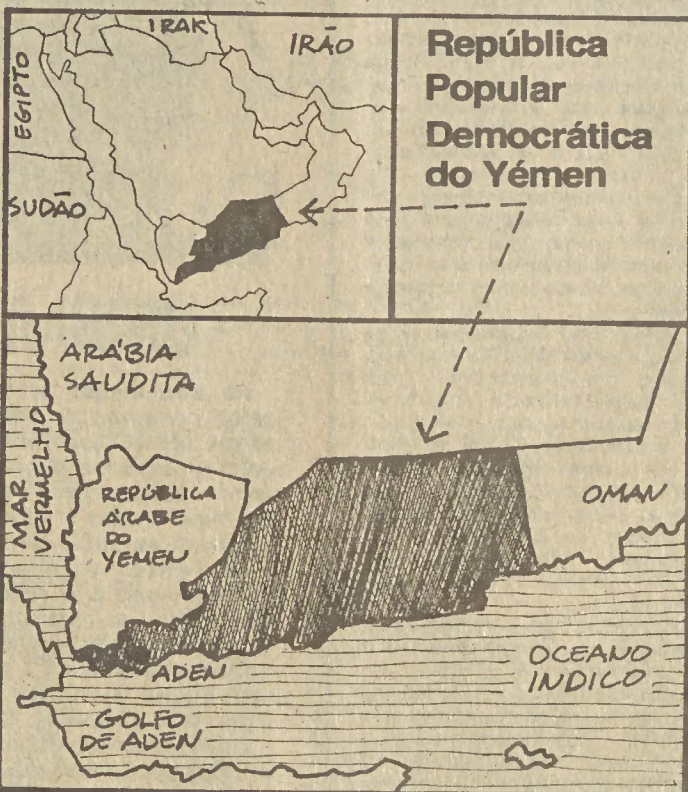
22 de Junho de 1969 — o dia em que culminou o Processo de Rectificação da Revolução é uma data histórica para o povo yemenita. O triunfo da ala progressista do movimento de libertação criou as condições necessárias para a adopção de medidas revolucionárias que abarcam todos os aspectos da vida do país. Tudo o que entretanto foi conseguido, em benefício do povo e do país, nunca teria sido possível sem o 22 de Junho, sem a adopção de uma linha de desenvolvimento não capitalista, com um programa baseado no socialismo científico. Neste aspecto o Yémen é um exemplo mais de que a adopção desta via progressista, a amizade e apoio dos países socialistas, constitui o único caminho possível para a liquidação do subdesenvolvimento, herdado da dominação colonial.

É vasto e esclarecedor o conjunto de medidas adoptadas desde o 22 de Junho.

Em Novembro de 1969 procedeu à nacionalização de todas as companhias monopolistas estrangeiras nos sectores da banca, seguros, distribuição de petróleo e marinha mercante. Posteriormente foi criado o sector público, que passou a desempenhar um papel dirigente na vida económica. Com as medidas de nacionalização foi possível iniciar a planificação do desenvolvimento económico e social. Foi inicialmente elaborado um plano trienal de 1971-73. Hoje está a ser levado à prática o plano quinquenal de 1974-79.

A agricultura — sector determinante da economia nacional — foi revolucionada em 1970, ano em que foi adoptada a lei da Reforma Agrária, que entregou aos camponeses yemenitas, organizados em cooperativas, as terras anteriormente em poder dos feudais. As medidas inerentes à solução do problema agrícola permitiram profundas alterações nas relações sociais e de produção no campo. Com a introdução de maquinaria na produção agrícola, por exemplo, grande número de camponeses se transformará em proletariado agrícola aumentando assim a classe operária do país, base e garante das transformações revolucionárias em curso. Recentemente foi constituída a Federação Democrática de Camponeses, que desempenhará um importante papel na criação de melhores condições culturais e económicas nos campos do Yémen.

Em 1971, o número de desempregados ultrapassava os 20 000 trabalhadores. Hoje não há desemprego no país. Todos os trabalhadores foram absorvidos pelos planos



económicos e sociais ultimamente realizados.

A cultura, antes feudo quase exclusivo de estrangeiros, é agora alargada às massas trabalhadoras de todo o país. Os serviços médicos são gratuitos.

Para aprofundar a democracia na vida sociopolítica foi constituída uma série de organizações de massas. Foram criados os Comités de Defesa Popular, que muito têm ajudado a desenvolver a plena participação das massas no poder político, através dos conselhos populares locais eleitos, e o Conselho Superior do Povo, através das suas organizações sociais, que agrupam dezenas de milhares de pessoas: trabalhadores, camponeses, especialistas e todo o operariado do país.

No campo cultural, prevalece uma preocupação: cortar ao imperialismo todas as possibilidades de prosseguir com a sua nefasta propaganda ideológica, hoje sector particularmente importante da luta de classes. Foi criada uma série de instituições culturais e desenvolveu-se toda a estrutura educativa e de informação, para que seja ampla a divulgação do socialismo científico

e divulgados os êxitos alcançados pelo povo, as suas aspirações de progresso social; para que se reforcem os laços necessários com o movimento revolucionário mundial, encabeçado pela comunidade socialista. Foi anulada a propriedade privada na imprensa, cinema, rádio, televisão e quaisquer outros instrumentos de cultura, para que só a voz da revolução possa ser ouvida, para que as forças da reacção não possam utilizar tais meios na sabotagem das conquistas do povo.

A República Popular Democrática do Yémen, como todos os países que seguem uma via progressista, é um desafio ao poder do imperialismo na zona. Desde a liquidação do domínio estrangeiro, e muito em particular quando foi adoptada uma via revolucionária, o Yémen tem sido alvo de múltiplos ataques. Quer pelo bloqueio económico e político, quer pela sabotagem ideológica interna, quer pela agressão armada.

A estas diversas formas de agressão, o povo do Yémen tem sabido dar uma resposta adequada, preservando a sua revolução.



De 28 de Julho a 5 de Agosto de 1978, em Cuba

XI FESTIVAL MUNDIAL DA JUVENTUDE

Durante uma reunião efectuada recentemente em Havana (Cuba), o Comité Internacional Preparatório (CIP) do XI Festival Mundial da Juventude e dos Estudantes marcou para 28 de Julho do próximo ano o início do festival, que se prolongará até 5 de Agosto do mesmo ano.

Subordinada à palavra de ordem "Pela Solidariedade Anti-Imperialista, pela Paz e a Amizade", esta importante manifestação de unidade, entusiasmo e confiança da juventude decorrerá em Havana, capital da República Socialista de Cuba.

Os trabalhos de preparação e organização do festival, que têm vindo a mobilizar milhares e milhares de jovens em todo o Mundo, já entraram numa fase intensiva, apresentando-se, neste momento, como uma importante tarefa para a maior parte das organizações juvenis nacionais e internacionais. Tal como em muitos outros países, em Cuba a juventude dedica grande parte das suas energias na preparação do festival, de cujo Comité Preparatório Nacional cubano faz parte o camarada Fidel Castro.

Após o III Congresso da União da Juventude Comunista de Cuba, no decorrer do qual a juventude cubana reafirmou a sua determinação em dar ao festival um carácter mobilizador e de intervenção na luta pela paz, realizou-se em Havana a terceira reunião do Comité Internacional Preparatório do festival, na qual estiveram presentes mais de 200 delegados de 70 países

e representantes de 15 organizações internacionais e regionais, que discutiram os problemas relacionados com a preparação do festival.

A segunda reunião do Comité Preparatório, efectuada em Março de 1976, já tinha, entretanto, impulsionado o trabalho de organização do festival. No final da sessão, era divulgado um apelo às diferentes organizações juvenis e estudantes, independentemente das suas concepções políticas, filosóficas e religiosas, para que desenvolvessem uma actividade de preparação do XI Festival Mundial da Juventude e dos Estudantes, criando os mais amplos Comités Nacionais Preparatórios, com a participação de todas as forças que compartilhem os objectivos do festival e estejam dispostas a contribuir para o êxito desta tão importante iniciativa da juventude e dos estudantes do mundo inteiro.

Até agora, já se formaram perto de 60 Comités Nacionais Preparatórios. De salientar que nas reuniões preparatórias do festival, nomeadamente nas do CIP, têm participado delegados de organizações de tendência comunista, socialista, social-democrata, democrata-cristã, liberal e radical, e ainda de movimentos sindicais, culturais e religiosos de orientação diversa.

Presentemente, nos países socialistas, na Europa Ocidental, nos Estados Unidos, no Médio Oriente, em África, na Ásia e na América Latina, assiste-se a um intenso trabalho de preparação e organização do festival, estando

já formados vários Comités Nacionais. Mesmo as organizações da juventude democrática dos países onde dominam regimes fascistas terão os seus delegados no XI Festival Mundial da Juventude e dos Estudantes. Segundo declarações do secretário-geral da Juventude Comunista Chilena, camarada Gladys Marin, já foi constituído no Chile um Comité Nacional Preparatório, do qual fazem parte elementos de todas as organizações juvenis da Unidade

Popular. No nosso país, apesar de ainda não ter sido constituído nenhum Comité, está a realizar-se um significativo trabalho de divulgação, promovido pelas Comissões Juvenís dos Sindicatos.

Nos acampamentos realizados por iniciativa destes organismos (Lagoa de Albufeira, Fão, etc.), os jovens têm assistido a sessões de debate e informação sobre a preparação e os objectivos do festival.



Empunhando o estandarte da Federação Democrática da Juventude

A INFÂNCIA E A JUVENTUDE NOS PAÍSES CAPITALISTAS

Enquanto nos países socialistas, e segundo a frase já célebre, as crianças são a única classe privilegiada, que se passa nos países capitalistas? Como são tratados milhões de crianças e jovens filhos das classes "trabalhadoras"? Vejamos alguns exemplos, tanto dos grandes países capitalistas como de outros que a propaganda burguesa costuma englobar no "mundo ocidental", contrapondo-o ao tenebroso e violador dos direitos humanos "mundo comunista".

EUA — 2,4 milhões de crianças norte-americanas não estudam. Muitas vêm-se obrigadas a abandonar a escola para ganhar a vida.

CHILE: Das 900 000 crianças examinadas até aos 6 anos de idade, 35 por cento não recebem alimentação suficiente. É de 63,3 em cada mil o índice de mortalidade de crianças até um ano de idade, sendo a subnutrição a causa principal, dessa mortalidade.

MÉXICO: Cerca de um milhão e meio de crianças, em idade escolar, não frequentam a escola.

INGLATERRA: A delinquência infantil cresce no país, aumentando o número de crianças que se encontram nas prisões — em 1971 esse número era de 2 764 e no ano de 74 subiu para 5 135.

HONG-KONG: Segundo as leis inglesas, as crianças só podem trabalhar a partir dos 16 anos; em Hong-Kong, a maior colónia britânica, as leis são mais



"liberais" e reduzem esse limite mínimo para 14 anos, mas tal não é respeitado pois existem, entre os operários, milhares de crianças que não atingiram essa idade. Encontram-se ocupados nas fábricas, no mínimo, 85 000 adolescentes entre os 14 e os 17

anos. Na maioria são raparigas.

ESPAÑA: Existem no país mais de 200 000 adolescentes, menores de 14 anos, cujo trabalho é ilegalmente explorado. As crianças encontram-se ocupadas nos trabalhos mais difíceis e de baixa qualificação.

ÁFRICA DO SUL: No dia 16 de Junho de 1976, em Soweto, subúrbio africano de Joanesburgo, a polícia do regime racista dispersou, a tiro, uma manifestação de estudantes que exigiam que o magistério das classes fosse ministrado na sua língua natal e se aperfeiçoasse o sistema de ensino. 176 adolescentes foram mortos e cerca de mil e quinhentos feridos. Este acontecimento ficou tristemente célebre. Mais recentemente, como se sabe, novos graves incidentes ocorreram.

HAITI: Em 1976, foi presa, neste país, a jovem Maria Tereza Feval, que desde 1967, na clandestinidade, militava tenazmente pela liberdade e a democracia. O pai de Maria Tereza, preso antes dela, morreu não resistindo às torturas. A sua irmã, Maria José foi fuzilada. Duzentas de cada mil crianças morrem e 85 por cento dos habitantes do Haiti são analfabetos.

NICARÁGUA — Desde 1936, governa o país a ditadura militar e policial da família Somoza e seus testas de ferro. Milhares de mulheres foram lançadas nas prisões e campos de concentração do regime. As prisioneiras do campo de concentração Vasilala são mantidas nos monturos e fossas de esgoto. Entre as presas há duas crianças pequenas. De cada mil crianças no país, 130 morrem, 70 por cento da população é analfabeta.

BOLÍVIA — A ditadura espelzinhou todos os direitos democráticos, aboliu todas as garantias constitucionais. Os partidos políticos, sindicatos, organizações femininas que não se aliam à ditadura, foram declarados ilegais. Cinquenta por cento das crianças com menos de 5 anos são subalimentadas. Anualmente, morre 250 mil crianças; 6 mil pessoas perecem, todos os anos, consumidas pela tuberculose; a duração média de vida nas regiões de mineiros, mal chega aos 35 anos; o consumo de leite por habitante é, em média, um litro por mês.

PARAGUAI: Há 11 anos, define-se na prisão Anastasia Idalina Gaona. Maria Linadas, Gilda Recalde de Rivalora e Saturnina Almada estão na prisão há 8 anos. O Código penal do Paraguai, tem uma ressalva especial, segundo a qual uma mulher grávida não pode ser presa. Entretanto, são conhecidos, pelos menos três casos de crianças nascidas na prisão. Em 1971, a presa política, Rosa Guburu, deu à luz uma filha. Em Outubro de 1974, Maria Rosa Aguiro, grávida, foi submetida a torturas. Morreu durante o parto. A sua filha é sustentada por irmãos de caridade. Em Julho de 1974, Gladys Dias Mancuello deu à luz no hospital da prisão e a mãe e o filho continuam presos.

Mais de 20 milhões de jovens, rapazes e raparigas, participam nas actividades dos círculos de artistas amadores e estudos de artes plásticas que funcionam junto dos clubes e palácios de cultura. 600 milhões de espectadores assistem todos os anos aos espectáculos e concertos realizados por estes jovens.

OS PROBLEMAS E ASPIRAÇÕES DA JUVENTUDE TRABALHADORA

Mais de 700 mil jovens trabalhadores do nosso País continuam a enfrentar, no seu dia a dia, graves problemas a que é urgente dar uma resposta firme, objectiva e coerente.

Pasados três anos sobre a Jornada libertadora do 25 de Abril, persistem numerosos problemas que se agravam com a política de recuperação capitalista e obscurantista levada a cabo pelo Governo minoritário do Partido Socialista, que tem vindo a acentuar, também, a sua política antijvenil, através, nomeadamente, da acção irresponsável e demagógica do MEIC e respectivos organismos.

Persistem grandes discriminações salariais e profissionais que tocam duramente a juventude e em particular as raparigas. O desemprego que aumenta com a política de recuperação capitalista, atinge muito especialmente os jovens trabalhadores.

Dos 500 mil desempregados que existem no nosso País, 300 mil são jovens. Dezenas de milhares de jovens trabalhadores continuam na emigração.

As promoções e o desenvolvimento profissional são deliberadamente impedidos ou dificultados.

As escolas nocturnas não têm capacidade para comportar os trabalhadores-estudantes que ultrapassam os 100 mil.

A juventude trabalhadora encontra-se em grande parte afastada de uma vida cultural e recreativa regular.

Numerosos obstáculos para constituírem família se levantam aos jovens: baixos salários, falta de habitação e elevadíssimas rendas de casa, agravamento do custo de vida, reduzidos abonos de família, falta de creches e infantários.

Como resultado, por um lado das condições económicas e sociais a que os exploradores condenam a juventude, e por outro, da acção ideológica da burguesia e do imperialismo para a corromper e afastar da luta social e política (vaga de filmes de violência, revistas pornográficas, propaganda da vida fácil, selas «religiosas», etc.), aumenta a delinquência juvenil, o consumo da droga e a prostituição.

Perante esta situação, o reforço do movimento juvenil de massas surge como uma das mais importantes tarefas a desenvolver pela juventude trabalhadora. Tal reforço está dependente, entre outros factores, da mobilização e da organização dos jovens nas empresas, nas UCPs, nos sindicatos, nas organizações populares.

Esta actividade unitária, na qual a União da Juventude Comunista tem desempenhado um importante papel, encontrou no princípio alguns

obstáculos que têm vindo a ser ultrapassados com a formação e consolidação das Comissões de Juventude — estruturas unitárias que começaram a surgir em 1976, tendo logo na altura mostrado a sua capacidade de mobilização para acções reivindicativas económicas, desportivas e culturais — e das comissões de trabalhadores-estudantes; com a realização de diversas iniciativas: Encontros Regionais da Juventude Trabalhadora, conferências, torneios desportivos, manifestações de carácter cultural e recreativo, festivais de Canto Livre e Festivais da Primavera, jogos florais, etc.

Lutando para consolidar tudo quanto alcançou com a Revolução, a juventude trabalhadora luta também pelos seus interesses vitais, pela satisfação das suas mais profundas necessidades e aspirações. No que respeita a salários e categorias profissionais, os jovens trabalhadores reclamam a aplicação do princípio «a trabalho igual salário igual», consagrado na Constituição da República; a revogação do decreto-lei que estipula o salário mínimo nacional aos 20 anos, que deverá ser concedido aos 18; o aumento dos salários de acordo com o aumento do custo de vida; o descongelamento da contratação colectiva; a subida de categoria profissional contando o tempo da prestação do serviço militar; o termo definitivo a discriminações baseadas na idade ou no sexo.

Em relação ao desemprego, os jovens exigem o direito ao trabalho aos 14 anos; a proibição dos despedimentos sem justa causa; a atribuição de subsídios de desemprego; a extinção completa do trabalho infantil e eventual; a garantia de emprego na situação pré e pós militar; e a revogação imediata do decreto-lei que «liberaliza» os despedimentos.

Desde o 25 de Abril que a juventude trabalhadora tem salientado a necessidade da criação de centros de formação profissional nas grandes e médias empresas, o aproveitamento dos existentes e a adaptação dos cursos das escolas nocturnas às suas profissões.

A proibição da classificação de eventuais aos menores de 18 anos; a livre escolha da profissão; a redução do tempo de permanência no mesmo tipo de trabalho e categoria; e a criação de um estatuto de aprendizagem — são outras justas reivindicações dos jovens trabalhadores.

Pelos frutos colhidos e pelas experiências obtidas, a UJC continuará a dar todo o seu apoio e incentivo à actividade e à luta das estruturas unitárias da juventude trabalhadora, contribuindo assim para a defesa intransigente das conquistas revolucionárias, da democracia e dos direitos da juventude.



UNIR A JUVENTUDE CONTRA O FASCISMO!

As atrocidades praticadas durante anos e anos pelos governos de Salazar e Castanho jamais serão esquecidas. O povo não esquece os crimes cometidos pelo fascismo e pelo colonialismo. Durante quase meio século foram muitos os que tombaram no combate contra a ditadura fascista, muitos os que sofreram as violências mais infames, a perseguição constante. Apenas porque lutavam contra a exploração e a miséria do nosso povo, porque combatiam a opressão, porque amavam a vida e queriam construir em Portugal, para as classes trabalhadoras, para a juventude, para o nosso povo, um regime liberto da tirania fascista, que iniciasse o caminho da justiça, da liberdade e do progresso.

A juventude que sempre ocupara o seu lugar na luta contra o fascismo, saudou e apoiou firme e entusiasmada a libertação em 25 de Abril. E ao longo destes quase três anos tem lutado, trabalhado, tem dado ao processo revolucionário o melhor do seu esforço, da sua coragem, do seu entusiasmo, da sua inteligência e da sua alegria.

É assente na firme certeza da sua luta que a juventude afirma hoje que, quando a concepção de justiça assenta na complacência hipócrita para com os que sempre espezinharam a justiça, quando se dá a liberdade aos que contra ela sempre estiveram, então, é a própria justiça e a própria liberdade que estão em perigo.

Em nome de que justiça se vão esquecendo os jovens que, perseguidos e encarcerados, não gozaram nem viveram a sua juventude, viram as suas famílias destruídas, a sua saúde arruinada? Estão a ser feridos os sentimentos de justiça da juventude portuguesa.

Da juventude massacrada nas guerras coloniais, reprimida e explorada no trabalho, perseguida e humilhada nas escolas e universidades. Da juventude que soube lutar e contribuir decididamente para a derrota do fascismo, para a conquista da liberdade e para a construção da democracia. Os jovens, trabalhadores e estudantes, que, ao lado do povo, têm defendido as conquistas do processo democrático vêm hoje com apreensão o avanço generalizado das forças da reacção e do fascismo. Vêm, perante a indecisão de alguns órgãos do poder, serem reintegrados nas escolas e nas fábricas fascistas e legionários, constituídos partidos e organizações da extrema-direita, proliferarem pasquins que lançam todo o tipo de calúnias, que semeiam o ódio e a violência, que fazem a propaganda descarada do fascismo e das suas mais sinistras figuras.

Como poderá reagir um jovem que ao entrar na escola vê pela frente o mesmo professor que ainda não há muito tempo denunciava os seus alunos que

mantinham posições firmes contra as arbitrariedades e injustiças e que procuravam unir os seus companheiros na luta pela liberdade e os seus interesses?

Como poderá reagir um jovem ao ver recolocado a seu lado, no local de trabalho, o bufo, o píde, o lacaio, que denunciava os seus companheiros de trabalho?

Como poderá reagir a juventude perante a ameaça de serem entregues as fábricas, que também com o seu labor e sacrifício, salvaram da ruína, aos seus antigos exploradores, que fugiram com o dinheiro, que as sabotaram?

A resposta da juventude progressista e das massas trabalhadoras é a sua unidade de combate, a sua confiança na luta, a sua certeza de que o amanhã lhes pertence. Ante os perigos que ameaçam a democracia, crescem os sentimentos e as acções unitárias da juventude e do povo trabalhador, a sua firme disposição de combater os que sonham com o regresso ao 24 de Abril, o regresso à ditadura e à opressão. Na sua ofensiva, o inimigo da democracia e do progresso — a reacção — não cessará de recorrer ao arsenal de métodos que acumulou ao longo de quase meio século. A experiência do processo democrático tem demonstrado que a complacência para com os criminosos do fascismo e a cedência às forças da direita, ao contrário de servir a democracia, lhes dá alento para se reagruparem, ganharem posições e intensificarem a actividade conspiratória. Comunistas, socialistas, outros democratas e os heróicos militares do 25 de Abril são os alicerces preferenciais que querem atingir. Seriam os primeiros alvos, se alcançassem o poder.

Confiante na imensidade das forças e energias que a democracia dispõe para se poder defender, aprofundar e prosseguir os jovens comunistas lançam, através do seu trabalho de mobilização e esclarecimento, um vigoroso apelo a todos os jovens trabalhadores, a todos os estudantes democratas, para que se unam na luta contra a reacção e o fascismo, contra o terrorismo, contra a recuperação capitalista, agrária e obscurantista, pela defesa e consolidação das liberdades e dos direitos dos jovens, em defesa da democracia e das conquistas da Revolução.

Confiante na unidade das forças democráticas e no futuro, a juventude comunista, os militantes da UEC e da UJC, lançam o seu apelo a todos os antifascistas para que se unam no combate contra a reacção e as ameaças do fascismo.

A juventude progressista confia na unidade das forças democráticas e nos militares que honraram a sua farda ao assumirem perante o povo português o compromisso de, a seu lado, defenderem a democracia e as conquistas dos trabalhadores.

NÚMEROS E FACTOS SOBRE A JUVENTUDE SOVIÉTICA

★ Os jovens constituem um quinto dos deputados do Soviete Supremo da URSS.

★ As escolas técnicas e profissionais formam actualmente mais de 2 milhões de operários especializados por ano. No total de 1941 a 1975, as escolas formaram 33 milhões de operários (em 1975 o número de trabalhadores da indústria era de 34 milhões e o de operários e empregados na agricultura de 10 milhões).

★ A URSS é o país com maior população estudiantil do mundo. Mais de 9 milhões de pessoas fazem os seus estudos nas escolas técnicas e superiores soviéticas, dos quais metade frequentam os estabelecimentos superiores. O número de estudantes da Inglaterra, França, Itália, RFA, Suécia, Holanda — países cuja população total é semelhante

à da URSS — é duas vezes menor.

★ Os estudantes soviéticos levam a cabo um importante trabalho científico e técnico: mais de 4000 inventos de estudantes são introduzidos todos os anos na indústria. Centenas de centros de investigação funcionam nos estabelecimentos de ensino superior da URSS.

★ Os estudantes soviéticos trabalham no Verão nas equipas de construtores voluntários. Durante o último quinquénio (1971-1975) realizaram diversos empreendimentos num valor total de 5 bilhões de rublos, ou seja, o custo correspondente a sete centrais eléctricas como a de Krasnoyarsk, a maior do mundo.

★ Os jovens participam activamente no desenvolvimento económico

do país. 2500 grandes esteleiros da construção foram proclamados esteleiros do Komsomol e da juventude, pois são essencialmente jovens os que lá trabalham. Na via férrea Baikal-Amour os jovens constituem 80% dos operários.

★ Cerca de 55 milhões de jovens participaram na VI Spartakiada de Verão da URSS. Este torneio desportivo decorreu em 3500 estádios, mais de 60.000 salas e cerca de 1200 piscinas.

★ Mais de 20 milhões de jovens, rapazes e raparigas, participam nas actividades dos círculos de artistas amadores e estudos de artes plásticas que funcionam junto dos clubes e palácios de cultura. 600 milhões de espectadores assistem todos os anos aos espectáculos e concertos realizados por estes jovens.